

DIOGO VALENÇA DE AZEVEDO COSTA

**FLORESTAN FERNANDES EM QUESTÃO: UM ESTUDO  
SOBRE AS INTERPRETAÇÕES DE SUA SOCIOLOGIA**

MESTRADO EM SOCIOLOGIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
RECIFE - 2004

DIOGO VALENÇA DE AZEVEDO COSTA

**FLORESTAN FERNANDES EM QUESTÃO: UM ESTUDO  
SOBRE AS INTERPRETAÇÕES DE SUA SOCIOLOGIA**

Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob orientação da Profa. Dra. Eliane Veras Soares.

RECIFE  
2004

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Eliane Veras Soares (orientadora)

Prof. Dr. Heraldo Pessoa Souto Maior

Prof. Dr. José Willington Germano

À Dora, minha mãe

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer às pessoas e instituições que me foram indispensáveis na realização desta dissertação, sem as quais provavelmente eu não teria tido ânimo e coragem para continuar na difícil trajetória da vida acadêmica:

- Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, pela oportunidade de levar adiante minhas pesquisas sobre Florestan Fernandes, iniciadas no curso de graduação em Ciências Sociais desta mesma Universidade, e ao CNPq, pela bolsa que me foi concedida durante esses quase dois anos em que estive no Mestrado.
- Gostaria de agradecer a alguns professores cujo entusiasmo, apoio, senso crítico e experiência foram valiosos para meu enriquecimento humano e intelectual: a Eliane Veras Soares, orientadora e amiga, pelo respeito a minhas idéias e a meu trabalho, por todo incentivo e entusiasmo, pelas críticas sempre tão penetrantes e agudas e por ter corrigido meu itinerário intelectual diversas vezes e sempre nos momentos mais decisivos; à Profa. Silke Weber, a quem admiro sobretudo o talento de educadora e a dedicação à Universidade, pela oportunidade de desenvolver algumas das idéias básicas que orientaram meus estudos sobre a obra de Florestan Fernandes na disciplina Ideologia e Sociedade, cursada sob sua orientação; ao Prof. Heraldo Souto Maior, pelas valiosas críticas ao meu trabalho quando da sua participação na banca examinadora da defesa de meu projeto de dissertação, que não só me fizeram pensar melhor a articulação lógica de minhas idéias, mas também me

conduziram a um maior aprofundamento da obra de Karl Mannheim. A esses professores, meu estimado reconhecimento, sendo escusado dizer que as falhas interpretativas porventura cometidas na presente dissertação são de responsabilidade única e exclusivamente minhas.

- A Ceres e Zuleika, por terem resolvido todos os problemas burocráticos da minha passagem pelo Mestrado.
- Não poderia deixar de agradecer aos professores, meus amigos, sobretudo, que me acompanharam na graduação e que me incentivaram durante todo o Mestrado: Vera e Canuto.
- À Profa. Lia Parente, quem me acompanhou com bastante entusiasmo em minhas primeiras leituras da obra de Florestan Fernandes.
- Gostaria de agradecer às pessoas que conviveram comigo durante quase um mês enquanto estive pesquisando no Setor de Coleções Especiais da Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos, onde se encontra reunido o acervo de Florestan Fernandes. À Vera Lúcia Cósia, bibliotecária responsável pelo Setor de Coleções Especiais, agradeço toda ajuda, atenção e gentileza que me foi dispensada, de quem devemos valorizar o competente trabalho de conservação e organização do acervo. A todos os funcionários que trabalham no acervo, Alessandra, Elisete, Cristina e Isaac, pelo alegre acolhimento e por toda ajuda que recebi. À minha querida amiga Alessandra devo agradecer a disposição para me ajudar, em qualquer momento, no que fosse preciso e por ter me enviado de São Paulo um dos trabalhos que examinei nesta dissertação.
- À Ingrid, pela ajuda em encontrar um lugar no qual eu pudesse ficar hospedado durante minha estadia em São Carlos.

- Ao Prof. Carlos Guilherme Mota, pela atenção que me dispensou e por ter intermediado meu contato com Vladimir Sacchetta.
- A Vladimir Sacchetta, pela inesquecível conversa que tivemos sobre Florestan Fernandes quando de minha rápida passagem por São Paulo.
- Ao Prof. Ernesto Renan de Freitas Pinto, um dos mais competentes intérpretes da obra de Florestan Fernandes, pela atenção e pela gentileza de ter-me enviado alguns de seus artigos.
- À Profa. Débora Mazza, por toda atenção e pela gentileza de ter-me enviado seu livro sobre Florestan Fernandes, do qual estou podendo extrair novas possibilidades de enfoque da obra desse grande intelectual.
- Ao meu amigo Carlos Frederico por ter-me recepcionado em São Paulo e ter-me enviado um dos trabalhos que examinei na presente dissertação.
- Aos colegas da graduação com quem tive a oportunidade de debater a obra de Florestan Fernandes, em especial aos meus amigos Alexandre, André e Ronaldo.
- Aos colegas do mestrado, pelo companheirismo nos momentos mais difíceis: meus camaradas Givanilson e Rogério; Alex e Rogers, que me acolheram em Campinas; Vilma, Wanderlice e Micheline; Guilherme; e minha querida amiga Heloísa.
- A Fábio Soares, por ter elaborado o *abstract* de minha dissertação.
- Aos amigos que sempre procuraram me incentivar e acreditaram na minha capacidade: José Augusto, Lucinha, Ronaldo Laurentino e meus irmãos, Sávio, Sandro, Andrea e Dante.
- Aos meus pais, Mário e Dora, pela amizade, compreensão diante das minhas preocupações e apoio ao filho algumas vezes forçosamente ausente do convívio

familiar. À minha mãe devo muitas coisas e um forte agradecimento que palavras não poderiam jamais expressar, pois sem sua ajuda eu não teria me formado em ciências sociais e, muito menos, concluído o Mestrado.

- A meus familiares, meus tios e tias, em especial minha avó Maria e minha tia Valda.
- À minha querida Marina eu agradeço toda dedicação, companheirismo, compreensão, fortemente sentidos nos meses finais do mestrado, e o doce incentivo para que eu me resolvesse a pôr no papel meu pensamento. Sem ela eu não teria escrito com tanta paixão este trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho realiza um balanço dos estudos acerca da Sociologia de Florestan Fernandes, agrupando-os em duas grandes vertentes interpretativas: a *institucionalista* e a *político-radical*. Os critérios utilizados para tal distinção giraram em torno de um dilema central presente em toda produção científico-acadêmica de Florestan, o da dupla referência de seu pensamento à Sociologia, como uma ciência social autônoma e especializada, e ao marxismo, como parte integrante do movimento político de crítica à ordem capitalista. Verificou-se que cada uma das duas matrizes de interpretação, a *institucionalista* e a *político-radical*, compreendem a relação entre sociologia e marxismo na obra do intelectual paulista de maneiras distintas e divergentes entre si, implicando formas também distintas e divergentes de entender a concepção de Florestan Fernandes sobre as vinculações entre teoria e prática no saber produzido pelas ciências sociais e a própria base social, política e ideológica a partir da qual se operou a síntese de seu pensamento teórico. Os objetivos do presente trabalho concentraram-se na reunião de elementos argumentativos, mediante a análise crítica dos intérpretes da obra de Florestan, capazes de imprimir fundamentação teórica à posição conforme a qual sua Sociologia só poderá ser compreendida quando referenciada a uma *Weltanschauung* radical-popular e socialista.

## ABSTRACT

This dissertation surveys several studies on Florestan Fernandes' sociology, grouping them into two broad branches: the institutionalist and the political-radical. In order to make this division meaningful, we used criteria that are related to a central dilemma present in every work by Fernandes. This dilemma consists in the double reference of his thinking in relation to Sociology: his conception of Sociology as an autonomous specialized social science, and his affiliation to the Marxism, as a member of the political movement that criticizes the capitalist order. We find that both groups, the institutionalist and the political-radical, interpret the relation between sociology and Marxism in Florestan work in different and divergent ways. This also implies distinct and divergent manners of understanding Fernandes' conception about the links between theory and practice in the knowledge produced by the social sciences, and also the social, political and ideological background from which the synthesis of his theoretical framework operated. The goals of this dissertation focus in putting together the argumentative components, through the critical analysis of the interpreters of Fernandes' work. These components are able to give theoretical foundation to the point-of-view that Fernandes' Sociology only can be understood when referred to the *Weltanschauung* radical-popular and socialist.

Eu nunca teria sido o sociólogo em que me converti sem o meu passado e sem a socialização pré e extra-escolar que recebi, através das duras lições da vida. Para o bem e para o mal – sem invocar-se a questão do *ressentimento*, que a crítica conservadora lançou contra mim – a minha formação acadêmica superpôs-se a uma formação humana que ela não conseguiu destorcer nem esterilizar. Portanto, ainda que isso pareça pouco ortodoxo e antiintelectualista, afirmo que iniciei a minha aprendizagem “sociológica” aos seis anos, quando precisei ganhar a vida como se fosse um adulto, e penetrei, pelas vias da experiência concreta, no conhecimento do que é a convivência humana e a sociedade, em uma cidade na qual não prevalecia a “ordem das bicadas”, mas a “relação de presa”, pela qual o *homem se alimentava do homem*, do mesmo modo que o tubarão come a sardinha ou o gavião devora os animais de pequeno porte. A criança estava perdida nesse mundo hostil e tinha de voltar-se para dentro de si mesma para procurar, nas “técnicas do corpo” e nos “ardis dos fracos”, os meios de autodefesa para a sobrevivência. Eu não estava sozinho. Havia a minha mãe. Porém, a soma de duas fraquezas não compõe uma força. Éramos varridos pela “tempestade da vida” e o que nos salvou foi o nosso orgulho selvagem, que deitava raízes na concepção agreste do mundo rústico, imperante nas pequenas aldeias do norte de Portugal, onde as pessoas se mediam com o lobo e se defendiam a pau do animal ou de outro ser humano.

Florestan Fernandes

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. AS INTERPRETAÇÕES DA SOCIOLOGIA DE FLORESTAN FERNANDES: UMA CLASSIFICAÇÃO	13
2. AS INTERPRETAÇÕES INSTITUCIONALISTAS DA SOCIOLOGIA DE FLORESTAN FERNANDES	41
3. A VISÃO POLÍTICO-RADICAL DA SOCIOLOGIA DE FLORESTAN FERNANDES	86
4. CONCLUSÃO	126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação trata das interpretações da sociologia de Florestan Fernandes (1920-1995) feitas por estudiosos de sua produção intelectual e política, predominantemente ao longo dos decênios de 1980 e 1990. Esse estudo se fez necessário devido não somente à diversidade de perspectivas teóricas e de referenciais metodológicos utilizados na investigação da obra do sociólogo paulista, o que, por si só, já justificaria o tipo de balanço que intentamos realizar de como foi focalizada a importância de Florestan Fernandes para as ciências sociais brasileiras pelos intérpretes de sua produção, mas também às diferentes impregnações ideológicas que influenciaram a visão dos autores que irão ser analisados no decorrer de todo o trabalho, conduzindo-os a percepções distintas quanto aos aspectos mais importantes a serem considerados em uma pesquisa sistemática da evolução intelectual e política do ex-professor de sociologia da USP – o que torna imprescindível um exame crítico de suas idéias a fim de explicitar o que de essencial pode ter sido posto de lado, quais aspectos acessórios poderiam ter sido supervalorizados ou mesmo o que há de inconsistente e equivocado nas análises da sociologia de Florestan Fernandes.

Obedecendo a esse propósito, foram definidas duas grandes vertentes interpretativas, a *institucionalista* e a *político-radical*, capazes de agrupar o conjunto dos trabalhos mais completos e sistemáticos, isto é, que procuram dar conta do pensamento de Florestan Fernandes como uma totalidade, não se limitando a temas específicos de sua obra sociológica – tais como folclore, questão indígena, relações raciais, capitalismo dependente, educação, revolução burguesa, teoria sociológica e antropológica etc. – ou a aspectos localizados de sua trajetória acadêmica e militante. É

preciso mencionar que não procuramos a isenção ou a pretensa neutralidade científica em nosso exame dos intérpretes da sociologia de Florestan Fernandes, já que assumimos explicitamente a posição segundo a qual sua obra apenas se faz compreensível quando referida à sua visão de mundo socialista, sendo essa a principal razão – o que estará sempre implícito nos capítulos da presente dissertação – de nossa oposição à *vertente institucionalista*.

Estrutturamos o presente trabalho em três capítulos, dentre os quais o primeiro esteve voltado para o estabelecimento dos critérios classificatórios das duas matrizes de interpretação, a institucionalista e a político-radical; o segundo tendo sido dedicado à apresentação sistemática da primeira das nossas vertentes, a institucionalista, e à sua crítica com base em elementos argumentativos retirados da produção sociológica de Florestan, de alguns de seus depoimentos e artigos publicados em jornal; o terceiro e último capítulo voltou-se para o exame das idéias que identificam a vertente político-radical de interpretação da sociologia de Florestan Fernandes. Por fim, cumpriria dizer que a presente dissertação representa uma etapa preliminar de nossos estudos da obra do sociólogo paulista, pois todo o esforço despendido na análise das interpretações sobre Florestan serviu-nos como um mero ponto de partida para a definição de um caminho próprio no estudo de sua Sociologia e da perspectiva teórica que iremos procurar desenvolver em trabalhos futuros.

## 1. AS INTERPRETAÇÕES DA SOCIOLOGIA DE FLORESTAN FERNANDES: UMA CLASSIFICAÇÃO

As visões mais correntes sobre a sociologia de Florestan Fernandes podem, numa primeira aproximação, ser classificadas em duas grandes vertentes interpretativas. A *institucionalista*, que privilegia os vínculos com a academia, com a Universidade, sem levar devidamente em conta os conflitos que aí se reproduzem, cujas origens remetem ao antagonismo estrutural entre grupos, classes e frações de classe inerente à ordem social capitalista, e a *político-radical*, que aponta para a relevância do elemento político na estruturação do ponto de vista teórico do sociólogo paulista, sendo este identificado ora numa variante qualquer do radicalismo nacional-democrático burguês, ora no socialismo, ora no marxismo. O propósito central deste capítulo é apresentar os critérios dessa classificação com base numa rápida descrição e caracterização das avaliações relativas à produção acadêmica e à trajetória político-intelectual de Florestan e na discussão da problemática (existente entre vários dos comentadores de sua obra – o que justifica sua escolha como ponto de partida de nossos intuítos classificatórios e de nossa análise) suscitada pela articulação de sua sociologia com o pensamento marxista.

As primeiras avaliações da produção acadêmica de Florestan Fernandes apareceram em fins da década de 1940 e inícios dos anos 50, quando vieram a lume duas de suas teses de maior fôlego, frutos de uma pesquisa minuciosa relativa a uma civilização indígena já extinta, os Tupinambá<sup>1</sup>, que se distribuía espacialmente pelo

---

<sup>1</sup> Referimo-nos à sua dissertação de mestrado sobre a *Organização Social dos Tupinambá*, defendida em 1947 pela Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) sob orientação de Herbert Baldus, e à sua tese de doutoramento sobre *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*, defendida em 1951 pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo sob orientação de Fernando de Azevedo. Esses trabalhos foram, posteriormente, publicados em livros: Florestan

litoral brasileiro nos primeiros tempos da colonização, tendo sido exterminados e desagregados social e culturalmente pelo agente colonizador branco (português) e expulsos para o interior como um meio de reação defensiva ao aprisionamento e à sua escravização. Antes, porém, Florestan já dera os seus primeiros passos na prática de pesquisa, como aluno recém-ingresso no curso de Ciências Sociais, direcionando-se para os estudos folclóricos<sup>2</sup> e realizando, nesse momento, trabalhos que marcariam toda sua carreira acadêmica e lançariam as bases de sua formação sociológica – como afirmará em alguns de seus depoimentos e entrevistas. Aquelas primeiras avaliações seriam publicadas na forma de artigos em jornais, resenhas e comentários críticos em revistas de divulgação científica como *Sociologia* (inicialmente sob responsabilidade de Emílio Willems) ou *Revista de Antropologia* (a cargo de Egon Schaden), ou ainda como prefácios a livros, a exemplo do que foi redigido por Herbert Baldus para *A Organização Social dos Tupinambá*.

Dentre algumas das primeiras apreciações da produção sociológica de Florestan, podemos destacar: Herbert Baldus, seu referido prefácio de *A Organização Social dos Tupinambá*, escrito em 1948; Roger Bastide, “A organização social dos

---

Fernandes, *A organização social dos Tupinambá*, São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949 (2. ed., São Paulo, Livraria Pioneira Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 1970; São Paulo, HUCITEC/Editora UnB, 1989); idem, *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*, São Paulo, Museu Paulista, 1952 (2. ed., São Paulo, Livraria Pioneira Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 1970).

<sup>2</sup> De acordo com os esclarecimentos do próprio autor logo no início do primeiro capítulo de seu livro *Folclore e Mudança Social na Cidade de São Paulo* (originalmente publicado em 1961, por Anhembi): “Em 1941 [ano de seu ingresso na Universidade de São Paulo], o autor realizou, como aluno de uma das cadeiras de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, um levantamento parcial do folclore paulistano. Parte do material coligido já foi publicado, sob a forma de artigos ou de monografias, desde aquela época” (Fernandes, 1979: 11). Ao final da citação, Florestan acrescenta uma nota de rodapé indicando os locais (revistas especializadas da época como *Sociologia*, publicada pela ELSP) e anos de publicação dos artigos mencionados, que se estendem de 1942 a 1959. Para um conhecimento mais detalhado do aspecto folclórico da obra de Florestan Fernandes, recomendamos a leitura dos artigos de Oswaldo Elias Xidieh, “O folclore em questão”, e José César Gnaccarini, “Folclore e Sociologia”, in Maria Angela D’Incao (org.), *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*, Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra/Unesp, 1987. Além do já indicado *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*, Florestan publicou outro livro versando sobre o mesmo assunto: Florestan Fernandes, *O folclore em questão*, São Paulo, HUCITEC, 1989.

Tupinambá”, série de artigos publicada em *O Estado de São Paulo*, nos dias 23 e 31 de julho e 7 de agosto de 1949; Antonio Candido, “A organização social dos Tupinambá”, resenha publicada na *Revista do Museu Paulista* em 1949; Paula Beiguelman, “A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá”, resenha publicada na *Revista de Antropologia* em 1953; Tocary Assis Bastos, que, em artigo publicado em 1959 na *Revista Brasiliense*, intitulado “Posições metodológicas em Sociologia”, destaca a posição do funcionalismo de Florestan Fernandes face aos desenvolvimentos metodológicos da sociologia<sup>3</sup>; Edison Carneiro, “A sociologia e as ‘Ambições’ do folclore”, artigo crítico publicado na *Revista Brasiliense* em 1959; Luiz Pereira, “Folclore e mudança social na cidade de São Paulo”, resenha publicada na revista *Anhembi*<sup>4</sup>; Wanderley Guilherme dos Santos, “A imaginação político-social brasileira”, artigo crítico publicado na revista *Dados*, em 1967.

Essa pequena amostra dos primeiros textos, artigos e resenhas, suscitados pela produção acadêmica de Florestan Fernandes, serve como indicador de sua repercussão e notoriedade no meio intelectual e universitário brasileiro dos anos 40, 50 e 60.

---

<sup>3</sup> Conforme esclarecimento de Ernesto Renan de Freitas Pinto, a contribuição de Florestan “ao estudo do funcionalismo nas ciências sociais no Brasil foi anotada por autores preocupados, não apenas com diferentes questões metodológicas, mas em marcar posicionamentos críticos. Entre os primeiros autores que se envolveram nesse debate teórico está Tocary Assis Bastos, que escreveu um importante ensaio sobre tendências metodológicas da sociologia contemporânea, onde destaca a posição [de] Florestan Fernandes, não apenas como um autor brasileiro, mas como um investigador que teria trazido sua contribuição para o desenvolvimento da sociologia em seu estágio mais recente” (Freitas Pinto, 1992: 340-1). Essa citação nos faz relativizar a própria apreciação de Robert K. Merton sobre a contribuição de Florestan ao funcionalismo: “*Ensaio sobre o Método de Interpretação Funcionalista em Sociologia*, por Florestan Fernandes (São Paulo, Universidade de São Paulo, Boletim n. 170, 1953), é uma monografia informativa e sistemática que recompensa uma leitura ainda que apressada e falível como a minha” (Merton *apud* Martins, 1998: 38). Não se trata de uma “monografia informativa e sistemática”, mas de uma contribuição teórica altamente original, que se revela mais precisamente na crítica que seu autor faz “ao modelo de análise de **função manifesta** e **função latente**, de Robert Merton”, sugerindo “a inclusão de mais uma noção, que seria capaz de abarcar de forma mais satisfatória as situações de análise funcional” (Freitas Pinto, 1992: 341). Trata-se da noção de **função derivada**, tal como Florestan a expõe em *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica* (3. ed., Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1978, p. 244-6).

<sup>4</sup> Luiz Pereira resenhou, ainda, dois outros livros de Florestan Fernandes, *Mudanças Sociais no Brasil* (em sua primeira edição de 1960) e *A Sociologia numa Era de Revolução Social* (1963). Essas resenhas podem ser encontradas em Luiz Pereira, *Estudos sobre o Brasil contemporâneo*, 2. ed., São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1978, p. 213-9.

Entretanto, um ponto precisa ser ponderado: se tais artigos revelam o interesse pela produção de Florestan, demonstrado nas fases iniciais de sua carreira, não se pode considerá-los como pontos de partida para uma avaliação ampla e abrangente de sua obra, por motivos simples.

De um lado, porque se tratava mais de resenhas e artigos isolados sobre livros então recentemente publicados, de textos bastante específicos, que, por isso mesmo, não poderiam situar a produção de Florestan no seu conjunto; quer dizer, eram avaliações que se faziam durante os passos de maturação intelectual do autor e de suas ampliações temáticas, em movimentos constantes de re-configurações de sentido mais inclusivas na compreensão dos nexos e afinidades existentes entre os temas de sua vasta obra e de teorização das suas inter-relações e vínculos recíprocos por parte do sociólogo da USP – o que não parece ser muito o caso de Luiz Pereira, que publicou três resenhas acima citadas sobre Florestan Fernandes e já revelava ter, à época, nos idos dos anos 60, uma visão mais abrangente e de conjunto do itinerário sociológico de seu professor e, depois, futuro colega.

De outro, porque as resenhas eram escritas por pessoas, dentre as quais professores, colegas e amigos como R. Bastide, H. Baldus e Antonio Candido, que reconheciam o valor acadêmico de Florestan, mas, por estar este em início de carreira, ainda não podiam ter uma posição privilegiada para avaliar com maior exatidão o desenvolver de sua produção científica<sup>5</sup>, que rumos mais específicos ela poderia

---

<sup>5</sup> Ainda assim, no referido prefácio de Herbert Baldus de *A Organização Social dos Tupinambá*, encontramos escritas as seguintes palavras entusiásticas, prenunciando a carreira brilhante que Florestan teria pela frente: “Durante os anos que trabalhou comigo, o dinâmico Florestan Fernandes foi a alma daquele Seminário [Baldus refere-se ao Seminário de Etnologia Brasileira da ELSP por ele coordenado], mostrando-se capaz de discutir com rara penetração qualquer assunto apresentado, e revelando-se um dos mais esperançosos cientistas sociais brasileiros da nova geração”. E, depois de listar as publicações de Florestan aparecidas nas revistas *Sociologia* e do *Arquivo Municipal*, predominantemente publicações sobre *folclore*, Baldus acrescenta: “Pela presente obra, porém, o autor não só obteve o grau de Mestre em Ciências Sociais pela Escola Livre de Sociologia e Política,

seguir, e de que forma seu itinerário intelectual e político poderia associar-se e influir nessa produção – de qualquer modo, se tratava de aspectos da vida de Florestan que só seriam conhecidos em momentos posteriores de sua trajetória, quando revelaria, em textos autobiográficos e entrevistas, dados pessoais sobre sua formação intelectual e política essenciais para a compreensão de seu pensamento e sua prática sociológica<sup>6</sup>. Porém, o analista atual da obra de Florestan Fernandes poderá muito bem aproveitar as sugestões contidas nesses textos para situar o contexto dos debates intelectuais da época, indispensáveis a uma compreensão adequada das posturas inovadoras de nosso autor no âmbito do pensamento sociológico brasileiro.

Em relação a autores que se pode considerar críticos de Florestan Fernandes, como Edison Carneiro e Wanderley Guilherme dos Santos, podemos deixar em suspenso a questão de saber se as críticas por eles avançadas tenham alcançado o cerne das formulações do sociólogo uspiano devido ao tom apaixonado e intolerante do

---

Instituição Complementar da Universidade de São Paulo. Tornou-se mestre de verdade, o mestre Florestan Fernandes” (1989: 13). Outro grande nome das ciências sociais brasileiras também chamou a atenção para a importância dos estudos etnológicos de Florestan Fernandes: “Egon Schaden foi um dos primeiros a escrever sobre a significação que teriam os estudos etnológicos do autor [Florestan]. Egon Schaden, Leituras de Etnologia Nacional, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976” (Freitas Pinto, 1992: 17).

<sup>6</sup> No que diz respeito a Antonio Candido é importante que se tenha em mente sua relação de amizade e confiança mútua com Florestan Fernandes, que levou este a lhe expressar seus dilemas entre dedicar-se à atividade política revolucionária, à militância socialista, ou à sociologia acadêmica, ao trabalho na Universidade, em busca de opiniões e conselho do amigo. Isso quer dizer que Antonio Candido conhecia as posturas socialistas do jovem Florestan, embora pudesse não saber exatamente quais os tipos de atividade desenvolvidos pelo último no movimento revolucionário. Eliane Veras Soares relata o episódio que se dá em função do ingresso de Florestan Fernandes no Partido Socialista Revolucionário: “Ao ingressar no PSR [em 1943], Florestan Fernandes tinha em mente colaborar com o partido de modo integral. Preocupado com a necessidade de se definir ou não pela carreira acadêmica, recorreu a Antonio Candido, a fim de discutir com ele o seu dilema: entrar no partido e abrir mão da academia”. Em seguida, a autora transcreve uma das passagens da entrevista que lhe foi concedida por Florestan: “Ele [Antonio Candido] me disse que, dado o fato de eu sentir esse impulso de radicalidade política, achava que eu devia tentar. Se a evolução fosse no sentido de me tragar, de eu ser absorvido pelo movimento revolucionário, aí eu encontraria a realização de uma vocação. Se não acontecesse isso eu estava trabalhando na universidade e teria que analisar o episódio como ele era” (Soares, 1997: 39-40). Nossa argumentação, portanto, dirige-se mais à impossibilidade, naquele momento (anos 40), de Antonio Candido poder avaliar como se daria a síntese entre as posições políticas de Florestan e suas posturas científicas na sociologia e não a um desconhecimento das aspirações radicais e socialistas do colega e amigo – o que só poderia fazer posteriormente avaliando o desenvolver da produção e da trajetória política do autor de *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*.

primeiro e a um certo reducionismo na compreensão das concepções epistemológicas do nosso autor, por parte do segundo. Sobre a “polêmica” em que Florestan esteve envolvido contra os “folcloristas”, dentre eles Edison Carneiro, afirma Ernesto Renan de Freitas Pinto, em sua tese de doutoramento *A Sociologia de Florestan Fernandes*:

Caberia rever, depois de tantos anos, o que resultou da ‘polêmica’ entre Florestan Fernandes e os ‘folcloristas’, em especial Edison Carneiro. Na realidade, o teor das colocações de Edison Carneiro vão mais no sentido de dizer que Florestan Fernandes não está autorizado a tratar do folclore a partir de uma posição de pesquisador e sociólogo ‘de gabinete’, que as referências bibliográficas utilizadas são muito restritas e os autores citados são ultrapassados. Parece haver um certo tom de intolerância nas palavras de Edison Carneiro, de uma vez que o próprio Florestan Fernandes já havia reconhecido os próprios limites de seus estudos sobre folclore. Edison Carneiro demonstra com sua posição na ‘polêmica’ que não compreendeu corretamente a posição dos adversários [dentre os citados no artigo de Edison Carneiro, além de Florestan, encontram-se Roger Bastide e Lavínia Costa Raymond], especialmente Florestan Fernandes. Na verdade estão tratando de coisas diferentes. O tom de Edison Carneiro é deselegante. (Freitas Pinto, 1992: 168)

O motivo da exasperação de Edison Carneiro dirigia-se ao fato de Florestan negar as pretensões do folclore constituir-se como uma “ciência positiva autônoma”, ao afirmar que o fenômeno folclórico poderia ser estudado cientificamente, mas sob o ponto de vista de disciplinas científicas especializadas como a Sociologia, a Psicologia e a Antropologia. A verdade, porém, é que Florestan atribuía importância à pesquisa folclórica como um ramo humanístico do saber, que não poderia ser preenchido pelos instrumentos da investigação sociológica, psicológica ou antropológica. Sua postura, portanto, não é a de depreciar os estudos folclóricos, mas de valorizá-los em sua especificidade. Edison Carneiro não estava propenso a concordar com essa visão de Florestan, talvez por uma postura cientificista de acordo com a qual a única forma válida de saber é a científica. O que deve ter motivado Florestan Fernandes a escrever, em sua resposta às críticas que lhe foram dirigidas por Edison Carneiro, as seguintes palavras:

Os folcloristas e os cientistas sociais precisam ter a coragem de redefinir suas tarefas intelectuais e de reconhecer, explicitamente, os limites de suas especialidades. É um erro supor-se que o valor do conhecimento dependa, exclusivamente, de sua base científica. Antes da formação do pensamento científico, o homem já obtivera progressos notáveis na esfera do saber; e, após a constituição do pensamento científico, muitas coisas continuam a ser reconhecidas e explicadas através de modalidades de saber não científicas. A aceitação dessa convicção é tão importante para o folclorista, quanto para o cientista social. Para o folclorista, porque dela depende a compreensão objetiva da natureza e importância dos papéis intelectuais que lhe cabem, na observação e interpretação do folclore. Para o cientista social, porque este não pode perder de vista que existem aspectos da vida humana em sociedade que precisam ser abordados por especialistas com treino nos ramos humanísticos do saber. (Fernandes, 1989a: 18-9)

Sobre as críticas tecidas por Wanderley Guilherme dos Santos, escreverá Sylvia Gemignani Garcia (2002: 10-1), incluindo este autor numa vertente de estudos que procura apreender o modelo básico de ciência cultivado por Florestan visando questioná-lo:

A produção sobre Florestan ganha outro ímpeto pelas mãos de seus críticos, pesquisadores da história do pensamento social no Brasil que analisam criticamente os fundamentos de seu padrão sociológico acadêmico e as implicações de sua hegemonia na sociologia brasileira para a história da disciplina e da reflexão social e política no Brasil. Debatendo o seu modelo de ciência, filiado ao **racionalismo indutivista**, essa crítica concentra-se no desvelamento dos pressupostos de sua perspectiva sociológica, de suas abordagens, métodos e categorias. (*grifos nossos*)

Bastante questionável, entretanto, seria essa filiação de Florestan Fernandes ao chamado *racionalismo indutivista*, resultante muito mais de uma categorização apressada e reducionista – categorização essa não nitidamente presente em Wanderley Guilherme dos Santos, porém dele tendo sido inferida por Sylvia Garcia – não condizente com a riqueza e o sentido da construção teórico-metodológica ou mesmo metateórica do autor de *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. Parte substancial da nossa dissertação será dedicada a debater as implicações da relação entre ciência e militância, sociologia e marxismo em Florestan Fernandes; as atribuições que a ele se faz de racionalista indutivista, empiricista, positivista,

naturalista, eclético etc. possuem vinculações com essa temática principal, por isso poderão ser criticadas e combatidas de modo indireto, embora sem receberem um tratamento específico. Neste momento, cumpriria apenas apresentar nossa dúvida referente ao acerto das posturas supostamente críticas assumidas por Guilherme dos Santos<sup>7</sup>.

Os textos mencionados, apesar de referências importantes, principalmente para compreendermos a repercussão dos trabalhos acadêmicos de Florestan Fernandes no meio intelectual brasileiro e algumas das críticas por eles suscitadas, sejam ou não corretas ou justificadas, não poderiam, devido às explicações já apresentadas, figurar como elementos principais num estudo pautado pela análise das interpretações sobre sua obra e sua sociologia. Por isso, estaremos voltados para aqueles estudos que podem ser tidos como mais completos e sistemáticos, isto é, que não procuram abordar apenas um aspecto localizado da produção do autor. De fato, o primeiro esforço mais amplo e abrangente de conhecimento da sociologia de Florestan Fernandes e de seu pensamento é iniciado em 1965, tendo como resultado a defesa de uma tese de mestrado em 1967 por Barbara Freitag. Relatando o início de seu diálogo e de sua

---

<sup>7</sup> A crítica mais acerba direcionada contra o apregoado empiricismo (ou indutivismo) de Florestan Fernandes, segundo a qual este acreditava fazer ciência livre de qualquer pressuposto filosófico especulativo e supondo ser capaz de proceder a uma unificação neutra das correntes clássicas da sociologia (expressas nas heranças de Durkheim, Weber e Marx), é fornecida por Alberto Oliva, em *Ciência e ideologia: Florestan Fernandes e a formação das ciências sociais no Brasil*, Porto Alegre, EDIPUCRS, 1997. O livro de Oliva revela-se equivocado em relação à concepção de ciência em Florestan Fernandes, por considerar que este partilha de uma concepção empiricista e indutivista de ciência, quando, na verdade, para o sociólogo paulista é sempre o arcabouço teórico que define a articulação do nível empírico das investigações, com os fatos e dados da realidade sendo constantemente reelaborados nas configurações de sentido fornecidas pela ciência social. Ou seja, para Florestan Fernandes os dados nunca falam por si. Apenas fazendo um recorte arbitrário das citações deste, retirando-as dos seus respectivos contextos e mesmo deformando seus sentidos específicos e precisos, conforme um cenário já pré-fabricado de acordo com suas opiniões e *praenotiones*, é que Oliva consegue ‘demonstrar’ suas teses. Não caberia aqui desenvolver nossas críticas e demonstrar as inconsistências do trabalho de Oliva, pois seu livro não será objeto de nossa análise, já que não representa o aspecto central de nossas indagações. Remeteríamos o leitor interessado ao artigo de José Jeremias de Oliveira Filho, “A reflexão metodológica em Florestan Fernandes”, in: *Revista USP*, São Paulo, (29): 82-5, mar./maio, 1996, que aponta os caminhos para uma sólida crítica às teses propostas por Alberto Oliva sobre o empiricismo e indutivismo que este supõe encontrar na sociologia de Florestan.

troca de correspondências com Florestan, a autora esclarece o teor de seu trabalho: “O diálogo foi iniciado em junho de 1966, quando estava elaborando minha tese de mestrado, no Departamento de Sociologia do Desenvolvimento da Universidade Livre de Berlim. Solicitei, na ocasião, ajuda, conselhos e referências bibliográficas aos três autores estudados na tese” (Freitag, 1996: 131).

Em nota explicativa, ainda irá nos fornecer o título de sua tese e esclarecer porque a parte referente a Florestan Fernandes não foi publicada em português:

Em 1965 eu havia proposto ao Departamento de Sociologia como tema de minha tese: *O desenvolvimento sócio-econômico brasileiro segundo a perspectiva de três cientistas sociais (Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e Celso Furtado)*. A tese foi orientada pelo professor R. F. Behrendt, catedrático de Sociologia do Desenvolvimento e defendida em julho de 1967. Parte da tese (justamente aquela que discutia a obra de Florestan Fernandes foi publicada por uma pequena editora alemã: *Florestan Fernandes: Die sozio-ökonomische Entwicklung aus der Sicht eines brasilianischen Sozialwissenschaftlers* (SSIP – Verlag, Saabrücken, 1969) [Florestan Fernandes: O desenvolvimento sócio-econômico na visão de um cientista social brasileiro]. Em sua carta de 6.1.70 Florestan expressa sua alegria ao receber um exemplar desse livrinho. Empenhou-se pela publicação da tese, na íntegra, pela Companhia Editora Nacional, depois de ler minha versão traduzida (com a qual não concordava plenamente). Sua perseguição, aposentadoria compulsória e viagem para o exterior (Canadá) inviabilizaram tal projeto. (Freitag, 1996: 133)

Para os objetivos a que nos propomos, o ideal seria iniciar com a análise desse primeiro trabalho que procura, numa visão de conjunto, mais abrangente e sistemática, interpretar a sociologia de Florestan Fernandes, como se depreende não só pelo seu título, mas também pelas afirmações da autora no prefácio que escreveu para a publicação do livro de Eliane Veras Soares – *Florestan Fernandes: o militante solitário*:

A obra de Florestan Fernandes teve influência estratégica em minha formação intelectual. Na década de 60, quando ele ainda era pouco conhecido na Europa, li em Berlim tudo o que ele tinha publicado. Fiquei fascinada pelo ímpeto com que denunciava os ‘dilemas brasileiros’, entre eles o da democracia e do Estado, o dilema racial, o dilema educacional, entre vários outros, pondo o dedo em feridas da sociedade brasileira que – como vemos – trinta anos depois ainda não estão cicatrizadas. (Freitag, 1997: 11)

Entretanto, devido a um conhecimento insuficiente do idioma alemão por parte do autor da presente dissertação, esse trabalho não pôde figurar como objeto de nossa análise. Esse ponto de partida seria importante porque revelaria uma interpretação da sociologia de Florestan Fernandes no momento em que este ainda estava avançando suas reflexões sobre um dos temas centrais e principais de sua obra, referente à emergência da sociedade de classes no Brasil, que é justamente a pesquisa das condições estruturais e históricas do processo da revolução burguesa em países que se distanciaram dos modelos clássicos dessa revolução (França, Inglaterra e, ainda, Estados Unidos) e das vias especificamente *prussiana* (Alemanha) e *passiva* (Itália) de transição tardia ao capitalismo – os países da periferia do sistema capitalista mundial, subdesenvolvidos e dependentes da América Latina.

De qualquer modo, não tendo sido divulgada no Brasil e não ficando conhecida, essa interpretação *pioneira* realizada por Barbara Freitag não iria influenciar as leituras posteriores da produção intelectual e política de Florestan Fernandes. É assim que, na delimitação do nosso objeto de estudo, resolvemos partir das posições assumidas pela autora em outra sua contribuição ao estudo da obra do sociólogo paulista. Trata-se de sua intervenção na I Jornada de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, realizada de 22 a 24 de maio de 1986 no Campus de Marília; idealizada com o propósito de debater diversos aspectos e temas da produção acadêmica e política de Florestan, essa jornada consistiu no primeiro grande esforço coletivo de compreensão sistemática de sua obra<sup>8</sup>, tendo sido debatida e analisada, na

---

<sup>8</sup> É importante lembrar que, antes da realização da Jornada de Marília, foi realizado um colóquio, sob coordenação de Carlos Guilherme Mota (Universidade de São Paulo) e Fred P. Ellison (Universidade do Texas), sobre o então recentemente publicado *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975), de Florestan Fernandes, tendo tido lugar o seminário na *University of Texas (Austin)* em 1976. Quatro das intervenções críticas apresentadas durante esse colóquio foram reunidas e publicadas por Moacyr Félix e Enio Silveira em *Encontros com a civilização brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 4 (78): 175-199, 1978. Na *Pequena Bibliografia Crítica do Pensamento Social Brasileiro*, escrita por Ronaldo

ocasião, por antigos alunos, colegas, amigos, companheiros, professores, pesquisadores e especialistas nos eixos temáticos em que foi organizado o evento<sup>9</sup>.

Ao contrário do seu primeiro trabalho sobre a produção sociológica de Florestan Fernandes, que ficou desconhecido e sem divulgação no Brasil, o texto da intervenção de Barbara Freitag à referida jornada – **Democratização, Universidade, Revolução** – e a tese nele exposta, a da existência de uma *ruptura epistemológica* na sociologia de Florestan Fernandes, iriam causar grande repercussão e receber críticas, avaliações e reformulações posteriores, por vezes de modo implícito, velado ou indireto. Na apresentação e discussão dessa tese, selecionaremos aqueles pontos que interessarão mais diretamente ao nosso intuito de explicitação dos critérios de classificação das interpretações sobre a sociologia de Florestan. Mas, antes, cumpre esclarecer o teor de toda nossa problemática, responsável por nossos critérios classificatórios, com vistas a relacioná-la com a contribuição de Barbara Freitag.

---

Conde Aguiar (2000: 335-6), encontra-se um breve resumo dessas intervenções, produzidas por Emília Viotti da Costa, Paulo Silveira, Juarez Rubens Brandão Lopes e Bernardo Berdichewski. Ao final do encontro Florestan Fernandes apresentou suas impressões sobre as críticas a ele dirigidas, tendo sido publicada essa sua participação posteriormente no livro *Brasil: em compasso de espera*, São Paulo, HUCITEC, 1980, p. 75-83. As quatro intervenções não serão aqui debatidas por estarem concentradas num dos temas específicos da obra de Florestan, apesar de reconhecermos sua importância para uma compreensão mais ampla da sociologia deste, em especial as valiosas considerações de Paulo Silveira referentes à articulação das categorias *estrutura e história* contida em *A Revolução Burguesa no Brasil*.

<sup>9</sup> As intervenções realizadas durante a Jornada foram publicadas em Maria Angela D’Incao (org.), *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*, Rio de Janeiro/São Paulo; Paz e Terra/Unesp. Na apresentação a essa coletânea de ensaios, D’Incao fornece informações sobre a organização da Jornada e a divisão dos eixos temáticos em que se localizaram os participantes do evento: “Nesta que seria uma tentativa (aliás, a primeira) de abordar sistematicamente sua obra extensa e variada [de Florestan], dividimos esta última em áreas que cobrissem grande parte de suas contribuições. Dessa forma, elegemos sete áreas que consideramos centrais nos interesses do autor: universidade e escola pública, a questão racial, o problema indígena, o folclore, a revolução burguesa, teoria sociológica, e marxismo e revolução. Estas áreas se constituíram em temas de mesas-redondas, para as quais convidamos especialistas no assunto” (D’Incao, 1987: 11-2). Na construção de nossa problemática e nossos critérios de classificação, além do texto da intervenção de Barbara Freitag, serão utilizadas apenas duas outras contribuições presentes em *O Saber Militante*, devido à pertinência delas para a questão das relações entre sociologia e marxismo em Florestan, sobre a qual basearemos nossas propostas de análise, a saber, os ensaios de Gabriel Cohn, “O ecletismo bem temperado”, e de Hermínio Martins, “A totalidade fora de lugar?”. A seleção desses autores apresenta-se como bastante arbitrária, já que vários dos demais textos reunidos na coletânea trazem elementos fundamentais para o núcleo de problemas que será desenvolvido no presente trabalho; se nossas escolhas se restringiram a esses autores, tal se deu pelas dificuldades de realização de uma síntese bastante restrita poucas páginas, e não por supormos ausência de valor substantivo ou falta de importância dos textos excluídos.

O eixo central de nossa classificação será definido pelas relações entre ciência e política, academia e militância, ciência social e socialismo, díades que, no pensamento de Florestan Fernandes, podem assumir sua expressão mais geral na formulação de uma questão controvertida para a história da análise sociológica: quais as possibilidades, os impasses ou inconsistências e as implicações de uma tentativa de relação estreita entre sociologia e marxismo<sup>10</sup>? Parece-nos que essa questão é um dilema constante em toda produção e trajetória intelectuais de Florestan Fernandes, a ela estando vinculadas outras questões, como a da possibilidade e pertinência da especialização científica e dos nexos entre a ciência, os processos e os movimentos sociais. Serão essas as questões, devido à centralidade que comportam para o estudo da obra de nosso autor e da evolução teórica e política de seu pensamento, que discutiremos no decorrer de toda a exposição, explicitando as diferentes posturas defendidas pelos intérpretes da sociologia de Florestan.

Não apresentaremos, porém, toda a discussão no plano abstrato das possíveis (ou improváveis) relações intelectuais entre sociologia e marxismo; procuramos ir além situando o debate no terreno concreto de sua articulação dialética (estrutural e

---

<sup>10</sup> No âmbito mais geral da história da análise sociológica, essa questão se revela na discussão da possibilidade da sociologia constituir-se como disciplina científica autônoma e independente, com seu campo próprio de investigação, a estrutura social, pretensão essa bastante questionada pelo marxismo, que não pulveriza e fragmenta seu objeto de análise em disciplinas especializadas, mas procura sintetizá-los numa perspectiva histórica de crítica da própria constituição do objeto da ciência. Acrescente-se a isso o fato de que o marxismo se pretende como um movimento revolucionário de transformação da ordem social capitalista, pressupondo, *ipso facto*, uma relação de simbiose entre teoria e prática. Uma rápida referência à questão pode ser encontrada na passagem final da introdução de Tom Bottomore e Robert Nisbet (1980: 17) à *História da Análise Sociológica*, ao apresentarem-se conscientes “de que ainda há questões importantes e difíceis sobre a relação da Sociologia, considerada como uma ciência, com as formas mais filosóficas de reflexão sobre a sociedade”, no caso de se considerar *restritivamente* o marxismo como uma filosofia da história. Florestan Fernandes tinha uma forte consciência das divergências entre os propósitos de construção de uma disciplina científica, autônoma e especializada como a sociologia, e o marxismo, como se evidencia em uma de suas indagações: “uma classe revolucionária constrói uma teoria crítica da sociedade (ou se interessa por ela) porque ela ‘especializa’ (e, portanto, pulveriza) a realidade?”; apesar disso, para Florestan o ponto de vista sociológico no marxismo não deixaria de ser um de seus elementos constitutivos: “O materialismo histórico une a economia à sociologia e à história bem como funde a ciência à filosofia e à ação prática, porém se isso não ocorresse ele não poderia ser a fonte da teoria da sociedade que deveria alimentar a revolução socialista” (Fernandes, 1980b: 27).

histórica) com as possibilidades de atuação política nos processos de transformação da sociedade brasileira oferecidas pelas posições ou lugares sociais ocupados por Florestan, que ora alargaram, ora restringiram, seus campos de ação e influência. A tese da ruptura epistemológica, nos termos em que foi defendida por Barbara Freitag, procura repor o eixo das mudanças do pensamento de Florestan Fernandes – da forma como era por ele concebida as relações entre a sociologia e os processos sociais – nos marcos das transformações políticas por que passou a sociedade brasileira notadamente a partir do terceiro quartel do século XX, permitindo-nos, portanto, superar uma certa visão intelectualista incapaz de romper com os quadros de uma análise institucional e de enxergar a importância do fator especificamente político para a estruturação do pensamento de um autor. Daí a utilização da tese da *ruptura epistemológica* ser tomada como ponto de partida para a formulação de nossos critérios classificatórios, situando-a no terreno concreto das transformações políticas da formação social brasileira – esse, talvez, seja o mérito maior da tese defendida pela autora, a despeito de todas as críticas que a ela podemos direcionar.

Abordando o tema da *universidade e democracia* em Florestan Fernandes, Barbara Freitag divide a sua trajetória intelectual em duas fases, uma anterior ao afastamento compulsório, por decreto do AI-5 em 1968, do sociólogo paulista da instituição à qual servira durante quase 25 anos, a USP, fase tida como *acadêmico-reformista*, e outra posterior a essa perda de um referencial institucionalizado e acadêmico, coincidindo com o exílio no Canadá e com o retorno ao Brasil em condições precárias de vinculação institucional, a *fase político-revolucionária*. Assim a autora irá sintetizar o teor da tese a respeito de uma ruptura epistemológica na sociologia de Florestan Fernandes:

Para desenvolver o meu tema, partirei da tese de uma ‘ruptura epistemológica’ na obra de Florestan Fernandes, que permite distinguir uma fase acadêmico-reformista de uma fase político-revolucionária. Biograficamente, o momento do corte coincide com sua aposentadoria compulsória pelo AI-5, em 1968. A discussão do tema *universidade e democracia* na obra de Florestan Fernandes se insere no contexto dessa ruptura, refletindo-se de forma específica na sua concepção da universidade ontem e hoje.

Na argumentação que se segue defenderei a tese de que a produção intelectual de Florestan Fernandes sofre uma profunda reorientação, fazendo com que o autor não somente mude de conceitual teórico, mas penetre em uma nova problemática que anteriormente não estava presente em seus trabalhos escritos. Essa ruptura epistemológica corresponde *grosso modo* ao afastamento compulsório de Florestan Fernandes da USP em decorrência do AI-5 de 1968. (Freitag, 1987: 164-5)

O referencial acadêmico-reformista estaria ligado, de acordo com a argumentação da autora, à posição de Florestan Fernandes como professor universitário, refletindo-se não somente nas suas posturas teórico-metodológicas, inspiradas numa combinação eclética das tradições clássica e moderna da sociologia, européia e norte-americana, mas também nas unidades temáticas de sua produção no período anterior ao AI-5. Quanto à fase posterior, que seria marcada pela figura do cidadão cassado pela ditadura e politicamente perseguido, a postura teórica iria agora se basear nas categorias fornecidas pelo materialismo histórico e na análise do processo histórico brasileiro inspirando-se nos modelos revolucionários da América Latina, com o caso cubano assumindo uma forte importância. Nas palavras de Barbara Freitag:

A ruptura se manifesta, no meu entender, na descontinuidade entre uma postura ‘acadêmico-reformista’ na obra de Florestan Fernandes de *antes* do AI-5 e uma postura ‘político-revolucionária’ nos trabalhos que se seguem ao AI-5. Enquanto professor de Sociologia na melhor universidade do país, Florestan sustenta suas análises da realidade brasileira e suas propostas de mudança com teorias reformistas emprestadas à Sociologia positivista. Enquanto cidadão cassado e politicamente perseguido, analisa o processo político brasileiro com teorias revolucionárias inspiradas no materialismo histórico e nos modelos revolucionários que passou a estudar mais atentamente (Cuba). (Freitag, 1987: 165)

Ainda de acordo com a caracterização da autora, a problemática focalizada na fase acadêmico-reformista giraria “em torno de três eixos temáticos: (a) o debate e a reflexão teórica da Sociologia como disciplina; (b) a análise antropológica do índio brasileiro; e (c) o estudo pormenorizado da realidade brasileira” (Freitag, 1987: 165). No que diz respeito ao primeiro eixo temático, facilmente detectável em livros como *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada* (1960), *A Sociologia numa Era de Revolução Social* (1963), *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica* (1965) e *Elementos de Sociologia Teórica* (1970)<sup>11</sup>, Barbara Freitag irá tecer as seguintes considerações:

Os problemas aqui discutidos se vinculam à problemática do conhecimento sociológico como ciência, às implicações metodológicas que enfrenta o cientista ao reconstruir a realidade social, e à atuação do sociólogo como analista e crítico da realidade. Florestan Fernandes deixa transparecer nesses trabalhos sua fé na capacidade da razão e da ciência de captar a dinâmica do processo histórico e nele interferir, atribuindo aos intelectuais e cientistas um papel social preponderante. Nestes trabalhos, tem afinidades especiais com a concepção teórica de Mannheim e Freyer, sobretudo no que diz respeito às suas propostas do planejamento social. (Freitag, 1987: 165)

Essa postura teórico-metodológica mais geral, presente no Florestan Fernandes acadêmico-reformista, se relacionaria, de um lado, com a aceitação da existência de um amplo *intervalo técnico*<sup>12</sup> entre a produção do saber e sua utilização prática,

---

<sup>11</sup> Os anos de publicação destes livros são referentes à sua primeira edição, mencionados apenas com o intuito de localizar o leitor nas datas originais em que Florestan pôde lançar suas principais coletâneas de ensaios teóricos sobre a sociologia e as ciências sociais. Nas referências bibliográficas, utilizamos sempre os anos de edições posteriores, com as quais pudemos contar.

<sup>12</sup> Florestan Fernandes atribui a noção de *intervalo técnico* a Auguste Comte, servindo para diferenciar a sociologia das ciências naturais: “Desde Comte, percebeu-se que o modelo de explicação inerente à sociologia era marcadamente distinto daqueles que prevaleciam nos demais ramos da ciência. Nas idéias que ele elaborou, até uma concepção tão capital quanto à de *intervalo técnico* chegou a ser explorada, para explicar feições do uso social dos conhecimentos científicos pelo homem” (Fernandes, 1974: 296). Essa noção expressa, para Florestan, a distância entre a produção do conhecimento e sua utilização prática na realidade. Segundo ele, os clássicos das ciências sociais não desprezavam a utilidade dos saberes por eles produzidos; a diferença entre investigadores conservadores, reformistas ou revolucionários nessas ciências estava na maior ou menor amplitude daquele intervalo: “Os que pretendiam aproveitar os conhecimentos sociológicos em manipulações conservadoras ou reformistas, a exemplo de Malthus ou de Comte, respectivamente, julgavam indispensável a escolha de intervalos mais ou menos consideráveis. Os que aspiravam colocar aqueles conhecimentos a serviço da revolução social, ao contrário, tendiam a recomendar um intervalo mínimo, a exemplo de Proudhon ou de Marx, com amplas perspectivas para o mútuo aprofundamento da teoria e da prática. Do ponto de vista formal, o resultado seria o mesmo: o nascimento de uma concepção de ciência aplicada e da significação

levando o cientista social a limitar sua atuação como um mero propositor de alternativas de mudança e de medidas que facultassem o igual acesso dos diferentes setores da sociedade à educação, saúde, ao mercado de trabalho e ao consumo de bens materiais e culturais. De outro, ela também estaria relacionada com posições liberal-democráticas de resolução dos problemas, impasses e obstáculos a uma plena concretização da *ordem social competitiva* ou da sociedade de classes no Brasil. Conforme a caracterização proposta por Barbara Freitag, o horizonte histórico de Florestan Fernandes estaria restrito aos limites de uma plena concretização da ordem social competitiva e, igualmente, a um radicalismo burguês esclarecido, fortemente presente em sua posição militante na Campanha em Defesa da Escola Pública, ocorrida em fins da década de 50 e início dos anos 60. É assim, portanto, que a autora irá caracterizar a posição reformista de Florestan Fernandes:

Depois de suas análises brilhantes do *hic et nunc*, o autor sugere, como pensador e crítico de horizonte amplo, reformas de base que permitissem na sociedade brasileira de então a concretização do modelo democrático, assegurando igual acesso de todos às escolas, ao mercado de trabalho, ao saber e aos bens materiais e culturais de consumo. No seu entender, os dilemas e problemas sociais brasileiros só teriam solução dentro de uma visão que teríamos que chamar *liberal-democrática*. A função do cientista, intelectual e educador consistiria em denunciar os obstáculos que impedem o acesso de certas camadas ou classes sociais, grupos étnicos e minorias religiosas aos bens materiais, sociais e culturais, lutando, com a palavra oral e escrita, pela igualdade efetiva de oportunidades para todos. (Freitag, 1987: 166)

Em relação ao radicalismo burguês, a autora situa Florestan Fernandes no combate contra os resquícios arcaicos da antiga ordem social, estamental, de castas e patrimonialista, na moderna sociedade de classes:

Os impasses ocorridos na passagem de uma ordem senhorial escravocrata para uma sociedade de classes competitiva eram explicados como bloqueios impostos pelas forças retrógradas, pelas velhas elites e oligarquias rurais. Florestan Fernandes incluiu-se posteriormente no rol dos *burgueses radicais*,

---

construtiva da prática para a teoria que não encontrava símile nem fundamento nas ciências naturais” (Fernandes, 1976a: 280-1).

desesperados com as dificuldades que os processos de urbanização e industrialização encontravam e cuja estratégia consistia em afastar os obstáculos para fazer da sociedade brasileira uma sociedade capitalista competente. Essa posição fica explícita na luta de Florestan em favor da escola pública, no contexto da votação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil (1961). O autor e seus companheiros de luta exigem do Estado aquelas decisões que um Estado burguês somente assumia como discurso ideológico, mas jamais como prática política eficiente: a democratização do ensino no Brasil. (Freitag, 1987: 166-7)

Por fim, a autora chegará à caracterização máxima da fase acadêmico-reformista ao abordar o momento da ruptura definitiva de Florestan com o padrão burguês universitário e da sua assunção decisiva de uma postura político-revolucionária aludindo à problemática central que temos em mente, ou seja, servindo-se de uma comparação entre uma forma especificamente acadêmica (por que não dizer sociológica?) de compreender os fenômenos sociais e o materialismo histórico, apontando que no período anterior ao AI-5 o instrumental de análise marxista não fora rigorosa e sistematicamente utilizado:

[...] na fase *anterior* à ruptura, não surpreende o fato de não encontrarmos nessa obra o uso mais sistemático e consistente da teoria, da metodologia e do conceitual marxista. Os processos sociais brasileiros não são analisados em termos da organização do modo de produção, da dialética das forças produtivas e relações de produção, de lutas e conflitos de classe, ou de exploração imperialista. O autor defende nesse período a pluralidade dos métodos e a flexibilidade do uso das teorias da Sociologia e da Antropologia. Veremos que esse Florestan ‘liberal’ e ‘tolerante’ no campo da teorização sociológica desaparecerá, transformando-se em um autor que se diz explicitamente socialista. Este ‘novo’ Florestan não estará mais interessado em fazer análises sociológicas corretas (do ponto de vista descritivo), nem em contribuir para a construção de uma nova teoria do capitalismo dependente e sim em promover a *verdadeira* revolução socialista no Brasil. À ruptura epistemológica corresponde uma ruptura radical de Florestan Fernandes com o mundo ‘burguês’, isto é, universitário, no qual se encontrava até então inserido. (Freitag, 1987: 167)

Aqui temos, sintetizado, um dos elementos principais de nossas indagações, relativas à problemática de uma forte aproximação entre pensamento marxista e sociologia em Florestan Fernandes. De acordo com Barbara Freitag, o referencial de análise marxista se oporia à antiga postura acadêmico-reformista do então cassado e

politicamente perseguido professor de Sociologia da USP, agora empenhado em levar adiante uma verdadeira revolução socialista no País. De fato, as transformações profundas na ordem política e social brasileira não poderiam deixar de causar repositões radicais num pensador e cientista social engajado como Florestan, mas tal não se deu com o abandono das posições fundamentais anteriormente esposadas. A nosso ver, o caminho mais adequado, mais revelador, não seria o de verificar se houve uma ruptura epistemológica na passagem de uma postura acadêmico-reformista para uma postura político-revolucionária, mas de perquirir como as idéias básicas de Marx e do marxismo sempre estiveram presentes no projeto teórico de construção da disciplina sociológica na ótica de Florestan Fernandes<sup>13</sup>.

De igual forma, um outro ponto característico da tese da ruptura epistemológica que se relaciona intimamente com nossas indagações sobre as tensões entre sociologia e marxismo em Florestan Fernandes, por isso merecendo ser melhor explicitado e enfatizado, é a questão das diferenças de concepção acerca das relações

---

<sup>13</sup> Certo que a tese da *ruptura epistemológica* não é tão fechada a ponto de se pensar numa ruptura brusca na trajetória intelectual e política de Florestan Fernandes, mas consideramos que ela não explica satisfatoriamente a presença não desprezível do marxismo na fase anterior à ruptura, nem a permanência de ideais de pesquisa científica e do planejamento em textos do sociólogo paulista no período tido como político-revolucionário. Desse modo, irá afirmar a autora, evitando a idéia de uma ruptura brusca, da noite para o dia: “Certamente essa *ruptura epistemológica* não se deu da noite para o dia, como foi sua aposentadoria compulsória em decorrência do AI-5 de 1968. Já no Florestan reformista se encontrava o embrião do Florestan revolucionário. Mas talvez esse último não se desenvolvesse de forma tão radical e consistente em direção ao socialismo se a conjuntura política tivesse sido outra, ou melhor, se tivesse continuado o pacto populista-desenvolvimentista. [...] O crítico incansável das desigualdades e injustiças, na fase reformista, revela o revolucionário latente. Em certa ocasião, Florestan confessou que o apelo ao Estado educador e o discurso reformista fora um artifício para confrontar o Estado burguês com suas próprias contradições, forçando-o a cumprir sua promessa de educação pública e gratuita para todos os brasileiros. Em outra ocasião, admitiu que numa conjuntura autoritária radical o apelo à ordem social competitiva podia significar um avanço e não um retrocesso, já que permitiria a abertura de um espaço para iniciar a verdadeira luta democrática” (Freitag, 1987: 167-8). Poderíamos retrucar, porém, que Florestan Fernandes sempre foi socialista, tendo militado, inclusive, num agrupamento político-partidário na luta clandestina contra o Estado Novo (o PSR) nos anos 40, e havia traduzido, como parte da atividade política ligada a essa experiência concreta de militância, *Para a crítica da economia política*, de Marx, elaborando uma introdução que já revelava um profundo conhecimento dos fundamentos do materialismo histórico e de sua posição diante das outras correntes do pensamento científico nas ciências sociais. Em sua crítica à tese da ruptura epistemológica, Eliane Veras Soares problematiza esses aspectos da trajetória política e intelectual de Florestan Fernandes no livro *Florestan Fernandes: o militante solitário*, op. cit., p. 33-40.

entre o saber científico, o cientista social e os processos sociais de mudança na transição do período *acadêmico-reformista* para o período *político-revolucionário*. De acordo com Barbara Freitag, na passagem de um momento a outro a concepção de intervenção na sociedade se desloca (a) de uma ótica *idealista-reformista*, segundo a qual o cientista social seria o verdadeiro polarizador das transformações mediante o seu bom desempenho profissional como pesquisador e investigador, limitando-se a apontar os caminhos da conduta racional dos agentes sociais interessados na mudança e no equilíbrio dinâmico da ordem social, com o ponto de partida das transformações estando situado no terreno da instituição universitária; (b) para uma visão mais ampla do processo histórico que insere tanto o cientista social quanto a universidade nos movimentos sociais, cujas bases estariam nos estratos ou classes subalternas da sociedade civil, com a focalização dos potenciais de transformação estando desta vez situadas na própria estrutura social antagônica da ordem capitalista e não mais nas instituições de produção do saber científico – como sugeriu a autora na caracterização da fase precedente. Nas palavras de Barbara Freitag, as respectivas posições de Florestan Fernandes são assim descritas:

A posição idealista-reformista do sociólogo que acreditava poder ‘provocar’ mudanças sociais através de sua análise racional e objetiva das contradições e dos dilemas sociais é abandonada (cf. depoimento pessoal em Fernandes, 1980<sup>14</sup>) em favor de uma concepção histórico-materialista dos processos societários. A dinâmica desses processos, longe de ser percebida como engendrada por elites de intelectuais ou tecnocratas, é vista como sendo a expressão de uma luta de classes que resultará num movimento revolucionário autogerado e sustentado pelos oprimidos. (Freitag, 1987: 169)

Nesse sentido, tratar-se-ia, por parte de Florestan Fernandes, tanto de uma crítica à tecnocracia estatal que se instalara e consolidara no poder com apoio no regime *civil-militar* de 64, quanto de uma autocrítica às antigas posições, anteriores ao

---

<sup>14</sup> Barbara Freitag refere-se ao livro de Florestan Fernandes, *A natureza sociológica da sociologia*.

*corte epistemológico*, eivadas da perspectiva do intelectual de tipo *mannheimiano*, propositor do planejamento e do desenvolvimento social na qualidade de mediador das oposições e contradições de interesses entre as classes e os grupos conflitantes e antagônicos com vistas à consecução da mudança com manutenção do equilíbrio dinâmico da ordem social. No dizer da própria autora, a análise do Florestan *político-revolucionário*

[...] encerra tanto uma crítica ao governo tecnocrático ditatorial, implementado pelos militares em muitas sociedades latino-americanas, quanto uma certa autocrítica, face à sua posição anterior ao ‘corte’. Com isso Florestan Fernandes abandona definitivamente a proposta mannheimiana da sociedade democrática planejada, na qual a educação e a ciência teriam, através dos seus agentes (os cientistas, intelectuais e educadores), um papel preponderante na promoção do desenvolvimento, para admitir que o processo histórico é carregado pelas classes sociais, que em sua luta pela hegemonia alcançam (ou não) o controle do processo societário global. (Freitag, 1987: 169)

Feita essa apresentação bastante resumida da tese da *ruptura epistemológica*, estamos agora em condições de formular de modo mais preciso toda nossa problemática, sem a pretensão, porém, de adiantar hipóteses que possam fornecer-lhe alternativas de resposta, a fim de esclarecer os critérios de classificação dos intérpretes da sociologia e da trajetória intelectual de Florestan Fernandes. Aproveitaremos as contribuições das intervenções de Gabriel Cohn<sup>15</sup> e Hermínio Martins ao Seminário de Marília para a apresentação dessa problemática e para completar o quadro de nossa discussão sobre as relações entre sociologia e marxismo em Florestan. Dada a centralidade dessa discussão em nosso trabalho, as questões que avançaremos irão girar em torno das seguintes indagações gerais: (a) há oposição irreduzível entre o

---

<sup>15</sup> Além do texto de Cohn publicado em *O Saber Militante*, há três outras contribuições suas para o estudo da sociologia de Florestan Fernandes que poderiam servir de complemento ao debate aqui apresentado. Trata-se de seus artigos “Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes”, in: Reginaldo Moraes, Ricardo Antunes e Vera B. Ferrante (orgs.), *A inteligência brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1986, p 125-48, “A revolução burguesa no Brasil”, in: MOTA, Lourenço Dantas (org.), *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*. 2. ed., São Paulo, Editora SENAC, 1999 e “A integração do negro na sociedade de classes”, in: MOTA, Lourenço Dantas (org.), *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. 2. ed., São Paulo, Editora SENAC, 2002.

marxismo e as ciências sociais especializadas? (b) se não há uma tal oposição intransponível, que relações estreitas poderia haver entre o materialismo histórico e uma ciência social especializada como a sociologia? (c) qual, então, seria a concepção de ciência especializada que se pauta por uma relação estreita com o marxismo? (d) por fim, que espécie de ligação haveria entre as ciências sociais concebidas em nítida aproximação com o pensamento marxista e os processos sociais?

Essas indagações gerais são pertinentes porque na tese da *ruptura epistemológica* encontra-se implícita uma oposição entre a Sociologia como disciplina científica especializada e o materialismo histórico como proposta político-teórica de conhecimento e transformação revolucionária da ordem social capitalista. De outra forma não poderia ser entendida a afirmação de Barbara Freitag conforme a qual o “Florestan Fernandes pós-69”, ou seja, depois de sua ruptura teórica, metodológica, epistemológica e, ao mesmo tempo, política com a sociologia acadêmica, não apenas abandonara o discurso acadêmico-reformista da universidade, assumindo um discurso político-revolucionário, mas também deixaria de revelar em seus escritos mais recentes qualquer “compromisso com a ciência”, elaborando-os “como instrumentos de luta pela revolução proletária no Brasil” (Freitag, 1987: 169). Ora, o que visamos sugerir é que essa oposição não se justifica, pois, para Florestan Fernandes, uma disciplina como a Sociologia pode atuar como uma verdadeira arma de combate pelo socialismo<sup>16</sup>, necessitando-se, ao contrário, que a prática científica seja ainda mais

---

<sup>16</sup> Não teríamos condições – nos limites do presente trabalho – de demonstrar tal sugestão, por isso nos limitamos a apresentar os elementos que podem lhe dar alguma sustentação. A síntese entre sociologia e socialismo foi, sem dúvida, um projeto que ganhou intensidade na trajetória intelectual de Florestan Fernandes, principalmente no processo de sua radicalização política no confronto com as forças reacionárias da contra-revolução e do regime ditatorial instaurado em abril de 1964; porém, esse projeto já poderia ser identificado, em germe, em escritos bem anteriores ao momento do *corte* proposto por Barbara Freitag. Um texto fortemente significativo a esse respeito é “O problema do método na sociologia”, escrito por Florestan em 1947, depois transcrito como último capítulo de *Ensaio de sociologia geral e aplicada* (1976), revelando a centralidade da influência do pensamento de Marx em

rigorosa e precisa quando se trata de realizar a revolução proletária, sob pena de se forjarem táticas e estratégias de luta equivocadas diante de um conhecimento distorcido da realidade social.

Assim, tomamos de Gabriel Cohn a sugestão de que o marxismo atua como um dos pólos unificadores do pensamento de Florestan Fernandes, talvez o mais fundamental e importante, não procurando desprezar, contudo, a rica contribuição da sociologia mannheimiana do conhecimento e de outras vertentes do pensamento sociológico clássico e moderno, também fortemente responsáveis pela estruturação do ponto de vista teórico do sociólogo em questão. Em sua análise do livro *A revolução burguesa no Brasil* Cohn irá, então, afirmar:

Eu me aventuraria a sugerir que seria um belo empreendimento de reconstrução metodológica e teórica se nós pudéssemos trazer à tona como, no final das contas, o jogo cruzado entre Weber e Durkheim, na análise que Florestan faz da revolução burguesa no Brasil, encontra sua inteligibilidade numa outra corrente de pensamento, que permeia ambas e exatamente garante a sua inteligibilidade. Ela não está expressa, não está explícita, não é invocada de maneira explícita. Quando eu falo explícito, vejam bem, eu não estou me referindo a notas de rodapé, estou me referindo à própria linguagem usada, aos conceitos invocados. Essa explicitação requer um trabalho de reconstrução para vir à tona.

A sugestão, aqui, é que essa outra concepção, essa coisa que trabalha o texto por dentro, é a visão marxista, é uma concepção materialista histórica, alimentada por Marx. Eu diria que não apenas por Marx, mas por Lenin, esse Lenin ao qual Florestan dedicou um texto que deve ser sério candidato a ser uma das melhores coisas que se tenha escrito como comentário a respeito: a introdução que Florestan fez ao volume sobre Lenin da coleção 'Grandes Cientistas Sociais'. Essa coisa trabalha por dentro o texto todo, articula as outras e permite, no final das contas, que disponhamos de uma construção analítica internamente consistente, inteiramente coerente. (Cohn, 1987: 52)

---

sua proposta de unificação teórica na Sociologia. Tendo sido conscientemente formulado por Florestan Fernandes esse projeto de fundamentar sociologicamente o socialismo – ao afirmar que pretendia “ligar o trabalho na investigação na sociologia ao processo de construção de um pensamento socialista no Brasil” (Fernandes, 1981: 20) – acreditamos que a síntese alcança sua expressão máxima no momento da reflexão do autor sobre as relações estruturais entre o pensamento sociológico e a organização da sociedade sob o socialismo de transição em *A Natureza Sociológica da Sociologia* (1980). A argumentação de Florestan neste livro, principalmente nos três capítulos finais, se volta para o exame da construção de novas condições sociais de validade do saber científico sob o socialismo, liberando a sociologia e as demais ciências das inibições ideológicas que a prendiam aos dinamismos de reprodução do capitalismo monopolista e empobreciam seus alvos teóricos, práticos e empíricos. Nesse sentido, a sociologia iria adquirir uma verdadeira autonomia e alcançaria sua plenitude como ciência em conexão estreita com a transformação socialista da sociedade, o marxismo e o materialismo histórico e dialético.

Para Gabriel Cohn, entretanto, o materialismo histórico (ou marxismo) como ponto de vista unificador não se daria, em Florestan Fernandes, com o abandono e exclusão da Sociologia enquanto disciplina especializada fornecedora de um “viés específico” na investigação dos fenômenos sociais – daí podermos inferir seu diferendo em relação à tese do corte epistemológico, no que estamos em inteiro acordo. É assim que, ao explanar o significado do conceito de “ordem social competitiva” para Florestan Fernandes, afirma de modo decisivo:

Esse conceito deriva não apenas das suas concepções metodológicas fundamentais, mas também da modalidade de sua inserção intelectual no âmbito das Ciências Sociais, quando visa dar conta de aspectos fundamentais da sociedade por um viés específico, que é o viés do sociólogo, diferente do viés do político, do economista, do historiador. (Cohn, 1987: 50-1)

Essa consideração de Cohn, apesar de especificamente voltada para o conceito de ordem social competitiva – tal como essa noção aparece em alguns trabalhos de Florestan, ainda em elaboração no seu *A integração do negro na sociedade de classes* e apresentada de modo mais sistematizado em *A revolução burguesa no Brasil* – pode, a nosso ver, ser estendida para toda a sua sociologia. Florestan Fernandes, ao se pautar pelo viés específico do sociólogo, sendo essa a sua posição particular nas ciências sociais, não deixa de estruturar seu ponto de vista sociológico e unificá-lo em torno das injunções e influxos do materialismo histórico em seu pensamento.

Um exemplo marcante e ilustrativo desse último delineamento seria o uso simultâneo que Florestan Fernandes faz do estrutural-funcionalismo, método de investigação e compreensão dos fenômenos sociais que podemos associar a uma visão estritamente sociológica, e a perspectiva marxista, chegando a erigir categorias teóricas capazes de aproximar ou de compatibilizar as duas correntes. Recorreremos a um outro participante da Jornada de Marília para explicitar mais precisamente essa característica

do pensamento sociológico de Florestan, que pode ser inferida a partir da leitura do ensaio de Gabriel Cohn discutido acima.

Hermínio Martins, em sua participação na Jornada, debate a questão, revelando que a possibilidade da aproximação entre marxismo e estrutural-funcionalismo foi algo seriamente discutido nas ciências sociais em âmbito mundial. Não cabendo aqui considerar se uma tal aproximação seria possível ou viável – o que parece ser negado em peso pelos marxistas – é preciso reconhecer que Florestan Fernandes fez parte do quadro geral de referência apresentado por Martins e acreditava na aludida possibilidade de uma relação de complementaridade entre o método estrutural-funcional e a abordagem dialética, levando-nos a argumentar pelo não abandono de suas posturas metodológicas fundamentais, pautadas pelo esforço de unificação do ponto de vista sociológico, após a ruptura suposta por Barbara Freitag. Martins irá expor suas idéias no contexto da discussão do lugar e do estatuto da noção sociológica de *totalidade* na obra de Florestan, sugerindo que pode haver aproximação entre a análise funcional e uma postura marxista exigente. Referindo-se aos dois primeiros trabalhos maiores de Florestan, Martins irá assim se posicionar:

Estou pensando francamente em dois textos do professor Florestan: *A Organização Social dos Tupinambá*, que é um ensaio sobre a análise funcional, e *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*, onde ele estabeleceu a relação entre a análise funcional e o marxismo. Não vou falar de outros textos, em parte porque não os li todos – é uma obra vastíssima –, em parte porque, de fato, são livros mais bem conhecidos no estrangeiro. Os livros de interpretação macrossociológica da realidade brasileira são em geral bem conhecidos por todas as pessoas que se interessam pela América Latina e pelo Brasil em particular. Mas aqueles textos teóricos que mencionei são, infelizmente, muito menos conhecidos, apesar de representarem um momento interessante, que foi o da constituição de um tipo de análise sociológica funcional – uma análise funcional feita por um marxista coerente. Portanto, houve uma certa relação entre funcionalismo e marxismo que muitos anos depois se tornou uma coisa, talvez, impensável, mas que existiu não só no Brasil, mas também noutros países, embora não seja um fenômeno muito bem conhecido. (Martins, 1987: 55)

A rica sugestão que pode ser retirada da citação precedente diz respeito à possibilidade de uma síntese não-eclética entre o método funcional e a abordagem marxista, mas essa síntese (entre o estrutural-funcionalismo e o marxismo, para permanecermos em nosso exemplo), como procuramos argumentar, apenas seria pertinente no âmbito de uma disciplina científica capaz de integrar, no seu interior, as categorias de análise mais gerais que partem das duas correntes, disciplina essa que, no caso de Florestan Fernandes, é a Sociologia. Finalmente, ao caracterizar a noção sociológica de totalidade em Florestan, o sociólogo português radicado na Inglaterra apresenta a originalidade de sua utilização na unificação de seus aspectos estáticos e sincrônicos, de um lado, e dinâmicos e diacrônicos, de outro. Fazendo menção ao que chamou de momento ótimo da análise funcional, Martins assim reconstrói a noção de totalidade:

[...] voltando à questão da análise funcional da década de 50, que foi um bom momento da análise funcional, parece-me que houve uma certa preocupação com a questão da conceitualização, da categorização das totalidades sociais históricas, que de fato implicava uma série de conceitos, uma série de distinções que podem ser colocadas de maneira mais ou menos independente. A primeira é a questão muito genérica da relação entre a parte e o todo, questão que se impõe a qualquer disciplina, em qualquer domínio, mas que tem uma importância especial nas Ciências Sociais, como já dizia um dos seus fundadores, Auguste Comte, que procurou teorizar as totalidades na Biologia e na Sociologia; aliás, ele teve uma importância muito grande no pensamento político e social brasileiro. Como Florestan Fernandes sugere em *A Função Social da Guerra*, o princípio de que o todo determina a parte é um princípio metafísico, mas pode sugerir uma heurística da análise sociológica capaz de ser, no caso, a análise funcional, que procura relacionar as práticas, as instituições, e os grupos aos diversos aspectos da sociedade inclusiva. (Martins, 1987: 59)

Nessa passagem, fica bastante evidente a elaboração do aspecto sincrônico da noção de totalidade; no entanto, como esclarece Hermínio Martins ao final de seu ensaio, esse conceito irá apresentar, em Florestan, simultaneamente uma faceta dinâmica e diacrônica, ao afirmar a “idéia de que as totalidades sociais têm uma dinâmica interna, têm contradições internas que levam, necessariamente, ou mesmo

provavelmente, a um futuro melhor, dentro das condições de existência atuais” (Martins, 1987: 62). Retirando a ênfase otimista que Martins atribui a essa visão de totalidade sob a forma da condução necessária ou provável a um futuro melhor, é certo que o aspecto dinâmico nela identificado representa de modo bastante oportuno uma das especificidades mais importantes do pensamento sociológico de Florestan Fernandes, a sua maneira peculiar de construir conceitos ou categorias mediante a utilização complementar de perspectivas distintas.

Com toda a discussão anterior visamos indicar, ainda que de forma insuficiente e provisória, que o marxismo constitui um dos pólos unificadores centrais do desenvolvimento da estrutura teórica da sociologia de Florestan, deixando também sugerido que o mesmo não abandonará suas posturas científicas fundamentais após o momento do suposto *corte epistemológico* em seu pensamento. Estamos em condições, agora, de precisar melhor, com base em alguns dos elementos da tensa relação entre marxismo e sociologia em Florestan Fernandes abordados, os critérios da classificação geral dos intérpretes de sua Sociologia apresentada logo no início deste capítulo.

As duas vertentes interpretativas já mencionadas, a *institucionalista* e a *político-radical*, constituem um artifício que permite identificar as perspectivas metodológicas comuns entre os autores<sup>17</sup> que se preocuparam em definir a posição de Florestan Fernandes na história das ciências sociais brasileiras, apesar das inúmeras diferenças entre eles existentes e não menos significativas. Essa ressalva é importante porque exclui qualquer presunção de que haja completa homogeneidade ou uma visão

---

<sup>17</sup> Dentre os intérpretes institucionalistas, situamos Wanderley Guilherme dos Santos (1978), Maria Arminda do Nascimento Arruda (1995; 2001; 2003), Sylvia Gemignani Garcia (2002; 2003), Heloísa Pontes (1998), José de Souza Martins (1997) e Fernando Henrique Cardoso (2000). Do lado da interpretação político-radical localizam-se os seguintes autores: Antonio Candido (2001), Octavio Ianni (1989; 1991), Carlos Guilherme Mota (1977), Carlos Aguedo Nagel Paiva (1991), Ernesto Renan de Freitas Pinto (1992), Eliane Veras Soares (1997), Avelar Cezar Imamura (1995), Jiron Matui (2001), Miriam Limoeiro Cardoso (1996) e Débora Mazza (2003).

monolítica sobre a sociologia de Florestan compartilhada pelos intérpretes localizados numa mesma orientação. O desafio maior da presente dissertação reside, portanto, na explanação das duas visões interpretativas sem que as posturas teórico-metodológicas de cada um dos autores sejam simplificadas, reduzidas ou distorcidas devido a seu enquadramento em uma das nossas categorizações – o que se tentará realizar nos dois próximos capítulos, o primeiro deles se dedicando à visão institucionalista; o segundo, ao estudo da vertente político-radical.

O primeiro de nossos critérios diz respeito ao modo de serem consideradas, por parte dos intérpretes, as relações entre a Sociologia e o marxismo em Florestan Fernandes. Na vertente *institucionalista*, haveria uma irredutibilidade entre o pensamento marxista e as ciências sociais – apenas superada por Florestan à medida que consegue incorporar a contribuição especificamente sociológica de Marx ao lado de outras correntes como o funcionalismo durkheimiano, a sociologia compreensiva de Weber, as técnicas investigativas da Escola de Chicago etc.; nesse movimento de incorporação e assimilação do legado de Marx, seu pensamento seria visto como possuindo um peso igual às demais correntes. No caso da visão *político-radical*, o marxismo é tomado como um dos eixos principais de articulação do ponto de vista teórico na sociologia de Florestan Fernandes, atuando como base de sistematização e unificação das diversas tendências sociológicas e da contribuição das demais ciências sociais, sendo, portanto, um elemento central de síntese *intra* e *trans*-disciplinar.

O segundo critério classificatório refere-se às formas como são concebidos os vínculos entre teoria e prática que decorrem das caracterizações, avançadas em cada uma das vertentes interpretativas, acerca das relações entre sociologia e marxismo em Florestan Fernandes. Na interpretação *institucionalista*, a ciência sociológica seria vista como uma esfera autônoma em relação às outras esferas da ação social, levando,

em sua expressão extremada, a uma imagem de separação entre os momentos da teoria e da prática no tipo de investigação sociológica defendido por Florestan Fernandes. Quanto à vertente *político-radical*, a ciência é vista como uma das esferas da ação social, como parte integrante dos processos sociais, não havendo, portanto, riscos de supor uma dicotomia entre teoria e prática na caracterização da sociologia de Florestan. Cumpre esclarecer, porém, que as posições, mesmo entre os intérpretes classificados numa mesma categoria, na versão *institucionalista* ou na *político-radical*, são bastante diversas e divergentes entre si no que concerne a esse segundo critério, havendo homogeneidade somente quanto à questão de se considerar a ciência como autônoma ou não em relação às demais esferas da ação social e aos processos sociais.

O último e decisivo critério de classificação concerne à excessiva ênfase que é colocada, na visão institucionalista, aos imperativos da construção da carreira acadêmica por Florestan Fernandes, baseando-a numa concepção universalista, autonomista, racionalista e intelectualista de solução dos problemas práticos da coletividade por uma ciência sociológica distanciada dos choques e conflitos entre grupos, classes e frações de classe, constitutivos da formação social brasileira. Em contraponto, a versão político-radical irá situar a evolução do ponto de vista teórico da sociologia de Florestan nos quadros de uma *Weltanschauung* radical e socialista vinculada às suas condições sociais de origem, à socialização política indireta adquirida nos períodos da infância, da juventude e da inserção na atividade acadêmica e aos interesses dos setores subalternos, marginalizados, colonizados, explorados e dominados da sociedade brasileira.

## 2. AS INTERPRETAÇÕES INSTITUCIONALISTAS DA SOCIOLOGIA DE FLORESTAN FERNANDES

A vertente institucionalista de interpretação da Sociologia de Florestan Fernandes se caracteriza, fundamentalmente, pela excessiva ênfase atribuída às influências dos imperativos éticos da construção da carreira acadêmica numa ordem social burguesa em ascensão – como era o caso da realidade brasileira em meados do século passado, especialmente da cidade de São Paulo – sobre suas concepções teóricas e metodológicas no conjunto das ciências sociais. Uma tal visão irá levar não só a uma relativa desconsideração da importância do elemento ideológico, identificado por uma *Weltanschauung* radical e socialista, na compreensão da estruturação do pensamento teórico do intelectual paulista, mas também à impossibilidade de captar as complexas mediações que poderiam ser estabelecidas, em Florestan, entre o projeto de construção de uma sociologia científica e o marxismo como expressão do movimento político de desagregação da ordem capitalista e edificação de uma sociedade sem classes. Nos limites desta dissertação, procuraremos apresentar e criticar os pontos principais dessa *vertente institucionalista* com o intuito de indicar outros caminhos e hipóteses – que só poderão ser explicitados ao final de todo o trabalho – para um estudo da trajetória intelectual e política de Florestan Fernandes e de sua sociologia.

Os autores que podemos incluir na *vertente institucionalista* ora desenvolveram estudos completos e sistemáticos, baseados em marcos teóricos e conceituais bastante definidos, como é o caso de Maria Armanda do Nascimento Arruda (1995; 2001; 2003) e Sylvia Gemignani Garcia (2002; 2003), ora refletiram um tanto livremente sobre aspectos da produção sociológica de Florestan Fernandes, muitas vezes no desejo de ressaltar e enfatizar uma característica e um modo de ser intelectuais do sociólogo

paulista, a fim de fazer permanecer a visão de prática científica que mais lhes aprazem, a exemplo de José de Souza Martins (1998) e Fernando Henrique Cardoso (2000). Essa circunstância geral dificulta uma análise conjunta dos intérpretes institucionalistas de Florestan Fernandes, daí a necessidade de concentrarmos parcela maior de nossos esforços no exame das duas primeiras autoras e apenas nos limitarmos a apresentar algumas das inconsistências e preconceitos ideológicos dos dois últimos. Antes, porém, será preciso explicitar rapidamente como se dá o aparecimento de um viés institucionalista no estudo da sociologia de Florestan.

A interpretação institucionalista da sociologia de Florestan terá sua primeira formulação nas críticas a ele dirigidas por Wanderley Guilherme dos Santos em seu já citado artigo de 1967, *A imaginação político-social brasileira*, cujos argumentos serão refinados e aperfeiçoados em duas de suas publicações posteriores<sup>1</sup>. Pondo em questão os pressupostos da periodização da história da sociologia e das ciências sociais no Brasil elaborada por Florestan Fernandes, o referido autor irá se posicionar contra o que chama de “matriz institucional” de análise do pensamento político-social brasileiro<sup>2</sup>. O ponto central de tal impugnação à matriz institucionalista foi assim explicitado:

Por matriz institucional entende-se a organização, classificação e avaliação da evolução do pensamento social brasileiro, segundo marcos organizacionais e institucionais. Fazem parte deste grupo Costa Pinto e Carneiro, Florestan Fernandes, Fernando de Azevedo e Djacir Menezes (texto de 1950<sup>3</sup>). O texto de

---

<sup>1</sup> Cf. Wanderley Guilherme dos Santos, “Raízes da imaginação política brasileira”, *Dados*, Rio de Janeiro, (7): 137-161, 1970 e *Ordem burguesa e liberalismo político*, São Paulo, Duas Cidades, 1978.

<sup>2</sup> Guilherme dos Santos identifica três matrizes de análise da história do pensamento social brasileiro. De acordo com sua categorização, seria “possível agrupar as análises do pensamento político-social brasileiro segundo três modalidades principais: a matriz institucional, a matriz ‘sociológica’ e a matriz ‘ideológica’” (Santos, 1978: 25). Florestan Fernandes é enquadrado nas matrizes institucional e sociológica. Não nos preocuparemos, porém, em explicar o porquê do autor tê-lo situado nesta última matriz, a sociológica, já que estamos interessados apenas na vertente institucional.

<sup>3</sup> Djacir Menezes, “La science politique au Brésil au cours des trente dernières années”, in *Unesco, La Science Politique*, 1950.

Costa Pinto e Carneiro<sup>4</sup> resultou de uma pesquisa promovida pela Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Secundário (CAPES), a fim de dar conta “dos objetivos práticos e das perspectivas concretas, culturais e profissionais, com que defrontam os cientistas sociais brasileiros”. Entende-se assim que 1930 [marco temporal de referência das novas experiências no ensino superior brasileiro, dadas pela fundação das Universidades e pelas Faculdades de Filosofia] seja tomado como ponto inicial da periodização e que esta contemple apenas marcos legais e institucionais. Tratava-se, a rigor, de conhecer o estágio organizacional e institucional da profissão de cientista social e por isso a ênfase é estritamente legal. O resultado contudo é que o texto não oferece, talvez não tenha sido nem mesmo sua intenção latente, uma história das Ciências Sociais no Brasil, mas antes uma cronologia das etapas da institucionalização educacional da atividade dos cientistas sociais brasileiros. (Santos, 1978: 25-6)

Em seguida, condenação mais forte é dirigida a Florestan Fernandes por ter se proposto a fazer da periodização institucional da história das ciências sociais no Brasil – se é que, para Guilherme dos Santos, o enfoque institucional de consideração do assunto poderia pretender-se como uma autêntica história das ciências sociais – uma periodização epistemológica ou teórica:

Compromisso diferente, todavia, e mais grave, é assumido por quem lê na periodização institucional uma periodização epistemológica, ou teórica. Tal é o caso de Djacir Menezes e Florestan Fernandes para os quais a oficialização dos estudos sociais no Brasil, sob forma de sua organização burocrática universitária, coincide com a difusão de técnicas modernas de investigação social – os estudos de campo por amostragem, o questionário, a entrevista –, e assinalam a passagem no tempo do período pré-científico para o período científico da investigação social no Brasil. (Santos, 1978: 26)

Após citar uma passagem do texto de Djacir Menezes, no qual estariam expostas com nítida clareza as características da matriz institucional da história das disciplinas sociais no Brasil<sup>5</sup>, Guilherme dos Santos irá aproximar as posições

---

<sup>4</sup> Luiz de Aguiar Costa Pinto e Edison Carneiro, *As ciências sociais no Brasil*, CAPES, Série Estudos e Ensaio, 6, 1955. Este ensaio recebeu comentários críticos de Florestan Fernandes num artigo intitulado “A Sociologia no Brasil”, publicado na revista *Anhembi*, São Paulo, 22 (65): 342-4, abr., 1956. A crítica que Florestan dirige aos autores refere-se à questão da repercussão internacional da produção sociológica realizada no país, pelo fato de Costa Pinto e Carneiro se preocuparem demasiadamente com a notoriedade desta produção nos centros culturais externos e descurarem das exigências concretas e mais prementes de enraizar as ciências sociais brasileiras nas potencialidades de desenvolvimento dos meios social e institucional internos.

<sup>5</sup> A referida passagem encontra-se em francês. Aqui resolvemos traduzi-la livremente: “Por volta de 1930, com o crescimento da importância tomada pelas questões econômicas se fez sentir a necessidade de criar novas instituições de ensino superior, academias de comércio, faculdades de economia e de

defendidas pelo primeiro com as percepções de Florestan acerca da questão, concluindo em seguida que, nessa vertente institucional de estudo das ciências sociais, seria “basicamente à institucionalização das atividades científico-sociais que se atribui o caráter divisor de águas entre o período pré-científico e o período científico da produção intelectual brasileira” (Santos, 1978: 26). As duras críticas que o autor irá dirigir à matriz institucional referem-se às conseqüências negativas da aplicação desse simplificado, ou mesmo simplista, esquema de periodização para o estudo da reflexão social no país:

Dado que o período científico das ciências sociais no Brasil se inicia com a criação de cursos superiores, a importação de professores estrangeiros e a introdução das técnicas de investigação de campo, e dado que isso só se verificou no segundo quartel deste século, segue-se que a exposição da história do pensamento político-social brasileiro é extremamente simples: até o segundo quartel deste século produziram-se ensaios sobre temas sociais, a partir de então produziu-se ciência. Considerando-se ademais que qualquer que tenha sido a quantidade ou qualidade da produção do primeiro período ela é irrelevante para o progresso da ciência, torna-se desnecessário qualquer investigação sobre que autores pertencem ao passado cultural do país, ou sobre o modo pelo qual pensaram o social. O interesse histórico se resumiria a catalogar a produção do primeiro período (pré-científico) pela temática e a explicar de que modo as variações na estrutura da sociedade introduziram modificações na temática pré-científica. Ora, a historiografia que ordena o passado em função do presente, e assumindo o presente como o ‘moderno’, está desarmada para entender as exatas articulações do desenvolvimento intelectual da humanidade. (Santos, 1978: 26-7)

Os textos de Florestan submetidos à análise de Guilherme dos Santos foram escritos no decênio de 1950<sup>6</sup> e procuram enfocar as condições estruturais e funcionais do meio social brasileiro que possibilitaram o desenvolvimento do pensamento

---

administração e faculdades de filosofia. É somente então que puderam se desenvolver as técnicas de análise objetiva em matéria social, a enquête estatística, a monografia, o questionário – em suma o método científico aplicado aos estudos das relações humanas” [...] “Após a fundação das faculdades de filosofia em Rio e São Paulo, o governo assegura a colaboração de professores estrangeiros eminentes, notadamente no domínio da ciência política e da economia política” (Menezes *apud* Santos, 1978: 26).

<sup>6</sup> Trata-se de ensaios posteriormente reunidos em *A Sociologia no Brasil* (1980c) como seus três primeiros capítulos, cujas datas e locais das publicações originais constam em notas explicativas no início de cada um deles: “Ciência e sociedade na evolução social do Brasil” (*Revista Brasiliense*, 1956); “Desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil” (*Anhembi*, 1957); “O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros” (*Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Universidade de Minas Gerais, 1958).

racional e científico concernentes aos mundos da natureza e da sociedade, em confronto com os obstáculos sócio-culturais de uma ordem social que emergia recentemente de seu passado estamental e escravista. As caracterizações de Florestan Fernandes contidas nesses textos estão profundamente marcadas pela apreensão dos requisitos institucionais mínimos da prática científica, suas condições de efetivação, permanência, continuidade e aperfeiçoamento numa dada estrutura social. Para tanto, seria preciso compreender o processo de secularização do saber e de perda do monopólio conservador do conhecimento pelos setores tradicionais – ligados, segundo Florestan, aos estratos privilegiados da ordem patrimonial, representados pela burocracia e pelos *profissionais liberais*, em especial o bacharel de Direito, e à Igreja Católica (Fernandes, 1980c: 28-31) – como um processo necessário de implantação da ciência e da reflexão racional sobre a sociedade em decorrência do advento de novas condições de existência relacionadas com a industrialização, urbanização e conseqüente diferenciação da estrutura social. A periodização proposta por Florestan Fernandes deve ser entendida como parte integrante desse quadro geral de referência, levando-nos a considerar injustas as críticas a ele endereçadas por Wanderley Guilherme dos Santos.

Não se dando conta da presença de um forte teor de aproximação em direção ao objeto de estudo nessa caracterização sociológica das condições de emergência do saber científico em um Brasil que se modernizava, apesar de conservar suas feições arcaicas, para a qual Florestan adotou uma posição teórica específica dentro do panorama geral da Sociologia do Conhecimento, Guilherme dos Santos enxergou simplificações e reducionismos institucionalistas onde havia tão-somente a intenção de relacionar as mudanças gerais da estrutura social com o estado da reflexão social em suas respectivas fases. Podemos afirmar, apesar das particularidades e das diferenças

de propósito dos dois sociólogos, que o referencial conceitual e de análise de Florestan Fernandes é semelhante ao empregado por Karl Mannheim na primeira parte de *Ideologia e Utopia* para caracterizar a quebra do monopólio do saber por castas intelectuais que impedem o livre desenvolvimento da liberdade de pensamento e do confronto da pluralidade de perspectivas inerentes ao padrão estrutural de organização e funcionamento dinâmico da sociedade moderna. Não se pode deixar de pensar num paralelismo entre os dois pensadores, quando são contrastadas as duas passagens a seguir, em que a primeira delas representa a colocação do problema por Florestan ao traçar sua linha teórica de investigação do desenvolvimento das ciências sociais:

As atividades inerentes à pesquisa fundamental e à elaboração ou à transmissão de conhecimentos científicos exigem certas condições histórico-culturais e sociais. O saber racional floresce em sociedades estruturalmente diferenciadas e estratificadas, nas quais a divisão do trabalho e a especialização dos papéis de produção intelectual concentram nas mãos de alguns indivíduos toda liberdade criadora na explicação da origem e da composição do mundo, da posição do homem no cosmos e do destino humano. Quando atividades dessa ordem:

- a) Se associam a concepções secularizadas da existência, da natureza humana e do funcionamento das instituições.
- b) O acesso aos papéis de produção intelectual se torna aberto, deixando de ser prerrogativa de determinadas castas, estamentos ou círculos sociais.
- c) Estilos divergentes de pensamento passam a disputar-se o reconhecimento público de sua legitimidade ou validade – o saber racional assume naturalmente a forma de saber positivo ou científico. Na investigação positiva do objeto se procura, ao mesmo tempo, um critério para a descoberta da verdade e um instrumento para selecionar os conhecimentos considerados verdadeiros, reelaborá-los ordenadamente em um sistema de saber positivo e aplicá-los nas esferas em que se tomem decisões de significação vital para a coletividade. (Fernandes, 1980c: 15-6)

A segunda, pertencendo a Mannheim, demonstra o quanto as condições, tanto do monopólio do saber, como de sua perda e conseqüente emergência da competição no mundo das idéias, estão intrinsecamente relacionadas a mudanças na estrutura social – concepção essa que está nitidamente presente na anterior citação de Florestan Fernandes:

Em cada sociedade, há grupos sociais cuja tarefa específica consiste em dotar aquela sociedade de uma interpretação do mundo. Chamamos tais grupos de *intelligentsia*. Tanto mais estática uma sociedade, tanto mais tende esse estrato a adquirir, nessa sociedade, um *status* bem definido ou a posição de uma casta. Assim os mágicos, os brâmanes e o clero medieval devem ser encarados como estratos intelectuais, cada um gozando em sua sociedade de um controle monopolístico sobre a formação da visão de mundo dessa sociedade, bem como sobre a reordenação, ou a reconciliação, das diferenças das visões de mundo dos demais estratos, ingenuamente formadas [...]

Este estrato intelectual, organizado como casta e monopolizando o direito de pregar, ensinar e interpretar o mundo, está condicionado pela ação de dois fatores sociais. Tanto mais ele se torna o intérprete de uma coletividade globalmente organizada (por exemplo, a Igreja), tanto mais seu pensamento tende a um 'escolasticismo'. Tem que conceder uma força dogmaticamente coercitiva aos modos de pensamento válidos anteriormente apenas para uma seita, sancionando dessa forma a ontologia e a epistemologia implícitas neste modo de pensamento. A necessidade de se ter de apresentar uma frente unificada aos de fora compele a uma tal transição [...]

A segunda característica deste tipo monopolístico de pensamento reside em seu relativo afastamento dos conflitos manifestos na vida cotidiana; assim, também neste sentido, é 'escolástico', isto é, acadêmico e sem vida. Este tipo de pensamento não surge primariamente do embate com os problemas concretos da vida, nem da tentativa e erro, nem de experiências de domínio sobre a natureza e a sociedade, mas, pelo contrário, de sua própria necessidade de sistematização, que sempre remete os fatos emergentes na esfera religiosa e nas demais esferas de vida a determinadas premissas tradicionais e intelectualmente não controladas [...]

Do ponto-de-vista sociológico, o fato decisivo dos tempos modernos, em contraste com a situação vigente na Idade Média, é o de ter sido quebrado este monopólio da interpretação eclesiástica do mundo, mantido pela casta sacerdotal, tendo surgido, no lugar de um estrato de intelectuais fechado e inteiramente organizado, uma *intelligentsia* livre. Sua característica principal é a de ser recrutada, de modo cada vez mais freqüente, em estratos e situações de vida constantemente variáveis, e de seu modo de pensamento não mais estar sujeito a ser regulado por uma organização do tipo casta. Devido à ausência de uma organização social própria, os intelectuais permitiram que os diversos modos de pensamento e de experiência chegassem a competir abertamente entre si, no mundo mais amplo dos demais estratos. (Mannheim, 1986: 38-40)

As duas passagens não deixam dúvidas quanto aos intuitos de Florestan Fernandes e às influências teóricas que delimitam os sentidos de sua periodização das etapas de desenvolvimento histórico-social das disciplinas sociais no Brasil.

Wanderley Guilherme dos Santos<sup>7</sup> extrapola as conclusões de Florestan Fernandes, ao atribuir-lhe de modo reducionista uma oposição entre formas científicas e pré-científicas de saber, nas quais as primeiras seriam valorizadas como as formas realmente válidas de conhecer a realidade social e as segundas como irrelevantes ou desnecessárias diante dos novos progressos da moderna ciência social. A nosso ver, uma hipótese explicativa para as inconsistências da posição assumida por Guilherme dos Santos seria a de inserir suas críticas na polêmica mais abrangente entre dois padrões de ciência social que se refletem nas posições distintas e divergentes de Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes. Não cumpriria resgatar aqui as complexas nuances do debate travado entre os dois ilustres sociólogos – que girou em torno da questão da transplantação cultural, vista com bastante reserva por Guerreiro e estimulada por Florestan em termos de sua reelaboração autônoma no meio nacional –, pois nosso propósito, no momento, não poderia ultrapassar a sugestão de que as críticas de Santos possuem um alinhamento específico no quadro geral da referida polêmica. É desse modo que explicamos a defesa de Guilherme dos Santos da “matriz ideológica” de análise do pensamento político-social brasileiro, na qual Guerreiro Ramos foi incluído:

“[...] por matriz ‘ideológica’ entende-se a preocupação de analisar os textos brasileiros de reflexão social com o objetivo explícito de buscar sua caracterização conceitual própria, independentemente dos azares conjunturais da empiria [...] Tal é o caso de Guerreiro Ramos, cujos textos escapam às matrizes anteriormente descritas [as matrizes institucional e sociológica, nas quais Florestan foi incluído] e certamente se constituem como os mais estimulantes até o início da década de 70. Nas diversas oportunidades em que abordou o problema, Guerreiro Ramos utilizou sempre o critério de ordenar a produção intelectual brasileira do passado de acordo com o método (indutivo ou dedutivo) empregado pelos diversos autores estudados para produzirem suas categorias de análise. Para Guerreiro Ramos a maior ou menor adequação do

---

<sup>7</sup> Para um aprofundamento das aproximações e divergências entre Guerreiro e Florestan, ver Lucia Lippi Oliveira, *A Sociologia do Guerreiro*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1995, especificamente o capítulo quarto – “O trabalho sociológico: dois padrões”.

pensamento à dinâmica social decorre do andamento indutivo ou dedutivo do pensamento [...] [De modo que] o que importa principalmente considerar [no critério utilizado por Guerreiro] é que sua visão do problema é muito mais elaborada do que as demais e, de saída, liberta o ordenamento da produção intelectual brasileira dos acidentes da cronologia temporal. Ao enfatizar uma peculiaridade teórica do pensamento social – ter suas categorias produzidas por indução ou dedução –, é possível reinterpretar os produtos culturais brasileiros [...] [de tal forma que] o acidente de ter nascido alguém no século passado não condenaria, *ipso facto*, a ser um fracassado postulante ao ingresso na comunidade científica” (Santos, 1978: 31-2).

Uma maneira mais adequada, aberta e flexível, de interpretar as idéias de Florestan referentes às ciências sociais no Brasil, tal como foram expressas no conjunto de seus três artigos criticados por Guilherme dos Santos, será a de perceber a periodização como etapas gerais que contribuiriam, diferencialmente, para a constituição de um pensamento científico-social enraizado nas especificidades brasileiras. Nesse sentido, Florestan irá indicar, na caracterização das três fases de sua proposta de periodização, as contribuições de cada uma delas para a formação, no Brasil, de uma mentalidade científica no terreno das indagações sobre a vida social do homem:

A intenção de análise positiva começa a esboçar-se no terceiro quartel do século XIX. A partir daí, é possível reconhecer [...] três épocas de desenvolvimento da reflexão sociológica na sociedade brasileira. A primeira época se caracteriza pelo fato dominante de ser a sociologia explorada como um recurso parcial e uma perspectiva dependente de interpretação. A intenção não é a de fazer, propriamente, obra de investigação sociológica, mas de esclarecer certas relações, mediante a consideração dos fatores sociais. Desse modo, a *Inteligência* brasileira passa a se interessar por conexões entre o direito e a sociedade, a literatura e o contexto social, o estado e a organização social, etc., muito parecidas com as que foram elaboradas na Europa pelo pensamento racional pré-científico.

A segunda época se caracteriza pelo uso do pensamento racional como forma de consciência e de explicação das condições histórico-sociais de existência na sociedade brasileira. Ela frutifica durante o primeiro quartel do século XX, tanto sob a forma de análise histórico-geográfica e sociográfica do presente, quanto sob a inspiração de um modelo mais complexo de análise histórico-pragmática, em que a interpretação do presente se associa a disposições de intervenção racional no processo social. As obras pioneiras, que dão sentido às duas orientações, não deixam entrever intenções deliberadas de fazer obra sistemática de investigação sociológica. Mas isso é o de menos, quando se considera o

papel das contribuições de Montesquieu, de Marx, de Quételet, etc., ao desenvolvimento da sociologia na Europa.

A terceira época se caracteriza pela preocupação dominante de subordinar o labor intelectual, no estudo dos fenômenos sociais, aos padrões de trabalho científico sistemático. Essa intenção se revela tanto nas obras de investigação empírico-indutiva (de reconstrução histórica ou de campo), quanto nos ensaios de sistematização teórica. Com isso, formam-se aspirações definidas, no sentido de contribuir para o progresso da sociologia como disciplina científica, e se evidencia uma mentalidade nova, através da qual prevalecem os imperativos da especialização na escolha dos centros de interesse do investigador individual. (Fernandes, 1980c: 27-8)

A vinculação dessa ampla periodização, cujos objetivos – é oportuno enfatizar mais uma vez – limitam-se simplesmente a explicitar as tendências principais de desenvolvimento das disciplinas sociais no Brasil, a um critério unilateral de ordenamento institucional do pensamento sociológico foge à concepção essencialmente dinâmica do conhecimento científico, sempre percebido em seus nexos estruturais e históricos com a sociedade ou como *práxis* social por Florestan Fernandes – concepção essa herdada não só de suas intensivas leituras de Karl Mannheim a partir de 1942 (Fernandes, 1980c: 158), período em que esteve cursando o segundo ano de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia da USP<sup>8</sup>, mas também do impacto produzido pelo contato com o Marx e Engels de *A Ideologia Alemã* no momento em que redigia sua introdução de *A crítica da Economia Política* no ano de 1944. Quanto ao primeiro caso, podemos dizer que a incorporação de Mannheim foi decisiva para

---

<sup>8</sup> Uma importante referência a Mannheim, demonstrando sua profunda influência no período de formação de Florestan Fernandes, encontra-se na entrevista-livro *A condição de sociólogo*, já denotando o sociólogo uspiano, na fase inicial de sua carreira, uma forte preocupação com os problemas da determinação social do conhecimento e com a utilização do saber científico em processos de “planejamento democrático e experimental”: “Com todas as limitações que a crítica marxista pode apontar, ele [Mannheim] me permitia abrir caminho para a compreensão dos grandes temas sociológicos do presente, para a crítica do comportamento conservador, para os problemas da sociologia do conhecimento e para a natureza ou as conseqüências do planejamento democrático e experimental. Em especial, Mannheim permitia se tomar a contribuição de Weber e de vários autores alemães de uma maneira um pouco mais rigorosa e, inclusive punha a contribuição de Marx à sociologia dentro de uma escala mais imaginativa e criadora. Não se tratava de ver Marx em termos dos dogmatismos de uma escola política. Marx emergia diretamente de seus textos e do seu impacto teórico na sociologia. De modo que Mannheim teve uma importância muito grande para mim nesse período, em que eu tentava descobrir o meu próprio caminho” (Fernandes, 1978a: 19-20).

Florestan Fernandes aderir a uma concepção de ciência que a entende como parte constitutiva do próprio processo social, sendo difícil, portanto, imaginar que ele tenha pretendido fazer da análise sociológica das ciências sociais no Brasil um capítulo da história meramente institucional dessas disciplinas. Em seu importante ensaio sobre a política científica em Karl Mannheim (baseado na terceira parte de *Ideologia e Utopia*), de 1946, chegará inclusive a caracterizar a teoria capaz de transformar a realidade, ou seja, o conhecimento cientificamente exato, como uma função do processo social e não como fruto, simplesmente, do desenvolvimento de um intelecto privilegiado, protegido pelos muros de alguma instituição universitária:

Discutindo a questão [da relação entre teoria e prática] como se apresenta no marxismo, Mannheim chega a alguns resultados gerais que me parecem o ponto de partida de qualquer consideração científica do assunto. “1) A teoria é função da realidade. 2) Essa teoria conduz à certa classe de ação. 3) A ação modifica a realidade ou, se fracassa, nos obriga a rever a teoria anterior”.

Esse esquema mostra que as tentativas de modificações do meio social não se ligam ao propósito de impor à realidade um molde ideal e arbitrário. O cálculo *a priori* do que uma coisa deveria ser ou deverá ser no futuro é impossível. “O problema concreto e eternamente presente só poderá ser o próximo passo que devemos dar”. “Apenas podemos exercer uma influência sobre a tendência geral do processo de *devenir*”. Nesse sentido, **a própria teoria com que se pretende modificar a realidade consiste em uma função do processo social.** (Fernandes, 1974: 236) (*grifos nossos*)

No que diz respeito ao forte impacto causado pela leitura de *A ideologia alemã*, é importante lembrar que, em 1946, Florestan publica pela editora FLAMA, ligada ao Partido Socialista Revolucionário, de orientação trotskista, seção brasileira da IV Internacional no Brasil, sua tradução de *A crítica da economia política*, de Marx, precedida de uma longa e audaciosa introdução de sua parte, que só foi publicada na íntegra posteriormente, como capítulo décimo de *Ensaio de sociologia geral e aplicada* (1976). Foi precisamente durante essa atividade intelectual do militante socialista que Florestan Fernandes travou um importante contato com *A Ideologia Alemã*, obra que lhe permitiu adquirir uma profunda compreensão das questões

filosóficas referentes ao saber social e histórico em suas relações dinâmicas com a realidade, trazendo um novo ímpeto nos estudos que vinha fazendo das tendências teóricas das ciências sociais, e da exigência da trans-disciplinaridade metodológica entre tais disciplinas. Ele disse:

Ora, na verdade, quando eu fiz a leitura da *Ideologia Alemã*, eu estava escrevendo a introdução ao livro que eu traduzi, *A crítica da economia política*, que saiu em 1944 [Florestan faz confusão aqui entre o ano da publicação do livro, 1946, e o da redação da introdução, escrita provavelmente entre 1944 e 45], e encontrei um diálogo muito mais vivo, muito mais consistente e produtivo com Marx e Engels. Quer dizer, era ali que estavam vivas as tendências que eu estava enfrentando nas ciências sociais naquele momento, as minhas dúvidas, tentando combinar ecologia, economia, sociologia, psicologia, história. Para mim, era como se eles fossem professores vivos. *A ideologia alemã* teve essa importância para mim, aquele primeiro capítulo do livro, que é um capítulo longo. (Fernandes, 1995b: 13)

Por não reconhecer essas influências teóricas em Florestan, Wanderley Guilherme dos Santos simplifica e distorce o pensamento do intelectual paulista. Essa a razão da nossa total discordância em relação à sua interpretação institucionalista e academicista de Florestan Fernandes avançada que, quando aceita sem críticas em estudos mais completos e sistemáticos sobre a produção do sociólogo paulista, conduz a equívocos, reducionismos e certas visões *a priori* acerca da concepção de ciência do autor de *A Revolução Burguesa no Brasil*.

Estamos nos referindo à leitura da obra de Florestan Fernandes proposta por duas de suas intérpretes, Sylvia Gemignani Garcia (2002; 2003) e Maria Armanda do Nascimento Arruda (1995; 2001; 2003), que assim expressaram seu tácito acordo com as posições de Guilherme dos Santos, ao mesmo tempo em que procederam a uma identificação – no âmbito da filosofia da ciência – da produção acadêmica do sociólogo paulista com o **racionalismo indutivista**:

O ponto central a reter é a orientação coerente do conjunto das posições científicas de Florestan Fernandes pelo racionalismo indutivista. Enquanto metodologia moderna, ou seja, um conjunto de regras para a avaliação de teorias

já elaboradas a partir do qual se desdobram teorias da racionalidade científica, critérios de demarcação e definições de ciência, o indutivismo define-se por um “rigor científico estrito”, aceitando como científicas somente dois tipos de proposições: aquelas que descrevem dados empíricos consistentes e as que generalizam as primeiras por inferências indutivas precisas. Conseqüentemente, a crítica indutivista da produção intelectual tende a basear-se exclusivamente nesse critério de ciência, o analista caracteriza as idéias que examina em termos de sua natureza científica ou pseudocientífica. Desse modo, a questão principal não é a verdade ou falsidade de uma proposição, mas o problema de sua adequação aos processos específicos que definem a natureza legítima da ciência. O critério informa a perspectiva crítica de Florestan Fernandes ao examinar as condições sociais e institucionais da produção científica brasileira, na área das Ciências Sociais, e os padrões de trabalho intelectual vigentes na produção dos folcloristas, dos etnólogos e sociólogos brasileiros e dos pensadores do social em geral. (Arruda e Garcia, 2003: 74-5)

Em seguida a essa linha de argumentação, numa nota explicativa acrescida ao término da citação precedente, as autoras deixaram nítida sua inteira concordância com a interpretação institucionalista de Florestan Fernandes até agora analisada:

Essa é a idéia de base da crítica de Wanderley Guilherme dos Santos [...] à análise de Florestan Fernandes da história da Sociologia no Brasil. Fundada na distinção acima, essa história descarta toda uma tradição de reflexão e estudo da sociedade brasileira, porque definida como não científica, demarcando o início do pensamento sociológico no Brasil por sua institucionalização acadêmica como disciplina especializada, definida, não pelo nível de suas generalizações, mas pela correção com que aplica os critérios de construção das instâncias empíricas e as normas da indução interpretativa. (Arruda e Garcia, 2003: 75)

É duvidoso, porém, que Florestan tenha descartado “toda uma tradição de reflexão e estudo da sociedade brasileira” simplesmente por defini-la como não científica – atitude essa que poderia ser tachada de dogmática, estreita e anticientífica. O amplo uso que faz de pensadores sociais e políticos do século XIX, tidos como “pré-sociológicos”, em suas investigações sobre a formação nacional brasileira – o que se pode facilmente comprovar valendo-se de uma rápida leitura do prefácio à segunda edição de *A revolução burguesa no Brasil* (Fernandes, 2000: 1501-6) – iria demonstrar justamente o contrário. As críticas de Guilherme dos Santos apenas seriam procedentes se fosse intenção de Florestan Fernandes realizar um estudo completo e sistemático da

história do pensamento social no Brasil – o que não lhe ocorrera realizar no conjunto daqueles três ensaios – caso em que se poderia exigir do sociólogo paulista maior detalhamento e abrangência dos limites de sua periodização. De qualquer modo não se tratava, para Florestan Fernandes, de erigir o critério da institucionalização da reflexão social como respaldo para sua cientificidade, como quer supor Guilherme dos Santos, mas de estabelecer, como critério definidor da racionalidade e valor científico do conhecimento produzido nas disciplinas sociais, o de sua necessária função no atendimento dos requisitos dinâmicos de uma sociedade moderna e industrial, baseada na ciência e na tecnologia – o que estaria mais próximo da perspectiva de tipo manheimiano esposada por Florestan.

Corroborando o ponto de partida assumido por Guilherme dos Santos, Sylvia Garcia e Maria Arminda do Nascimento Arruda desenvolvem uma visão concernente a Florestan Fernandes que superdimensiona seu perfil acadêmico e cientificista, sua inserção institucional, atribuindo-lhe equivocadamente uma concepção de mundo racionalista, com suportes numa adesão ao pensamento reformista de cariz liberal-democrático. Entretanto, os marcos dessa visão institucionalista poderiam ser também perseguidos nas formulações de uma das autoras e de sua vinculação a um grupo mais amplo de pesquisadores interessados na história institucional das disciplinas sociais no país. Tendo sido participante do projeto História das Ciências Sociais no Brasil, concebido e concretizado no Instituto de Estudos Econômicos e Sociais de São Paulo (Idesp), sob a coordenação de Sergio Miceli, com o intuito de “fazer uma sociologia da vida intelectual no campo das ciências sociais, de seus fundadores e atualizadores, de sua produção, e de seu processo de institucionalização no país” (Pontes, 1998: 9), o marco teórico de referência construído por Maria Arminda do Nascimento Arruda ficou limitado à perspectiva weberiana de focalização dos processos, intimamente

imbricados, de institucionalização e racionalização da vida moderna como modeladores da reflexão intelectual. Explicitando suas posições, a autora irá afirmar:

O processo de formação do direito moderno, segundo a análise de Max Weber, construiu, então, uma escala hierárquica, onde a passagem pela universidade estabelecia-se como condição imprescindível do monopólio de um saber que se impunha único e legítimo. Reversivamente, no decurso dessa imposição, esculpia-se o perfil do jurista moderno, o que significava afastar as expressões do conhecimento apoiadas no exercício profissional dos leigos. Para os fins de nossa análise, é necessário salientar que a universidade confecciona o profissional-especialista, além de estar conectada à emergência do racionalismo, do Estado moderno e da moderna sociedade burguesa [...] Na teia complexa de desenvolvimento de um novo mundo, a universidade passa a cumprir o papel de ordenar e, pois, racionalizar o conhecimento, reorientando o exercício das profissões. As alterações ocorridas guardam relações com a emergência de um mercado capaz de agasalhar e mesmo exigir outras figuras profissionais. Surge, daí, uma forma determinada do saber [...]

Na trilha das sugestões presentes na análise de Max Weber sobre a emergência do direito moderno, podemos concluir que as instituições modelam os estilos da reflexão e, não parece casual, que nos momentos de surgimento e consolidação desses estabelecimentos se modifica o entendimento do trabalho intelectual. Evidentemente, a construção desses organismos lastreia-se em processos sociais amplos, responsáveis pela construção de novos padrões de sociabilidade. Quadro semelhante ocorreu quando do surgimento da Universidade de São Paulo e concomitantemente da Faculdade de Filosofia que agasalhou o curso de Ciências Sociais. (Arruda, 1995: 114-5)

O sentido de nossas críticas, no entanto, não se volta para uma condenação dogmática da importância da análise institucional no estudo da história intelectual ou da obra de um autor em particular, muito menos desconsideramos o papel fundamental desempenhado pela experiência universitária paulista que se inicia nos anos 30 do século XX com a fundação da Escola Livre de Sociologia e Política (1933) e da Universidade de São Paulo (1934) na construção do estilo de reflexão sociológica e de linguagem acadêmica cultivado por Florestan Fernandes. Por isso estamos em inteiro acordo com as considerações tecidas por Maria Arminda do Nascimento Arruda quando analisa o surgimento da experiência universitária na cidade de São Paulo, já que ressaltamos a importância de compreender o cenário da modernização institucional da Universidade na cidade de São Paulo a fim de precisarmos o significado de ruptura

com o passado na produção sociológica de Florestan Fernandes, nos termos apresentados a seguir:

[...] como São Paulo era a vanguarda da modernização brasileira, a universidade pôde aí encontrar situação fértil para consolidar-se e desenvolver-se [...]

As transformações da estrutura produtiva em São Paulo, crescentemente diferenciada, engendraram um mercado consumidor e impulsionavam a esfera da produção da cultura. A universidade respondia às demandas de estratos sociais em processo de ascensão. A contrapartida configurava-se em respostas voltadas à formação profissional, com a sua conseqüente retribuição simbólica. É certo que, no ângulo do mercado, dada a sua fluidez principalmente no período inicial, se tratava antes de conformar e menos de responder aos seus influxos. Nesses termos, a relação entre a universidade e a sociedade estabelecia-se a partir de um domínio que é próprio à instituição, criando a aparência da autonomia absoluta da academia e possibilitando, aos grupos docentes, larga margem de manobra [...]

A dignidade profissional lastreava-se nos pressupostos do saber científico. O conhecimento passa a exigir novos requisitos e é por essa razão que as primeiras gerações de cientistas sociais formadas pela Universidade de São Paulo reconheciam, em graus diversos, a importância da produção científica. Apoiavam as suas reflexões em referências bibliográficas, por vezes exaustivas, buscando evidências empíricas comprovadoras, construindo análises repletas da erudição pertinente ao campo da investigação. **Na verdade, o típico profissional universitário tende a abandonar a forma cultivada da exposição, em nome da precisão das idéias, diferenciando-se, então, das gerações passadas.** Além de possuir consciência desse afastamento, procurava mesmo construir a distinção. Comprazia-se em reconhecer a mudança que forjava. Nesse terreno, nascia uma nova forma de reflexão. **A partir daí, a criação intelectual anterior poderia ser revista sob os olhos exigentes do profissional acadêmico, pela reconhecida qualidade do homem devotado em prescrutar a verdade e dirigido para separar o leigo do especialista.** (Arruda, 1995: 117-9) (*grifos nossos*)

Acreditamos, porém, que a análise meramente institucional, em si e por si mesma, não é suficiente quando se trata de ultrapassar a esfera aparente do tipo de linguagem que orientará o pensamento e da forma de expressão no âmbito estrito da academia e se intenta apreender a estrutura íntima da produção teórica de um autor, isto é, o conteúdo de sua obra vinculado às concepções de mundo por ele perfilhadas – embora entre forma e conteúdo não haja uma divisão dicotômica e estanque, de modo que os dois níveis de investigação se tornam sempre interdependentes. No caso de Florestan Fernandes, o rigor da linguagem e a forma científica de exposição

representam os aspectos mais superficiais e aparentes de seu pensamento, insuficientes quando se trata de descortinar o seu conteúdo social em conexão com a *Weltanschauung* radical-popular e socialista ancorada nas suas condições sociais de origem. Talvez seja esse o significado mais preciso da caracterização de Carlos Guilherme Mota do apregoado hermetismo da linguagem da chamada “escola sociológica de São Paulo”, cujo expoente máximo seria Florestan, como representando sua “expressão externa”:

[...] a instauração de uma linguagem nova, um tanto hermética aos não-iniciados, foi a expressão externa desse ‘espaço’ criado, não sem dificuldades e tensões. Uma linguagem diversa da linguagem do senso comum, pouco acessível aos autodidatas de primeira hora. Uma linguagem mais complexa, que delimitava uma nova região: a das ciências sociais no Brasil. (Mota, 1977: 185)

Os próprios limites da análise institucional são reconhecidos por Arruda, apesar de considerarmos que o terreno de sua visão institucionalista não tenha sido ultrapassado, por ter se atido demasiadamente a autora ao exame de correntes de pensamento e de suas relações entre si, numa espécie de história intelectualista das idéias, sem as necessárias referências a suas articulações concretas com a estrutura antagônica da sociedade de classes e seus conflitos intestinos, e de concebermos de modo diverso o estabelecimento daqueles limites e os passos de sua superação:

A análise institucional, todavia, não parece suficiente à apreensão das correntes intelectuais. Questões mais gerais, ligadas a contextos sociais determinados, interpõem-se na formação das idéias: “uma cultura viva não pode, em momento algum, reduzir-se aos seus artefatos”. Encontra-se, contrariamente, em constante diálogo com outras vertentes culturais e com o passado irradiador da sua própria tradição. Estabelecem-se, desse modo, relações entre trabalhos germinados em diversos ambientes institucionais.

Para o estudioso da História das idéias, as “dimensões materiais” abrem as primeiras sendas em direção ao objeto, mas não abrangem todos os possíveis caminhos do percurso. A análise institucional torna-se profícua, quando o objetivo fundamental é desenhar o perfil dos grupos e a natureza das suas falas, como no caso em tela – professores universitários envolvidos com trabalhos predominantemente acadêmicos. As regras da vida acadêmica fincaram as balizas das análises sociológicas em São Paulo e a mão da organização universitária cinzelou a sua forma. Mas as reflexões não ressoaram apenas no

intramuros, porque reverberaram problemas vocalizados na cena social. Precisamente nesse sentido, a História intelectual, enquanto especialidade, não se esgota em si mesma. (Arruda, 1995: 122-3)

É patente nessa abordagem uma ênfase excessiva posta na construção institucional de uma disciplina acadêmica que, no caso de Florestan, constitui a Sociologia. Embora a apreensão desse momento de construção represente tarefa indispensável a ser realizada pelo analista da obra sociológica de Florestan Fernandes e de seu projeto científico, não se poderá, a partir dos dados construídos nesse nível de investigação, proceder a ilações e interpretações referentes à *estrutura inclusiva* de suas concepções metodológicas na sociologia e nas demais ciências sociais. Para se chegar a um tal nível de interpretação é preciso que a produção intelectual seja inserida no terreno concreto da *práxis* social, requerendo a inclusão da posição social do sujeito no âmbito da própria análise. Ou seja, é preciso compreender a inserção do indivíduo no jogo contraditório dos conflitos entre grupos, classes e frações de classe, a fim de que se possa corrigir as limitações de uma estreita circunscrição à abordagem institucional<sup>9</sup> e explicitar o conteúdo da *Weltanschauung* do autor, relacionando-a com sua produção teórica. Daí podermos apontar, em nossas críticas às interpretações institucionalistas da sociologia de Florestan Fernandes, formulações que, ora a reduzem a seus aspectos acessórios, incapazes de apanhar o nexos essencial e dinâmico entre suas determinações lógico-formais, metodológicas e práticas, ora cometem graves equívocos quanto à sua adequada localização no conjunto das ciências sociais.

---

<sup>9</sup> Esse o sentido da crítica gramscista ao desvio institucionalista da análise da produção intelectual: “Gramsci evita os tropeços de um institucionalismo a la Weber (primado das instituições sobre as práticas), pois o aparelho de hegemonia é marcado pela primazia da luta de classes” (Buci-Glucksmann, 1980: 70). Apesar da crítica ser dirigida aos problemas de investigação da luta pela hegemonia entre classes sociais no aparelho ideológico de Estado, acreditamos que ela pode ser estendida ao terreno da produção intelectual no âmbito de instituições universitárias. Em vista disso, assumimos a posição de que ricas sugestões para a investigação sociológica da produção intelectual nas ciências sociais podem ser retiradas da teorização marxista do papel do indivíduo na luta de classes, a partir de suas vinculações recíprocas com a sociedade e a história em processo, em *devoir*, tal como se encontra elaborada nos escritos de Isaac Deutscher. A esse respeito, cf. Juarez Brandão Lopes (org.), *Isaac Deutscher: política*, São Paulo, Ática, 1982 (Coleção Grandes Cientistas Sociais), em especial a introdução.

Assim, um dos principais equívocos da vertente institucionalista é a assimilação do projeto sociológico de Florestan Fernandes à construção de uma disciplina científica unitária, da sociologia como ciência-síntese, bem ao gosto do positivismo comteano e de um sociologismo *a la* Durkheim<sup>10</sup>. Nesse sentido, mesmo o elemento pragmático e intrinsecamente político das ciências sociais presente no sociólogo paulista seria visto como algo sempre subordinado ao desenvolvimento intelectual e teórico, mas nunca como produto da interação entre o pensamento e suas circunstâncias práticas concretas; em outras palavras, a elaboração do elemento político, para Florestan, seria meramente o produto lógico da construção de uma disciplina científica especializada e autônoma, porém ampla o bastante para sintetizar as conquistas teóricas e práticas dos diversos ramos do saber e da vida em sociedade. A intencionalidade política é, dessa maneira, neutralizada em nome da construção teórico-metodológica sem ao menos se perguntar, no caso em tela, se o fator político apresentou alguma preponderância, detendo o poder de re-configurar e redefinir as orientações científicas e a estrutura teórica do pensamento de Florestan Fernandes.

Em decorrência de seu viés intelectualista, essa visão sociologista não pôde apreender a rica concepção de interdependência orgânica entre teoria e prática e de trans-disciplinaridade que Florestan Fernandes alimenta quanto à Sociologia e ao conjunto das demais ciências sociais, na qual a relação entre a primeira e as últimas nunca foi tomada por ele como de subordinação, mas de síntese teórica autônoma entre

---

<sup>10</sup> Não há qualquer intenção pejorativa quanto ao uso do termo sociologismo em relação a Émile Durkheim. Queremos designar com essa expressão, tão-somente, o sentido geral de sua célebre divisão da Sociologia entre *morfologia social*, *fisiologia social* e *sociologia geral*, com esta última subdivisão consagrando-se à realização da síntese teórica das análises realizadas nas ciências sociais particulares: “Por mais diferentes que sejam uns dos outros, os diversos tipos de fatos sociais não são [...] senão espécies de um mesmo gênero; deve-se pois pesquisar o que proporciona a unidade do gênero, o que caracteriza o fato social *in abstracto* e se não existem leis bem gerais de que as diversas leis estabelecidas pelas ciências especiais são formas particulares. Este é o objeto da Sociologia Geral [...] Esta é a parte filosófica da ciência” (Durkheim, 2001: 45).

seus resultados, seus métodos, suas técnicas e processos de investigação. Tal visão encontra-se expressa de diferentes maneiras nos textos de Sylvia Garcia e Maria Arminda do Nascimento Arruda; escolhemos, entretanto, apenas dois trechos que podem exemplificá-la decisivamente, primeiro, no que concerne às relações da sociologia com a política:

O centro de suas inquietações [de Florestan] é, pois, a Sociologia e ele a vê como uma ciência unitária, no sentido da tradição positivista. Se para Comte “política é arte” e, por isso, torna-se uma face da ciência, pois essa pressupõe a arte, em Durkheim, os fenômenos políticos e o Estado inscrevem-se no mundo social. Para nenhum dos dois autores, no entanto, a política é absolutamente desconsiderada. O pragmatismo que envolveu o nascimento da Sociologia pressupõe, necessariamente, as questões políticas, mesmo que de modo subordinado. No edifício durkheimiano, o Estado realiza a moralidade e a liberdade individual, enquanto organismo dotado da capacidade de constituir a liberdade do indivíduo. Daí, como Florestan deitou uma das suas raízes na escola durkheimiana, as orientações pragmáticas não estiveram ausentes do seu universo, ainda que não possuíssem o mesmo peso em todos os momentos da sua trajetória. (Arruda, 1995: 159-60)

Segundo, nas formulações conjuntas de Arruda e Garcia, essa caracterização sociologista de Florestan Fernandes será focalizada nos quadros da relação entre a sociologia e o restante das disciplinas sociais:

O ponto final do desenvolvimento da linha de trabalho metodológico de Florestan Fernandes será “A reconstrução da realidade nas ciências sociais”, de 1957<sup>11</sup>. Nessa análise dos fundamentos empíricos e teóricos dos três grandes modelos metodológicos da Ciência Social clássica [provenientes de Durkheim, Weber e Marx], Florestan Fernandes persegue o ambicioso objetivo de sistematizar as principais vertentes de explicação empírico-indutiva da realidade social, construindo uma teoria da investigação sociológica capaz de integrar o campo teórico da Sociologia científica moderna, como ciência-síntese na área dos estudos científicos dos fenômenos sociais e humanos, capaz de constituir-se na primeira *hard-human science*<sup>12</sup>. (Arruda e Garcia, 2003: 73)

---

<sup>11</sup> Ensaio posteriormente publicado como a primeira parte de *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1978).

<sup>12</sup> Referindo-se à tese de livre-docência de Florestan Fernandes relativa ao método de interpretação funcionalista na sociologia, Sylvia Garcia identifica a noção de ciência-síntese com a concepção racionalista de ciência do sociólogo paulista nos seguintes termos: “[...] pode-se dizer que *O método de interpretação [funcionalista na sociologia – tese de livre-docência de Florestan defendida em 1953, publicada como terceira parte de Fundamentos empíricos]* compõe a ‘sociologia esquecida’ de Florestan Fernandes, rejeitada por seu funcionalismo, seu indutivismo e sua concepção racionalista da sociologia:

Um segundo equívoco, decorrente das posturas sociologistas assumidas pelas autoras, refere-se à forma de considerar a assimilação do pensamento de Marx por Florestan Fernandes. Segundo a perspectiva institucionalista, Marx e o marxismo são incorporados em termos exclusivos e restritivos de sua contribuição para a teoria sociológica, seja nas questões referentes às relações entre teoria e prática, seja no enriquecimento que o pensamento marxista poderia trazer para a metodologia das ciências sociais. O equívoco reside justamente no intento de neutralizar o forte teor político e militante associado a essa incorporação de Marx à Sociologia por Florestan Fernandes, levando as autoras, ao comentarem a já mencionada introdução deste de *A crítica da economia política*, a desconsiderarem a importância da vinculação prática com os problemas da realidade brasileira inerente a um tal aproveitamento do marxismo nas ciências sociais:

Florestan Fernandes trata das relações entre teoria e prática e dos rumos que se abrem na atualidade para o melhor aproveitamento do pensamento de Marx para o desenvolvimento da análise sociológica. Para ele, o presente carrega possibilidades inéditas de aproveitamento da obra de Marx pela Ciência Social, capazes de permitir o enriquecimento de sua contribuição metodológica para a Sociologia e outras Ciências Sociais. Até agora mantida à distância pela maioria dos cientistas sociais, exatamente por causa de sua concepção da relação entre teoria e prática, e desenvolvida, portanto, pelos marxistas somente na chave predominantemente prática da doutrina política, as perspectivas de aproveitamento científico do pensamento de Marx parecem estar tomando outro rumo, que as aproxima dos objetivos do pensador clássico, de analisar os processos pelos quais os homens realizam coletivamente seus propósitos para, então, orientar racionalmente essa realização. (Arruda e Garcia, 2003: 77-8)

Ora, se é inegável, de um lado, que Florestan Fernandes procurou realizar, na qualidade de especialista, um esforço de aproveitamento especificamente sociológico das contribuições de Marx, de outro, é importante frisar que este pensador ocupará um lugar central, sob o prisma de sua identificação política com o socialismo, em sua

---

ciência-síntese na área dos estudos científicos dos fenômenos sociais e humanos, a sociologia promete constituir-se na primeira *'hard human science'*" (Garcia, 2002: 135).

reavaliação dos problemas epistemológicos, metodológicos e práticos das ciências sociais com os quais já vinha lidando por intermédio da leitura da tradição francesa na sociologia, notadamente Mauss e Durkheim. Na entrevista-livro *A condição de sociólogo*, Florestan revela o quanto foi importante seu contato com o marxismo numa perspectiva distinta da existente na academia para a definição dos rumos que iria seguir na Sociologia, não somente para escapar ao ecletismo, com o qual tantas vezes é identificado, mas também para a sistematização de sua proposta teórico-metodológica:

Graças ao estudo do marxismo, ao qual eu podia aplicar as técnicas que aprendera na Universidade, me colocava o problema do que deveria ser a sociologia e sua relação com outras ciências de uma perspectiva que era relativamente diferente daquela que se poderia ter dentro do ensino acadêmico. Uma das coisas que me incomodava no ensino europeu [o ensino das missões européias que participaram da fundação da USP, principalmente francesa] era o seu caráter eclético, culminando sempre numa síntese falsa. Por exemplo, só para ter uma idéia: Cuvillier procura estabelecer uma síntese entre Marx e Durkheim, como Hans Freyer sugere uma síntese entre Marx e Max Weber. O estudo que fiz de Marx e Engels levou-me à conclusão de que não se podia fundir pensamentos que são opostos. Seria muito mais fecundo procurar a razão de ser de sua diferença específica. Eu começava a enfrentar, assim, a questão de saber qual é a contribuição teórica específica de Durkheim, de Marx, de Max Weber etc. E por aí, tentei descobrir as respostas que me iriam conduzir, mais tarde, à identificação dos modelos de explicação sociológica, seus fundamentos lógicos e empíricos, suas conseqüências para a divisão dos campos fundamentais da sociologia etc. (Fernandes, 1978a: 14-5)

Só depois de se propor essas questões através do marxismo é que Florestan irá pensar nas possibilidades de sistematização teórico-metodológica da sociologia e de suas relações com as demais ciências sociais, culminando na sua divisão da ciência sociológica em seis campos fundamentais: a Sociologia Sistemática, a Sociologia Descritiva, a Sociologia Comparada, a Sociologia Diferencial ou Histórica, a Sociologia Aplicada e a Sociologia Geral ou Teórica<sup>13</sup>. Porém, isso é feito sem

---

<sup>13</sup> Essa importante divisão dos campos fundamentais da sociologia por Florestan Fernandes pode ser melhor conhecida com a leitura do primeiro capítulo de *Ensaio de sociologia geral e aplicada*, op. cit., p. 20-30, e do capítulo terceiro de *Elementos de sociologia teórica*, op. cit., intitulado “As Perspectivas Fundamentais da Explicação Sociológica”, onde apenas não se discute a Sociologia Geral ou Teórica.

qualquer pretensão de fazer da sociologia a mãe de todas as ciências sociais, a ciência *mater* por excelência, uma ciência-síntese ou uma *hard-human science*. Além disso, o marxismo será uma peça-chave para que Florestan pudesse fugir ao sociologismo e também escapasse a uma identificação profissional estreita com o mundo da academia, típica do *scholar* e do especialista preso nas malhas confortáveis e auto-protetoras do seu nicho disciplinar. Num depoimento datado de 1981, mas publicado somente 1995, o sociólogo paulista irá assim ponderar sobre a questão:

[...] eu lutei muito para não ser sociologista e principalmente para não excluir psicologia, economia, história, porque na verdade nós temos que voltar a um texto que para mim é muito fundamental, o posfácio d'*A crítica da economia política*, aquela idéia da totalidade. Durante algum tempo, eu corri o risco de palmilhar o caminho da filosofia social, da filosofia das ciências modernas, de pulverizar as ciências e de procurar uma falsa autonomia das ciências. Eu teria entrado por um mau caminho. **O que me salvou foi a impregnação marxista da minha relação prática com os problemas da sociedade brasileira.** Aí eu compreendi que o sociólogo realmente sozinho opera com um ponto de vista, com os fatos que esse ponto de vista exige. (Fernandes, 1995b: 16) (*grifos nossos*)

Ainda no que poderá dizer respeito à questão das relações entre teoria e prática em Florestan Fernandes, a perspectiva institucionalista irá sempre considerá-la a partir das exigências de autonomia do saber científico por meio de uma postura ascética em busca do rigor e da objetividade do conhecimento com vistas a alcançar eficácia prática nos projetos de mudança social provocada, reproduzindo a (auto)imagem do intelectual pairando acima da sociedade e dos conflitos entre os grupos, classes e frações de classe que a constituem, como detentor da razão histórica do progresso e de uma racionalidade idealista e transcendental. Não poderia ser outro o sentido da seguinte afirmação de Sylvia Gemignani Garcia:

“É [...] na chave do racionalismo que se desenvolve a perspectiva sociológica de Florestan Fernandes, orientando sua defesa radical da possibilidade do pensamento sociológico, enquanto componente do sistema científico, alçar-se, ainda que parcialmente, acima das particularidades correspondentes a posições sociais, culturais e nacionais” (Garcia *apud* Arruda, 2001: 319)

Conforme essa linha interpretativa, o significado da atuação estritamente acadêmica de Florestan Fernandes ou de sua prática concebida em moldes científicos, isto é, com a teoria orientando a intervenção na realidade, seria fornecido pelo seu distanciamento em relação a outras esferas da ação social, numa nítida separação entre a ciência e os processos sociais:

As perspectivas oferecidas pelas ciências sociais e os rumos da atuação acadêmica em São Paulo entusiasmavam Florestan Fernandes, confluindo para o delineamento de uma posição racionalista que afirma a autonomia da ciência em relação às esferas da ação, não para separar o pensamento da prática, mas em nome de uma prática orientada pela explicação teórica da dinâmica social. (Garcia, 2002: 122)

Graças ao desenvolvimento da modernidade e da ordem social burguesa na cidade de São Paulo é que se tornaria possível, para Florestan Fernandes, aderir a uma tal visão racionalista de ciência,

concebendo-a na perspectiva teórico-prática que o chamado marxismo científico partilha com outras vertentes fundadoras das ciências sociais, que emergiram alinhadas à concepção racionalista da ciência, característica da modernidade clássica, afirmando convictamente o poder do saber científico para o controle racional do mundo. (Garcia, 2002: 123)

Em outros termos, o elemento especificamente político do marxismo, que se liga à possibilidade de uma classe potencialmente revolucionária produzir, sob seu ponto de vista particular, um conhecimento histórico objetivo sobre a realidade social, é neutralizado em prol de uma providencial autonomia da ciência e do cientista social em seu campo profissional especializado<sup>14</sup>. Ao contrário, na interpretação

---

<sup>14</sup> Sylvia Garcia recorre à noção de “intelectual moderno”, formulada por Pierre Bourdieu, para caracterizar o perfil da atuação de Florestan como sociólogo e suas concepções da relação entre teoria e prática na sociologia: “Segundo Bourdieu, os intelectuais são seres bi-dimensionais; por um lado, produtores culturais, por outro, líderes morais e políticos. Para ser um intelectual, portanto, é preciso preencher uma dupla condição: primeira, pertencer a um campo autônomo e seguir suas leis; e segunda, atuar na política externa com base na autoridade adquirida no campo específico” (Garcia, 2002: 14). Nas formulações desta autora, portanto, é a autonomia do intelectual em seu campo específico de atuação que irá ditar suas relações com a prática e com a política – postura essa que, ainda de acordo com a autora, estaria sempre presente em Florestan, mesmo no momento de sua radicalização política após seu afastamento compulsório da USP em 1969.

institucionalista da sociologia de Florestan Fernandes a tônica será posta na valorização de uma ética científica como norteadora da construção de sua compreensão do papel do cientista social e das reorientações e mudanças de rumo em sua carreira acadêmica e sua vida intelectual. É assim que Sylvia Garcia irá construir suas hipóteses de trabalho e interpretar as “falas de Florestan Fernandes, em suas entrevistas e depoimentos”, procurando

[...] observar a importância das dimensões ética e moral na posição científicista do sociólogo e, conseqüentemente, focalizar o modo como a fidelidade a uma certa concepção de ciência atua como um valor básico que orienta as diversas transformações e as dramáticas mudanças de rumo que se sucedem ao longo de sua vida intelectual. (Garcia, 2002: 108)

Enfim, a importância maior da atuação do sociólogo iria concentrar-se na construção institucional do sistema de ciências, no qual o cientista social poderia resguardar-se de interesses políticos imediatistas e particularistas, mantendo sua autonomia no campo cultural. Daí uma ênfase unilateral ser atribuída por Arruda e Garcia (2003: 19-20) ao papel central de Florestan Fernandes na institucionalização das ciências humanas no Brasil como passo primeiro necessário à luta contra as condições de subdesenvolvimento imperantes no país:

Emerge a certeza do sociólogo sobre a importância da área científica com a qual se encontra comprometido, do papel crucial das Ciências Humanas como ‘fator de progresso’ e enquanto pensamento capaz de oferecer alternativas racionais e cientificamente fundamentadas à realidade subdesenvolvida do país. Apenas uma universidade detentora de recursos para a pesquisa fornecidos de modo regular teria condição de oferecer profissionais adequadamente treinados e socialmente impregnados das questões nacionais, condição imprescindível para a instituição cumprir as suas funções, enfrentando as tarefas que lhe cabe desempenhar. Concebendo a ciência no prisma da necessidade social de sua aplicabilidade, Florestan Fernandes conferiu um lugar de relevo para a instituição acadêmica e construiu os sentidos inerentes à profissão de sociólogo. No conjunto, projetou disposições de realização do *métier*, desbastando caminhos, afirmando princípios, avançando nos planos da ação prática, construindo modelos de vida intelectual e científica pioneiros para a época.

O que está explícito nesta última passagem é a referência à atuação de Florestan Fernandes em termos de sua posição na academia e de sua formação especializada, na qual a construção da disciplina sociológica seria orientada pelos requisitos de sua aplicabilidade, não havendo separação entre teoria e prática. Nesse sentido, as exigências de edificação dos canais sociais de aproveitamento do saber sociológico em processos de intervenção racional na realidade e de mudança social provocada, tão importantes para Florestan, já que o dinamismo das transformações é o meio social inclusivo e não a instituição, são minimizadas na discussão das autoras em favor da representação do papel profissional do sociólogo a partir de uma posição autonomista na instituição universitária. Esse justamente o ponto central de nossa discordância ao que estamos chamando de *perspectiva institucionalista*, o de nossa forte relutância em considerar que o sociólogo da USP tenha se pautado por uma visão tão fechada de autonomia intelectual do cientista social, que professa a neutralidade e independência em relação a grupos ou posições sociais, ou muito menos em admitir que alguma vez tenha alimentado uma visão cientificista de mundo, sob a forma posta a seguir por Sylvia Garcia (2002: 9-10) ao apresentar a tese da *ruptura epistemológica* discutida em nosso primeiro capítulo:

A trajetória intelectual de Florestan Fernandes, ao longo de mais de cinquenta anos de atuação acadêmica e política, apresenta, logo à primeira vista, um evidente ponto de inflexão ao final do decênio de 60, quando o já então consagrado sociólogo paulista é compulsoriamente desligado da Universidade de São Paulo por meio dos instrumentos de cassação intensamente utilizados pela ditadura militar contra políticos e intelectuais após o AI-5 de 1968. Expulso da instituição que foi o centro de sua vida por quase trinta anos, Florestan vive uma profunda crise pessoal e política que sugere, com certa pertinência, que se considere retrospectivamente sua produção intelectual a partir de uma grande divisão entre uma primeira fase acadêmica e uma segunda fase política. Bárbara Freytag (*sic*) explicitou a classificação, designando a primeira fase de “acadêmico-reformista” e a segunda de “político-revolucionária”. De modo geral, **a divisão identifica o “primeiro Florestan” à ortodoxia cientificista, à institucionalização acadêmica da sociologia e ao reformismo alinhado às concepções sociais e políticas do pensamento liberal. Diversamente, o**

**Florestan “maduro” define-se pela ruptura com a concepção racionalista da neutralidade da ciência, pela crítica aos padrões contemporâneos de profissionalização e institucionalização das ciências sociais e pelo radicalismo político, orientado para a revolução socialista<sup>15</sup>. (grifos nossos)**

Os motivos que explicam essa unilateral assimilação de Florestan Fernandes a uma concepção racionalista de sociologia e ao cientificismo, por sua vez vinculados a uma visão reformista de prática científica calcada na ideologia liberal, são as influências da imagem – presente em Arruda e Garcia – da atuação do intelectual na sociedade moderna dada pelo caráter autônomo e específico de sua função especializada. Ora, a inteligência ou camada dos intelectuais não pode dispor, sociologicamente, de tal espécie de autonomia, pois se trata de um estrato que, se não constitui uma classe, jamais poderia ser concebido – numa perspectiva inspirada em Mannheim como a de Florestan – como situado acima das relações e conflitos entre as classes. No máximo, o estrato intelectual pode desfrutar de uma *autonomia relativa*, estando sua atuação específica na esfera da cultura intimamente imbricada a outros níveis da realidade social, como o econômico e o político. Uma auto-imagem desse tipo, concernente à completa autonomia do intelectual, nunca foi perfilhada por Florestan Fernandes – de um lado, por sua vinculação a uma *concepção de mundo*

---

<sup>15</sup> Apesar de Sylvia Garcia discordar da tese do corte epistemológico ao afirmar que “[...] o socialista que fala nos anos 80 e 90 não é exatamente um ‘segundo Florestan’, radicalmente diverso do ‘primeiro Florestan’, mas um intelectual que, apesar das diferentes fases por que passou, mantém-se duplamente vinculado – intelectual e eticamente – à concepção racionalista da ciência pela qual e com a qual se orientou nos anos 40 e 50, na luta aguerrida pela defesa da autonomia da ciência, na disposição inquebrantável de estabelecer as bases da sociologia científica no Brasil e no empenho total para contribuir com o desenvolvimento da teoria sociológica” (Garcia, 2002: 124), não consideramos que a autora tenha ultrapassado o quadro geral de referência assumido por Barbara Freitag, pois admite uma passagem prático-teórica do estrutural-funcionalismo ao marxismo que não tinha razão de ser dentro dos marcos do projeto de sistematização teórica da ciência sociológica avançado por Florestan Fernandes, mais pautado pela tentativa de perceber as diferenças específicas entre as duas correntes intelectuais no propósito de utilizá-las de modo complementar em processos de investigação, respeitando sempre as características do objeto de estudo e as possibilidades das aplicações lógicas dos métodos em pauta. Em tal sentido irá afirmar Sylvia Garcia referindo-se mais uma vez implicitamente à tese do *corte epistemológico*, revelando sua discordância sem, contudo, conseguir superá-la: “Não se trata de negar as distintas fases de sua trajetória, marcada, em especial, **pela passagem teórico-prática do funcionalismo ao marxismo** e do *scholar* ao militante político, mas de considerar como a mudança se faz sem configurar uma ruptura na perspectiva geral a partir da qual Florestan coloca-se diante dos problemas que enfrenta” (Garcia, 2002: 171) (*grifos nossos*).

comprometida com o radicalismo popular e com o socialismo, de outro, pela sua leitura crítica e radical de Karl Mannheim, o último grande clássico da Sociologia que, apesar de possuir uma visão liberal-democrática, soube com maestria incorporar o legado prático-teórico de Marx à sistematização acadêmica das ciências sociais.

Em conformidade com nossos propósitos críticos, acreditamos que uma adequada compreensão da posição de Florestan Fernandes quanto aos papéis e à responsabilidade da inteligência deveria provir da sua exata colocação nos debates ocorridos por volta dos anos 40 entre duas gerações de intelectuais brasileiros, que girava em torno da questão do isolamento, do abstencionismo ou da participação do intelectual. A reconstituição detalhada desse debate – tão intenso e apaixonado devido a uma situação interna caracterizada pela luta de diversos setores da sociedade civil contra a ditadura do Estado Novo e ao panorama internacional dado pelo término trágico de um conflito de proporções mundiais, pelas ideologias racistas do nazifascismo e pela emergência do conflito bipolar entre dois sistemas hostis e antagônicos, representados por duas grandes potências, os Estados Unidos e a União Soviética, dando origem à Guerra Fria – seria indispensável para o conhecimento das posturas diferenciadas de Florestan Fernandes acerca da questão da inteligência em relação a alguns de seus contemporâneos, dentre os quais amigos e colegas. Porém, não dispondo de tempo e espaço para a realização de uma tarefa como essa, de amplas proporções, limitamos nossos comentários ao estabelecimento de uma rápida comparação entre Florestan e Antonio Candido, cujo paralelo é utilizado por Arruda e Garcia (2003) com o objetivo de atribuir ao primeiro uma exigência segundo a qual a atuação do intelectual deve pautar-se por suas posturas autônomas no campo cultural<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> As posições de Florestan Fernandes assumidas no contexto desse amplo debate podem ser visualizadas em três de seus artigos publicados no antigo jornal Folha da Manhã (hoje Folha de São

No depoimento prestado por Antonio Candido ao inquérito coordenado por Mário Neme sob patrocínio do Estado de São Paulo – inquérito esse que reuniu as opiniões de vinte e nove intelectuais da “novíssima geração” dos anos 40, então formados nos quadros da moderna experiência universitária no meio social brasileiro, acentuadamente paulista, a fim de marcar suas aproximações, rupturas ou divergências em relação a vários membros da geração intelectual anterior, dentre os quais situam-se pessoas que se ligariam à vida política do país ocupando posições de destaque e participantes do movimento modernista nos anos 20<sup>17</sup>, no que concerne às questões gerais dos modos específicos de atuação da inteligência – é defendida a posição da participação específica do intelectual por intermédio da valorização de sua autonomia de atuação na esfera da cultura. Maria Arminda e Sylvia Garcia caracterizaram a postura de Antonio Candido identificando-a com a que também teria sido assumida por

---

Paulo). Curiosamente, esses três artigos não constam da lista de publicações da produção intelectual de Florestan Fernandes, de 1942 a 1973, elaborada por Sylvia Garcia como apêndice do seu livro em colaboração com Maria Arminda do Nascimento Arruda – o que representa uma grave omissão em relação a textos que poderiam negar validade às teses defendidas pelas autoras. São eles: “A responsabilidade da inteligência”, publicado em 24 de fevereiro de 1944; “A organização da ‘inteligência’ brasileira”, datado de primeiro de fevereiro de 1945; “As tarefas da inteligência”, de primeiro de março de 1945. Os dois primeiros podem ser consultados na coletânea de artigos jornalísticos de Florestan Fernandes organizada e introduzida por João Roberto Martins Filho, *Florestan Fernandes: a força do argumento*, São Carlos, EDUFSCar, 1997, enquanto o último poderá ser pesquisado na seguinte página da internet, pertencente ao banco de dados da Folha: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/almanaque/florestan.htm>.

<sup>17</sup> Não representa nosso propósito discutir o problema sociológico das gerações e suas conseqüências para a compreensão das transformações nas esferas dos movimentos e das correntes social e intelectual. Para uma discussão mais aprofundada da questão, é importante consultar um velho ensaio de Karl Mannheim, “O problema sociológico das gerações”, in Marialice Mencarini Foracchi (org.), *Karl Mannheim: sociologia*, São Paulo, Ática, 1982 (Coleção Grandes Cientistas Sociais). Quanto ao debate intelectual entre os representantes das duas gerações acima identificadas, ele não pode ser simplificado, dado que existem diferenças marcantes dentro de uma mesma geração, provenientes de situações distintas de classe, de posições ideológicas diversas, influências teóricas variadas etc., por isso remetemos o leitor interessado aos seguintes textos para perceber as várias nuances e matizes ligadas à questão: Edgard Cavalheiro (org.), *Testamento de uma geração*, Porto Alegre, Globo, 1944, que reúne os depoimentos prestados por membros da geração dos anos 20 e 30, como Afonso Arinos, Sérgio Milliet, Câmara Cascudo, Di Cavalcanti, dentre outros; Mário Neme (coord.), *Plataforma da nova geração*, Porto Alegre, Globo, 1945; Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da cultura brasileira*, 2. ed., São Paulo, Ática, 1977, onde as posições das duas gerações são discutidas, dando-se revelo especial ao depoimento de Mário de Andrade, que, embora não apareça no conjunto dos entrevistados do *testamento de uma geração*, é indispensável para compreender as tensões intelectuais do período; Heloísa Pontes, *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

Florestan Fernandes, sem considerarem que, apesar das afinidades de pensamento entre os dois amigos e da postura acadêmica exigente e rigorosa presente em ambos, suas diferenças de percepção quanto ao grau de articulação entre os níveis da realidade social – o econômico, o social, o cultural e o político – e de radicalidade política na concepção de atuação do intelectual são notórias e justificáveis em parte por suas origens sociais distintas. As autoras assim irão perfilhar suas posições:

No depoimento de Antonio Candido, a candente problemática política e cultural da época é formulada como questão interna à dimensão cultural, a ser considerada na produção específica dos artistas e intelectuais, e não como questão da esfera política institucionalizada, necessariamente formulada da perspectiva da atuação partidária [...] Assim, o ‘sentido do momento’, para Candido, não aponta para a atuação partidária, na esfera da política institucionalizada, mas para a inserção da dimensão ideológica e política no interior da produção cultural, colocando assim o sentido político como uma das dimensões alcançadas pela prática intelectual do senso crítico e do discernimento racional, ou seja, pelo **tipo de atuação que define, simultaneamente a especificidade e autonomia do campo da cultura** [...]

Para Antonio Candido, a geração de jovens intelectuais de São Paulo, na qual ele já inclui explicitamente Florestan Fernandes, define-se como “uma leva de espíritos críticos ou de sensibilidades voltadas para a vasta problemática que o mundo moderno está abrindo para o homem” [...]

No depoimento de Antonio Candido, encontram-se [...] formulações programáticas de uma atuação intelectual que, por meio do senso crítico formado no exercício de uma competência cultural específica, conquista as condições de realização de uma crítica socialmente abrangente mas independente, exclusivamente pautada pelos critérios do campo da cultura. Desse modo, Candido relaciona cultura e política em uma articulação situada internamente ao campo da ciência e da arte; uma construção que, afirmando substancialmente a natureza específica das atividades e dos compromissos desse campo, delinea as possibilidades de uma crítica radical dos problemas da coletividade e, assim, os contornos do papel da liderança social da intelectualidade [...] Trata-se pois de uma formulação do papel do intelectual moderno que radicaliza a perspectiva política na medida em que aprofunda a afirmação da especificidade do funcionamento do mundo da criação cultural. Nas formulações de Candido, a “torre de marfim” não aparece como o contrário da participação social da intelectualidade, mas como condição intelectual e histórica para a conformação da modalidade especial de participação autônoma e, portanto, potencialmente radical, que uma intelectualidade “pura” tem a capacidade e o dever de praticar [...]

Florestan Fernandes alinha-se claramente a essas diretrizes, apropriando-se da concepção do intelectual moderno tal como por elas projetada em uma formulação própria, que pode ser sinteticamente descrita como crítica científica da sociedade [...] A consideração da trajetória intelectual de Candido e Florestan

efetivamente permite tomá-los como representantes exemplares da contraposição entre a atividade cultural e a atividade científica. Contudo, essa configuração não pode fazer esquecer que estamos diante de duas vertentes que se desenvolvem a partir de uma mesma concepção sobre a atuação do intelectual nas sociedades modernas. Um mesmo projeto, duas formas de realização. Ao aderir a uma posição cientificista, Florestan projeta a possibilidade de uma realização radical do radicalismo proposto por Candido, como membro do grupo de novos produtores culturais paulistas, de linhagem especificamente acadêmica e perfil intelectual moderno, que articulam racionalidade científica e democratização cultural. (Arruda e Garcia, 2003: 55-60) (*grifos nossos*)

Entretanto, ao serem confrontadas as formulações críticas de Florestan Fernandes sobre o papel e a responsabilidade da inteligência desenvolvidas no mesmo contexto em que Antonio Candido apresenta suas idéias, notaremos não só a existência de discrepâncias entre suas respectivas posições, mas também de um certo distanciamento crítico do sociólogo uspiano em relação ao conjunto dos intelectuais provenientes dos setores sociais burgueses, em sua maioria de uma classe média em crescimento e ascensão. A primeira dessas discrepâncias diz respeito à consideração da ética profissional do intelectual, que deveria submeter-se a controles sociais da coletividade, condenando Florestan Fernandes apenas a tutela conservadora e reacionária sobre a produção cultural. Nesse sentido, o próprio Florestan irá ponderar: “Assim, tende-se a conceber a ação do intelectual controlada (permitam-me...) por um conjunto de elementos que representam a coletividade, num sentido amplo, e encarnando um modo de ser e uma ética profissional extensivos unicamente ao grupo, num sentido restrito” (Fernandes, 1997b: 18). Em outras palavras, a ética profissional deveria e poderia estar submetida a um controle geral de elementos da coletividade, não dispondo, desse modo, de autonomia e independência irrestritas.

O segundo elemento de discrepância concerne às duras críticas que Florestan dirige contra as concepções que professam a autonomia dos intelectuais e seu distanciamento em relação à massa do povo. Após apontar as origens de classe da

inteligência brasileira, predominantemente burguesa ou de classe média, e observar a identificação política e ideológica dessa *intelligentsia* com os interesses dos setores sociais burgueses<sup>18</sup>, Florestan Fernandes irá questionar a aproximação transitória e oportunista do intelectual – no propósito velado e inconsciente de defender seus interesses de camada específica da sociedade – com a massa do povo, propugnando, ao contrário, por uma autêntica e permanente subordinação da reflexão criativa no campo da cultura aos anseios dos estratos populares, dominados e explorados<sup>19</sup>. Daí formular a questão dos papéis da inteligência brasileira em termos bastante próprios e pessoais, que demonstram seu alinhamento a uma visão de mundo radical-popular:

---

<sup>18</sup> Tal identificação, entretanto, é percebida sempre como um processo social, daí sua estreita vinculação à urbanização e industrialização, por isso presumimos seu caráter inconsciente, ou seja, o vínculo de classe não é admitido pelo intelectual, acreditando este agir pautado pelos interesses da *intelligentsia*: “Quando a mobilização dos demais setores no desenvolvimento do processo histórico implicou também na mobilização da “Inteligência” como tal – ou, melhor, da parte mais importante da “Inteligência” brasileira, os escritores – isso significa que ela agora conta, vale como fator social [...] É óbvio que esse fenômeno está estreitamente correlacionado à urbanização e ao desenvolvimento da civilização científica e das classes médias, nas grandes cidades brasileiras do litoral e do interior. Por isso, o escritor vai definir sua posição e seus valores no clima dominante dos interesses e valores dessas classes, de que é membro, via de regra [...]” (Fernandes, 1997a: 25-6).

<sup>19</sup> Isso quer dizer que Florestan Fernandes supera os limites de atuação política nos marcos de um radicalismo burguês esclarecido, em sua versão brasileira e cabocla, aderindo a uma visão de mundo radical-popular devido, em parte, a suas condições sociais de origem, de criança pobre, lumpen-proletária, mas também à sua identificação com o clima de populismo radical da época (anos 40) e o socialismo – assunto esse que irá ser discutido mais detalhadamente no próximo capítulo. Esse o teor geral de nossa discordância quanto a se considerar a trajetória sociológica de Florestan em íntima vinculação com os imperativos éticos de construção da carreira acadêmica numa ordem burguesa em processo de consolidação, como o faz Sylvia Garcia ao assimilar unilateralmente a ascensão social do nosso autor à suposta caracterização positiva que este faz da utopia burguesa: “[...] pelo que sei, não é reconhecido, sequer pelo próprio Florestan, o vínculo entre sua experiência de rompimento com a condição subalterna por meio da ajuda de protetores e amigos oriundos de camadas sociais superiores e suas análises sociológicas baseadas na interpretação do caráter positivo e revolucionário das utopias burguesas nos processos dinâmicos de desenvolvimento social e de emancipação humana. Como exemplo dessas análises, pode-se citar a interpretação da função do liberalismo no Brasil monárquico para a expansão do ideal republicano em *A revolução burguesa no Brasil* (1974) e a exposição sobre o caráter cientificamente criador da fixação da sociologia clássica na utopia burguesa em *A natureza sociológica da sociologia* (1980)” (Garcia, 2002: 70). A autora se esquece, porém, que as avaliações de Florestan Fernandes não foram tão positivas assim, pois, no primeiro caso, aponta as inconsistências entre a aceitação dos móveis ideais da ação fornecidos pelo liberalismo político e a conduta real das elites aristocráticas que assumiram os valores liberais como *mores* sagrados apesar de se comportarem em conformidade com padrões autocráticos e mandonistas inerentes à ordem escravocrata-patrimonial e, no segundo, deixa explícito que nem toda a sociologia clássica está vinculada à utopia burguesa, chamando atenção para a importância de vários precursores da moderna ciência social que se vincularam ideologicamente ao anarquismo, ao socialismo, seja ele utópico ou científico, e ao desejo de revolução social.

O intelectual ao lado do povo por circunstâncias ocasionais, visando simplesmente a concretização de um programa mínimo de ideais, não é um símbolo da “Inteligência” integrada e sintonizada com os verdadeiros interesses e valores do povo, mas apenas um perigoso representante de uma nova forma de oportunismo. É, ao contrário, urgente que o intelectual defina sua posição de maneira mais duradoura, desligando o destino de suas atividades de objetivos transitórios<sup>20</sup>, procurando se aproximar da realidade e desempenhar um papel ativo indefinidamente, **pondo-se a serviço da cultura e subordinando a cultura aos interesses e necessidades fundamentais do povo.** (Fernandes, 1997a: 29) (*grifos nossos*)

Por fim, o terceiro ponto de discrepância refere-se à questão do isolamento do intelectual, bastante conhecida nos anos 40 como “conventilhismo” ou “torre de marfim”. Ao contrário do que sugerem Arruda e Garcia (2003) em relação a Antonio Candido, Florestan Fernandes não percebe a atuação do intelectual em termos de autonomia no campo cultural, ou de uma ação específica exclusivamente respaldada nos requisitos de sua função especializada, e o seu isolamento como condição favorável ao desempenho de suas tarefas. Na verdade, pelo fato do sociólogo paulista já possuir, nos anos 40, uma forte convicção quanto à íntima imbricação entre os níveis da cultura, da economia, do social e da política, o papel da inteligência não poderia ser visto a partir da autonomia de um dos níveis da realidade social, mas em termos da interdependência dos papéis do intelectual em esferas distintas, como a política, a econômica e a cultural. No artigo intitulado “As tarefas da inteligência”, essa visão é perfilhada nos seguintes termos:

Parece-me que os intelectuais brasileiros não se devem iludir muito com as especificidades de suas funções. Sem trair a causa da “cultura” e sem deixar de fazer sua grande e histórica campanha contra o analfabetismo, em favor do povo

---

<sup>20</sup> Essas considerações de Florestan Fernandes foram motivadas pela sua presença, como representante da Folha da Manhã, nas sessões do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em 1945. A tônica das resoluções se concentrava na tomada de consciência da importância de um papel mais ativo dos intelectuais no processo de democratização da cultura. Porém, Florestan criticava os riscos de uma tal posição assumir um caráter transitório e de servir mais aos interesses da camada dos intelectuais do que ao povo: “No fundo o debate dessas questões deriva dos próprios interesses dos escritores. Batendo-se por melhores condições de vida das massas brasileiras e pelo elevamento de seu nível cultural, os escritores estão empenhados numa cruzada pela formação de um público mais orgânico, econômica e culturalmente válido” (Fernandes, 1997a: 29).

– se é que de fato se preocupam com o povo brasileiro – é preciso que caiam de rijo sôbre o corpo da questão. Quem pensa os fatos não pode fazer uma separação assim brutal nas atividades da “inteligência”, uma limitação tão violenta nas tarefas dos intelectuais e acreditar na eficiência de uma ruptura dêsse gênero exatamente no momento em que é necessário colocar as forças do pensamento e de ação no campo aberto da luta contra as forças da reação, do aproveitamento e da opressão. É inconcebível, mesmo, que os intelectuais cheguem a fazer isso; e seria uma enormidade se o fizerem, justificando-se com a causa da cultura e a causa do povo. **A causa da cultura e a causa do povo sob certos aspectos são uma só. Não é possível dissociar uma da outra. Ou, mais precisamente, a causa do povo implica a causa da cultura.**

Os intelectuais têm que considerar isto, se quiserem evitar a definição errada de posições. E se querem de fato defender a causa do povo, **é lógico que não poderão dar uma importância desequilibradora à causa da cultura**; situá-la, isto sim, no conjunto das outras causas e reivindicações do povo. Só assim conseguirão algo sólido para o povo e para a causa da cultura. De nenhuma forma é conveniente, pois, a atribuição de uma tarefa exclusiva ou preponderante à inteligência brasileira, em nosso momento histórico. Ninguém desconhece a gravidade da situação educacional do povo brasileiro e ninguém ignora as conseqüências que um melhoramento sólido traria a todos nós. Ninguém pode desdenhar o alcance econômico, social e político do elemento do nível educacional de nossas populações do campo e da cidade e o significado de sua participação maior na “cultura”. Entretanto, êsse admirável objetivo será alcançado com uma condição: que se atue sôbre os vários fatores e condições do atual estado de fato. Aí as tarefas da “inteligência” são múltiplas. Ela deve começar por assumir várias posições de luta e de ação - pois que a definição da “posição” dos intelectuais só vale à medida que ela indica o preenchimento efetivo das diversas posições e a realização das tarefas correspondentes - e **teríamos, para a “inteligência” brasileira, uma posição econômica, uma política, outra social etc., tôdas intimamente relacionadas e interdependentes**<sup>21</sup>. (*grifos nossos*)

Foi o equívoco de se atribuir a Florestan Fernandes uma visão autonomista da atuação do intelectual no terreno da cultura que, talvez, tenha conduzido a erros graves na interpretação dos momentos da sua produção sociológica pela vertente institucionalista aqui analisada. A mais decisiva dessas falhas interpretativas está presente na discussão das influências de Mannheim sobre o pensamento de Florestan. Além de cometer um descuido de anacronismo, ao situar os ensaios reunidos e

---

<sup>21</sup> Artigo publicado na Folha da Manhã em primeiro de março de 1945, consultado na internet: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/almanaque/florestan.htm>. A grafia original do texto foi mantida, não havendo, porém, indicação das páginas dos trechos da citação. O contexto das afirmações de Floresta no presente artigo gira em torno da campanha pela alfabetização, o que explica suas rápidas menções ao assunto.

publicados em *Elementos de sociologia teórica* como tendo sido escritos entre 1959 e 1966 (Arruda, 1995: 162; 2001: 248), já que o texto referente à concepção de Ciência Política de K. Mannheim na verdade foi elaborado em 1946<sup>22</sup> – já revelando possuir Florestan Fernandes, em pleno período de formação, um conhecimento aprofundado da produção sociológica do autor de *Ideologia e Utopia* –, Maria Arminda do Nascimento Arruda, ao referir-se à categoria de *Intelligentsia*, reforçará o jargão do senso-comum acadêmico de considerá-la como uma camada potencialmente transcendente aos grupos e às classes sociais: “[...] foi exatamente Mannheim o formulador da idéia do ‘intelectual desvinculado’, dotado de capacidade para transcender os grupos sociais” (Arruda, 1995: 161; 2001: 247-8). A atuação do intelectual, devido à sua capacidade de transcendência, iria pautar-se pela afirmação dos princípios abstratos e universais do racionalismo científico na moderna sociedade democrática. Assumindo a interpretação racionalista proposta por Sylvia Garcia, a autora irá explicitar da seguinte maneira suas idéias quanto a uma completa identificação entre o ideal racionalista de ciência, a ascensão social de Florestan através da observância dos passos da carreira acadêmica e sua incorporação do conceito de *Intelligentsia* de Karl Mannheim:

Importa reter [...] o que Sylvia Garcia denominou de perspectiva sociológica construída na “chave do racionalismo”. A racionalidade fundamenta, por certo, qualquer empreendimento de natureza científica. No caso do projeto científico de Florestan, todavia, ocorre uma sincronia com a racionalização da sua própria conduta, no sentido de que ele próprio denominou de “solução ativa” para contornar a crise gerada por situações motoras de marginalidade social. O projeto científico propiciava a superação da sua condição social, não só porque

---

<sup>22</sup> Para Arruda (1995: 160; 2001: 246), as preocupações de Florestan Fernandes concernentes ao planejamento e ao papel dos intelectuais apenas se tornarão visíveis em fins da década de 50 e inícios dos anos 60: “[...] as perspectivas ligadas ao planejamento social e ao papel dos intelectuais nesse processo vão ganhando força no fim da década de 1950 e início dos anos de 1960, tendo como ponto expressivo a obra *A Sociologia Numa Era de Revolução Social*”. Nesse ponto estamos em inteiro acordo com a autora, mas com a ressalva de que, já nas fases iniciais de sua carreira acadêmica, Florestan Fernandes demonstrava ter preocupações nada desprezíveis – embora não fossem de amplo conhecimento público – com a questão do planejamento social e da função da inteligência, como não deixa dúvidas a leitura de seu ensaio “A concepção de Ciência Política de K. Mannheim”, de 1946, publicado posteriormente como capítulo final de *Elementos de sociologia teórica* (1974).

ele lhe daria prestígio no âmbito acadêmico, mas, sobretudo, porque o conhecimento abstrato é típico de sociedades democráticas. Em outros termos, a construção da ciência como um valor prende-se a contextos mais francamente liberadores, caso do Brasil daquela época e, particularmente, da capital de São Paulo, ocupada por intensos deslocamentos sociais e por uma cultura tipicamente racionalizada. A concepção sociológica de Florestan arquitetava-se por procedimento semelhante, pois, para ele, a investigação sociológica “representa uma tentativa no sentido de elevar à zona de observação consciente os motivos inconscientes do comportamento humano”. Essa formulação, resultante da sua análise da Sociologia do Conhecimento de Mannheim caminha, *pari passu*, com a assimilação da categoria de *intelligentsia* do autor. Nas palavras de Heloísa Fernandes, Florestan reconheceu sua dívida de formação com Mannheim, construtor “desse tipo histórico de intelectual que marcou o que houve de melhor nesse século XX”. Daí a própria reflexão, levada a efeito por Florestan, sobre os procedimentos científicos, absorveu a auto-reflexão da ciência, seguindo a alternativa de Mannheim, de investigar os “motivos inconscientes da investigação científica” (Arruda, 2001: 319-20)

As idéias expostas pela autora podem ser refutadas em múltiplas direções, começando pela imprecisão conceitual no uso da expressão “inteligência desvinculada”, isto é, potencialmente transcendente aos grupos sociais. Ora, para Mannheim, a *intelligentsia* não é um estrato que detenha o potencial de colocar-se acima das classes. Aliás, essa foi uma crítica muitas vezes injustamente dirigida a Mannheim, que inclusive procurou respondê-la no ensaio publicado na segunda parte do livro *Sociologia da Cultura*, intitulado “O problema da ‘intelligentsia’: um estudo de seu papel no passado e no presente”. Neste ensaio Mannheim fala da *intelligentsia* como uma camada intersticial, quer dizer, situada entre as classes e não acima delas, transcendendo-as, de modo que o intelectual sempre estará imerso nos conflitos e divergências entre as classes ou algumas de suas frações, jamais escapando a suas determinações. Ao rebater tais críticas, que surgiram de equívocos na leitura de *Ideologia e Utopia*, o grande nome da Sociologia do Conhecimento falará propriamente de uma *inteligência relativamente descomprometida*, relativamente desvinculada, não tendo utilizado a expressão “intelectual desvinculado” – o que constitui diferenças fundamentais de significado:

Convém a esta altura reafirmar que **os intelectuais não constituem um estrato elevado sobre as classes e não são de modo algum mais dotados que outros grupos para superar seus próprios engajamentos de classe**. Em análise anterior desse estrato, usei o termo “*intelligentsia relativamente descomprometida*” (*relativ freischwebende Intelligenz*), que aceitei de Alfred Weber, sem pretender sugerir um grupo completamente desligado e livre das relações de classe. O epíteto *relativ* não é uma palavra vazia. A expressão simplesmente alude ao fato reconhecido de que os intelectuais não reagem diante de determinadas situações de modo tão coeso como por exemplo os empregados ou os operários. Até mesmo estes últimos, de tempos em tempos, demonstram variações em suas reações a dados assuntos, mais ainda as chamadas classes-médias; porém o menos uniforme é o comportamento político da *intelligentsia* [...] Feita essa advertência, é de se esperar que os críticos não voltem a simplificar minha tese, de acordo com suas conveniências, à proposição facilmente refutável de que a *intelligentsia* seja um estrato elevado acima das classes ou que possua revelações próprias. Com respeito a esse último ponto, o que eu pretendia demonstra é que certos tipos de intelectual possuem maiores oportunidades de testar e aplicar as visões socialmente disponíveis e de experimentar suas incoerências. (Mannheim, 2001: 81-2) (*grifos nossos*)

De outro lado, a autora não percebeu o sentido radical da leitura que Florestan Fernandes fez da problemática da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim e de suas proposições relativas ao planejamento, ultrapassando os quadros da visão liberal-democrática do autor de *Ideologia e Utopia*. A superação de algumas limitações da sociologia *mannheimiana* do conhecimento foi possível a Florestan devido a dois motivos principais: 1) à assimilação que já possuía do marxismo, permitindo-lhe situar a reflexão sociológica relativa ao conhecimento científico nas contradições inerentes à sociedade capitalista e levando-o a apontar as inconsistências de uma prática política estritamente científica nos quadros da ordem existente – o que constitui um distanciamento crítico em relação às posições assumidas por Mannheim; 2) à ênfase que atribui a um aspecto bastante específico da concepção da “síntese de perspectivas” de Karl Mannheim, de acordo com o qual uma classe revolucionária em ascensão pode ser detentora dessa síntese, isto é, de um saber totalizante e objetivo inserido nos processos sociais.

Quanto ao primeiro motivo, Florestan expressa algumas dúvidas acerca da visão ideológica de Karl Mannheim relativa à interferência científica na realidade social e ao controle de suas esferas irracionais, ou seja, da porção instável e imprevisível – por não estar submetida a normas – dos processos sociais:

[...] Mannheim estava evidentemente sob influência de uma ideologia. Qual a parte que tomou nos movimentos sociais a ela ligados ou até que ponto eram adequadas suas esperanças, é uma coisa que não diz respeito ao analista. O certo é que o ideal de uma ativa interferência científica no controle dos fenômenos sociais irracionais, como um passo definitivo na racionalização de toda a vida política, só se poderia concretizar em uma sociedade em que a ciência desempenhasse uma função dominante. Muitos intelectuais europeus acreditam nessa possibilidade, associando-a à transformação das modernas sociedades capitalistas em sociedades socialistas. Quando escreveu seu ensaio [a terceira parte de *Ideologia e Utopia*], Mannheim revelava-se um adepto franco deste modo de pensar. **E de certa forma coloca o problema da ciência política como se o ponto crítico da transformação já tivesse sido superado na Europa. Os acontecimentos posteriores e os próprios sucessos na vida de Mannheim demonstraram o contrário.** (Fernandes, 1974: 239) (*grifos nossos*)

Como se pode ver, ao contrário de Mannheim, que acreditava na eficácia prática do “planejamento experimental e democrático” na ordem efetivamente existente sob o capitalismo, Florestan Fernandes pensava que a plenitude de uma sociedade baseada na ciência e na tecnologia científica apenas seria possível numa ordem realmente democrática, pressupondo o socialismo – visão essa que sempre esteve muito distante dos marcos da modernização burguesa e das limitações de seu regime democrático, típico de uma sociedade estratificada em classes. Nesse sentido, a utopia da racionalização da vida social estaria subordinada à luta pelo socialismo em Florestan e não apresenta a centralidade que a vertente de interpretação institucionalista de sua sociologia lhe atribui, explicando-se dessa forma sua rápida

superação do racionalismo cientificista vinculado a uma ética liberal de ciência, que separa o momento teórico do conhecimento de seu momento prático<sup>23</sup>.

Quanto ao segundo motivo, Florestan atenta para a possibilidade, também vislumbrada por Mannheim, de uma classe revolucionária em ascensão realizar a “síntese de perspectivas”, que não seria apanágio somente da camada de intelectuais – o que é totalmente desconsiderado pela *vertente institucionalista*. No ensaio que produziu sobre Mannheim, irá escrever referindo-se às correntes intelectuais: “Cada corrente representa uma forma de compreensão [da realidade social], existindo mesmo momentos em que uma camada social produz a compreensão mais completa possível da situação histórico social. **Isso acontece nos períodos revolucionários**” (Fernandes, 1974: 164) (*grifos nossos*). Apesar de Mannheim ser um autor não-marxista, Florestan Fernandes empenhou-se em utilizar sua valiosa contribuição para a incorporação definitiva do pensamento de Marx à sociologia acadêmica, ao mesmo tempo, porém, realizando uma leitura da sociologia *mannheimiana* do conhecimento pautada por uma postura radical cujos pressupostos podem ser buscados no marxismo, fortemente presente em seu pensamento já nos idos dos anos 40. É sob esse prisma que Florestan Fernandes argumenta pelo caráter partidário do conhecimento em Marx, no sentido de estar vinculado aos interesses e ideologia de uma classe social específica, o proletariado revolucionário:

[...] Marx proclama as virtudes revolucionárias das massas [...] A atividade das classes depende das suas necessidades e dos seus ideais, que por sua vez são determinados socialmente. Os indivíduos tendem a se conformar aos interesses e aos valores sociais de sua classe, agindo e pensando de acordo com esses

---

<sup>23</sup> Florestan sempre criticou os valores dessa ética liberal, que reputava como anticientífica, negando qualquer separação rígida entre “ciência pura” e “ciência aplicada”. Num artigo de 1955, escreverá: “Nenhuma implicação inerente ao método científico determina o isolamento do cientista na sociedade nem lhe impõe uma atitude de neutralidade em face das possíveis explorações práticas de suas descobertas. Os valores da ética liberal penetraram de tal forma o horizonte intelectual do cientista no passado, que se confundiram, na caracterização da ‘atitude científica’, elementos imanentes ao método científico com elementos de procedência extracientífica” (Fernandes, 1976a: 156).

interesses e valores. Sentimentos, atitudes, ideais, etc., só são compreensíveis e explicáveis quando encaradas em termos do seu contexto ideológico [...] Nas sociedades capitalistas que estudou, as duas ideologias opõem-se como o proletariado, de um lado, e a burguesia, de outro. Do ponto de vista da possibilidade do conhecimento, diz Marx, somente o proletariado pode seguir uma orientação revolucionária.

Por isso, ele próprio define a sua doutrina como uma doutrina *proletária*. (Fernandes, 1976a: 316-7)

Em tal perspectiva, compartilhada por Florestan Fernandes, o conhecimento é produzido a partir de uma base social específica vinculada aos interesses de grupos ou classes sociais, que, no caso dos posicionamentos particulares do sociólogo paulista, correspondem aos setores subalternos da sociedade civil e às massas da população. O que nos leva a concluir que Florestan provavelmente não procedeu a suas investigações dentro de um paradigma racionalista de ciência localizado, ainda que parcialmente, “acima das particularidades correspondentes a posições sociais, culturais e nacionais” (Garcia *apud* Arruda, 2001: 319). As particularidades combatidas pelo sociólogo paulista sempre se referiam apenas às expectativas do uso da ciência pelos donos do poder, porém jamais desvinculando a produção do saber da situação de interesses dos setores subalternos e marginalizados da população. A desconsideração dessa base social de articulação do pensamento teórico de Florestan Fernandes por Arruda e Garcia conduziu aos equívocos que procuramos apontar na compreensão da *estrutura teórica inclusiva* da obra do nosso autor, restando-nos finalizar com a apresentação de alguns preconceitos mais correntes que provêm da acentuação unilateral de aspectos da *vertente institucionalista* aqui analisada.

A acentuação unilateral de aspectos da abordagem interpretativa que estamos considerando, ainda mais não estando acompanhada de um esforço de definição conceitual e estabelecimento de um marco teórico nítido para o estudo da obra de Florestan Fernandes, irá conduzir a visões pré-concebidas de sua sociologia e de seu

itinerário intelectual. É o caso, por exemplo, de uma autora como Heloísa Pontes, que exagera o sentido da construção da carreira acadêmica como um espaço de afirmação de obtenção de prestígio e de afirmação pessoal na competição intra-institucional para Florestan ou como uma forma de superar a si próprio e a vários de seus colegas de geração, que dispunham de condições sociais mais favoráveis à vida universitária e estavam mais bem aquinhoados culturalmente pela convivência com o saber ilustrado das elites, porque oriundos de famílias abastadas, de classe média ou remediadas<sup>24</sup> – circunstância essa que teria interferido nas escolhas dos temas de pesquisa do sociólogo paulista ao sabor oportunista do atendimento das etapas para sua ascensão institucional. Segundo a autora,

Por não possuir os trunfos sociais e culturais de seus colegas, Florestan converteu a carreira no único espaço para angariar prestígio intelectual e se afirmar socialmente. E faz da guerra entre os Tupinambá o ‘instrumento’ e o ‘passaporte’ para conquistar uma posição mais sólida na Faculdade de Filosofia. (Pontes, 1998: 184-5)

Ora, em várias oportunidades Florestan Fernandes fez questão de informar que a carreira acadêmica nunca contou em si e por si mesma, servindo como um meio para alcançar fins menos egoísticos<sup>25</sup>. No terreno estrito da instituição, o que contava era formar as condições indispensáveis à prática científica e consolidar um grupo coeso de novos pesquisadores, capazes de utilizar todo seu arsenal técnico e científico-especializado para o estudo da realidade social através da integração dos problemas teóricos, empíricos e práticos nas ciências sociais; já no âmbito mais geral da

---

<sup>24</sup> O livro de Heloísa Pontes não trata especificamente de Florestan Fernandes, mas do grupo-geração de jovens intelectuais paulistas que participaram da publicação da revista *Clima*, de efêmera duração (1941-1944), críticos de cultura que se serviam da formação universitária em ciências sociais, filosofia e política a fim de produzirem artigos especializados sobre artes plásticas (Lourival Gomes Machado), teatro (Décio de Almeida Prado), cinema (Paulo Emilio Salles Gomes), literatura (Antonio Candido), moda (Gilda de Mello e Souza). Florestan serve apenas de contraponto, devido à sua origem social fortemente distinta dos membros do grupo-geração *Clima*, filhos de médicos, advogados e comerciantes, para a compreensão da trajetória intelectual discrepante do primeiro em relação aos últimos.

<sup>25</sup> Cf. *A condição de sociólogo* (1978) e o ensaio autobiográfico “Em busca de uma sociologia crítica e militante” in *A sociologia no Brasil* (1980).

sociedade brasileira, tratava-se de utilizar os recursos metodológicos aprendidos na atividade de formação científica a fim de conhecer e equacionar, teórica e praticamente, seus dilemas sociais e políticos. A vertente institucionalista minimiza esse aspecto de *catarse*<sup>26</sup> presente na trajetória acadêmica e política de Florestan Fernandes, de superação do elemento egoístico de construção da carreira e da ascensão institucional em direção ao projeto ético-político de transformação da sociedade brasileira.

De modo semelhante, a subestimação da importância do enquadramento político-ideológico de Florestan Fernandes pelo socialismo na definição dos contornos de suas posturas analíticas nas ciências sociais conduz a equívocos e preconceitos na compreensão das relações entre sua militância socialista e sua prática sociológica – equívocos e preconceitos que ora se refletem na imagem de separação entre teoria e prática no pensamento do intelectual paulista, ora se reproduzem na afirmação ideologicamente orientada de que Florestan privilegiou a ciência, sua verdadeira paixão, como se seu posicionamento político não tivesse contado para a estruturação de seus pontos de vista teóricos na sociologia, correndo como uma reta paralela à sua prática científico-acadêmica. São essas posições defendidas, respectivamente, por José de Souza Martins (1998) e Fernando Henrique Cardoso (2000), autores que se aproximam quanto à forma de conceber as relações entre sociologia e marxismo em Florestan Fernandes.

No que diz respeito às relações entre produção do conhecimento e ação em Florestan, irá dizer José de Souza Martins:

---

<sup>26</sup> Segundo Gramsci, “pode-se empregar o termo ‘catarse’ para indicar a passagem do momento econômico (egoístico-passional) para o momento ético-político, ou seja, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isso significa também a passagem do ‘objetivo’ ao ‘subjetivo’ e da ‘necessidade à liberdade’. A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, que o assimila a si, que o torna passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas” (Gramsci *apud* Coutinho, 1999: 91).

Em sua concepção, a sociologia é uma ciência que interpreta e uma consciência que interfere. **São momentos bem distintos, o do conhecimento e o da ação, o do objeto (e da objetividade) e o do sujeito e da luta.** Essa separação sempre esteve claramente presente na sociologia de Florestan Fernandes. Ganhou força, sobretudo, com sua participação na Campanha de Defesa da Escola Pública, entre o final dos anos 50 e o início dos anos 60. Com base nessa experiência de intervenção na realidade social, ele mesmo disse: “O problema diz respeito à natureza do conhecimento científico. Se esse conhecimento é comunicado de uma ou de outra maneira, ou se o investigador está exposto ou não ao contato com vários tipos de público, isso não afeta a natureza do conhecimento científico”. (Martins, 1998: 41) (*grifos nossos*)

Ao completar seu raciocínio, esse autor irá associar a produção sociológica de Florestan Fernandes a uma suposta neutralidade ética do cientista social, negando que seu pensamento possa ter sido articulado a partir de uma *Weltanschauung* específica, ligada aos interesses e necessidades dos setores sociais subalternos e à massa do povo:

Em nome justamente da **neutralidade ética** na produção do conhecimento científico, ele sempre recusou a tese do cientista falsamente pudico, que se recusa a pôr sua sociologia a serviço da sociedade, mantendo-se reservadamente protegido entre as paredes de gabinetes e laboratórios. Aliás, é dele a idéia de que, na impossibilidade da experimentação nas ciências sociais, a verificação da validade do conhecimento sociológico se dá na prática. É a sociedade que verifica a verdade do sociólogo<sup>27</sup>. (Martins, 1998: 42) (*grifos nossos*)

---

<sup>27</sup> Não cumpriria discutir, neste momento, de modo mais aprofundado a questão, já que ela será focalizada no capítulo a seguir. Por isso nos limitaremos a apresentar aqui o elemento principal de nossa discordância em relação a esse autor. A nosso ver, Florestan percebe sob a forma de um verdadeiro *continuum* a possibilidade de aplicação do saber produzido nas ciências sociais e não perfilha uma separação tão estanque e reducionista entre saber e ação, como supõe Martins. Para o intelectual da USP, existem conhecimentos sociológicos que são diretamente irrelevantes para a utilização prática, dados seu elevado grau de abstração e formalização conceitual, mas que não são desnecessários por fornecerem as bases gerais de uma disciplina científica específica. Tais conhecimentos estariam situados no âmbito restrito de uma sociologia sistemática; outros níveis mais concretos de abordagem do social aproximariam sucessivamente a ciência sociológica dos processos de intervenção prática na realidade e forneceriam os fundamentos para a consolidação de um campo específico denominado de sociologia aplicada. A crítica a uma sociologia excessivamente formalista e a necessidade de investigações histórico-sociais concretas, mais passíveis de utilização prática em processos de mudança cultural provocada, constituem características marcantes do pensamento sociológico de Florestan Fernandes, estando presente, de modo implícito, em sua divisão dos campos fundamentais da investigação sociológica (Fernandes, 1976a: 20-30). Em *A natureza sociológica da sociologia* (1980), as críticas dirigidas por Florestan a uma sociologia formalista são intensificadas devido à sua apropriação pelos mecanismos tecnocráticos e burocráticos de controle social e de dominação política na era atual do capitalismo monopolista, ao mesmo tempo em que avança várias sugestões quanto à superioridade teórica, conceitual e metodológica das investigações histórico-sociais que procuram apreender concretamente a totalidade social em fins práticos de transformação revolucionária da sociedade.

Quanto à subestimação da concepção de mundo socialista na estruturação das posturas teóricas adotadas por Florestan Fernandes, teremos a imagem de uma contraposição entre conhecimento e transformação social, paixão pelo saber e política, tal como foi expressa por Fernando Henrique Cardoso numa rápida passagem de sua introdução ao livro *A revolução burguesa no Brasil*: “Na época em que foi meu professor [...], Florestan não exibiu seu lado de militante político. Embora guardasse os ideais socialistas do fim da juventude, a paixão maior era pela ciência” (Cardoso, 2000: 1491). Ora, não há contraposição no pensamento marxista e, conseqüentemente, no pensamento de Florestan Fernandes, entre o conhecimento e a práxis social revolucionária, pois esta deve ser orientada pela primeira de modo que as transformações alcançadas reponham novas condições de produção do saber, engendrando outras perspectivas de análise e fornecendo uma visão mais rica sobre a história social em processo, em *vir a ser*, *in flux* em um presente que se renova sob os nossos olhos. Essa concepção dialética do conhecimento sempre esteve presente em Florestan Fernandes e no seu empenho de sistematizar os campos fundamentais da Sociologia, por isso discordamos de Cardoso ao propor a referida oposição entre paixão pelo saber e política.

Essa subestimação do Florestan socialista leva a uma outra espécie de equívoco, relacionado a uma inadequada compreensão do lugar ocupado pelo marxismo na obra do sociólogo paulista. Como já foi explicitado nos casos específicos de Arruda e Garcia (2003), o marxismo de Florestan Fernandes é visto pelo seu aluno e assistente como mais uma dentre as demais correntes das ciências sociais, não sendo vislumbrada qualquer possibilidade do pensamento marxista ter servido de substrato à sistematização teórica da sociologia pelo mestre da USP. De acordo com Eliane Veras Soares, para Fernando Henrique Cardoso o seu antigo professor “não era marxista”:

[...] o marxismo de Florestan Fernandes, naquela ocasião [anos 50], era “técnico”. Prevalencia uma perspectiva eclética na qual o método dialético é apenas mais um no conjunto de métodos disponíveis nas ciências sociais, e que a escolha do método a ser utilizado dependeria da natureza do problema a ser analisado<sup>28</sup>. (Soares, 1997: 62)

O mesmo equívoco é cometido por José de Souza Martins ao analisar a abordagem de Florestan Fernandes sobre as soluções metodológicas relativas aos problemas da indução na Sociologia propostas por Durkheim, Weber e Marx. Se concordamos com o autor quanto à especificidade das três abordagens clássicas das ciências sociais, que não podem ser combinadas ao livre arbítrio do pesquisador, acreditamos que o pensamento de Marx forneceu a base para Florestan proceder à unificação e sistematização dos campos fundamentais da sociologia, bem como à investigação das diferenças específicas dos modelos clássicos de explicação sociológica. Concluiremos o presente capítulo com a citação a seguir, que expressa o pensamento de Martins (1998: 159):

Nos anos 50, Florestan Fernandes publica trabalhos fundamentais sobre os métodos de explicação na sociologia. Reunidos em *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*, esses trabalhos já sugeriram a especificidade das orientações teóricas e dos procedimentos interpretativos de cada um dos grandes métodos de explicação: o funcionalismo de Durkheim, a compreensão de Weber e a dialética de Marx. O fato de Florestan pôr lado a lado os três métodos era interpretado, não raro, em meados dos anos 60, como sinal de uma equivocada equivalência dos métodos e da possibilidade de sua eclética mixagem. Alguns, menos precisos, viam aí um hibridismo comprometedor, um ecletismo redutor das possibilidades e alcance dos diferentes métodos. Florestan na verdade sugeria que, para cada modalidade de tema e problema, há um método apropriado. Alguns podem ser tratados na perspectiva dialética; outros não. Mas, os métodos não são intercambiáveis ao gosto de quem os utiliza. A definição de um problema de investigação sociológica já pressupõe o método de sua explicação. Em outros termos, a opção por um método já supõe uma visão de mundo, uma modalidade de consciência social.

---

<sup>28</sup> Para uma comparação entre o pensamento de Florestan Fernandes e de seu ex-aluno Fernando Henrique Cardoso, remetemos o leitor à leitura dos dois capítulos finais do livro de José Carlos Reis, *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*, 5. ed., Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002.

### 3. A VISÃO POLÍTICO-RADICAL DA SOCIOLOGIA DE FLORESTAN FERNANDES

As interpretações político-radicais da sociologia de Florestan Fernandes, em contraponto às características assumidas pela vertente institucionalista analisada no capítulo anterior, fundamentam suas perspectivas na identificação da base social de articulação do pensamento teórico do intelectual paulista. Em outras palavras, a sociologia de Florestan apresentaria uma dimensão ética e política vinculada às necessidades e interesses de grupos e classes sociais, que, em seu caso específico, representam os setores subalternos, dominados, explorados, colonizados, das sociedades brasileira e latino-americana, bem como da maioria espoliada do Povo, forjando um conhecimento altamente comprometido com as causas de uma ordem igualitária e de sua plena democratização econômica, social, política e cultural. As idéias defendidas pelos autores (Candido, 2001; Ianni, 1989 e 1991; Mota, 1977; Paiva, 1991; Freitas Pinto, 1992; Soares, 1997; Imamura, 1995; Cardoso, 1996; Matui, 2001; Mazza, 2003) que situamos nesta nova vertente interpretativa, a *político-radical*, não possuem completa unidade e homogeneidade, podendo inclusive apresentar divergências entre si, porém revelam um substrato comum que é o de considerar o teor radical do pensamento de Florestan Fernandes como elemento de alta relevância para a compreensão de seu ponto de vista teórico nas ciências sociais. Nesta parte do trabalho explicitaremos os pontos centrais que definem essa *vertente político-radical* de interpretação da sociologia de Florestan, dando ênfase a alguns dos aspectos que distinguem entre si os intérpretes nela incluídos.

O primeiro ponto da presente discussão girará em torno da questão das relações entre materialismo histórico e sociologia (ou marxismo e ciências sociais

especializadas) em Florestan Fernandes, enquanto o segundo eixo de nossas indagações irá referir-se à problemática das conexões entre teoria e prática, conhecimento e ação no pensamento do intelectual da USP. Deve-se ter em mente, entretanto, que a nossa intenção é estabelecer uma comparação com os caracteres principais da *visão institucionalista* concernentes a essas duas ordens de questões, procurando demonstrar as diferenças entre esta visão e as posições da vertente político-radical quanto às relações entre marxismo e sociologia, teoria e prática, em Florestan. O terceiro e último ponto de nossa exposição versará sobre a base social em que se assenta a produção científica de Florestan Fernandes. De certa forma, esse ponto é o mais fundamental porque permite situar sociologicamente a proposta de síntese e sistematização teórico-metodológicas das ciências sociais avançada por Florestan, percebendo-se as complexas mediações entre sua dupla articulação ao marxismo, como corrente revolucionária de pensamento, tendente à desagregação da ordem social capitalista e edificação de uma sociedade sem classes, e ao projeto de construção de uma disciplina científica ‘especializada’ e ‘autônoma’ como a Sociologia.

Dada a centralidade da problemática geral da relação entre marxismo e disciplinas sociais especializadas na delimitação do objeto que estivemos investigando até o presente momento, começaremos nosso debate pelo autor de uma alentada e importante dissertação de mestrado – na qual o clássico ensaio de interpretação sociológica *A revolução burguesa no Brasil* é minuciosamente analisado – que identifica plenamente o pensamento de Florestan Fernandes com uma posição materialista histórica *stricto sensu*, Carlos Aguedo Nagel Paiva (1991). Constatando a existência de tensões e incompatibilidades no duplo referencial assumido por Florestan

na construção de sua obra<sup>1</sup>, toda a argumentação desse autor se dirige para uma curiosa conclusão, segundo a qual apenas no terreno da linguagem, hermeticamente fechada, difícil e acadêmica, é que se poderia tachar de eclética a produção do sociólogo da USP, já que sua visão de mundo teria sido sempre pautada e orientada internamente pela perspectiva dialética da totalidade e de apreensão do concreto-histórico nos marcos do pensamento marxista. Nesse sentido, irá afirmar:

A conclusão a que se chega é que Florestan não opera apenas dentro de uma ambivalência entre sua “condição de sociólogo” e sua referência ao materialismo histórico e dialético, mas que **esta ambivalência se manifesta a partir de uma relação tensa entre a estrutura expositiva de suas obras históricas básicas e os fundamentos metodológicos** [essencialmente materialistas históricos] **que informam, de maneira central, seus desenvolvimentos.** (Paiva, 1991: 41) (*grifos nossos*)

Ou seja, a estrutura expositiva de Florestan Fernandes, em sua produção histórico-sociológica, seria caracterizada pelo uso do vocabulário e jargões técnicos da sociologia acadêmica<sup>2</sup> numa incorporação eclética de correntes das ciências sociais especializadas tais como o estrutural-funcionalismo e o método compreensivo de matriz weberiana, enquanto a estrutura íntima de seu pensamento teria uma fundamentação materialista histórica, explicando-se desse modo as aparentes ambigüidades e dificuldades de entendimento de sua produção sociológica. Foram tais

---

<sup>1</sup> “Florestan Fernandes é um autor que constrói sua produção a partir de um duplo referencial, cuja compatibilidade é, no mínimo, discutível: o referencial da sociologia acadêmica (em particular do estrutural-funcionalismo) e o referencial do marxismo” (Paiva, 1991: 16).

<sup>2</sup> O autor utiliza a expressão “sociologia acadêmica” para designar o projeto de ciência social especializada que autonomiza a esfera do social de sua vinculação com uma totalidade complexamente estruturada, apesar de constituir-se numa esfera indissociavelmente ligada aos níveis econômico, político, cultural, ideológico e histórico do sistema social total. Trata-se, para Aguedo Paiva, de um projeto antidialético de ciência social que ele afirma existir em Durkheim e Weber: “De agora em diante, a não ser quando o próprio texto tornar explícito o sentido específico com que operamos com o conceito de ‘sociologia’, nos referiremos a este projeto ‘especificamente anti-dialético’ de ciência como ‘sociologia acadêmica’. Fazemos isto não só em respeito àquele leitor que ainda prefere operar com um conceito mais esgarçado de sociologia, como também porque o adjetivo ‘acadêmico’ nos faz recordar que o projeto de construção de uma ciência da sociedade que se autonomiza da ‘economia’ e da ‘história’, é um projeto que surge e se desenvolve dentro da ‘academia’ (na medida em que só é possível a partir de um padrão de ‘racionalidade analítica’ que não é inerente, nem ao senso comum, nem aos setores intelectuais *diretamente* envolvidos com a articulação da ação social e política transformadora)” (Paiva, 1991: 26).

conclusões que levaram Aguedo Paiva a afirmar, baseando-se num dos autores que utilizamos no primeiro capítulo a fim de definir os critérios de classificação das vertentes de interpretação da sociologia de Florestan Fernandes:

A idéia [pertencente a Cohn] de que o que estrutura a contribuição teórica de Florestan é o materialismo histórico, mas que isto não está explícito e que a explicitação deste fato “exigiria um trabalho de reconstrução para vir à tona”, é uma idéia que nos parece não apenas correta, mas reveladora de uma percepção extremamente arguta da literatura sociológico-histórica desse autor [Florestan]. O que sustenta a leitura de Cohn é uma dupla perspectiva: 1) de que não há uma incompatibilidade essencial entre a opção pelo materialismo histórico e o manuseio instrumental de um arcabouço teórico-conceitual originalmente não-marxista [proveniente da ‘sociologia acadêmica’]; 2) que a forma como Florestan estrutura a articulação destes distintos instrumentais é, contudo, problemática, uma vez que a estrutura expositiva adotada por ele compromete a adequada compreensão do conteúdo essencial de suas contribuições. Quer nos parecer que não estaríamos fugindo à lógica da contribuição de Gabriel Cohn se a traduzíssemos nos seguintes termos: *Florestan busca fazer (e, em certo sentido, o faz) “ciência da história”, mas a apresenta como “sociologia” (ainda que “diacrônica”), “sucumbindo à tendência de afirmar-se primeiramente em nome de sua especialidade”* (numa postura que ele mesmo critica). É necessário ressaltar ainda que a leitura de Cohn envolve uma pontuação crítica a uma certa interpretação corrente da obra de Florestan: se é verdade que este autor nunca se circunscreveu à posição de “um marxista dogmático e rígido”, tampouco é verdade que este autor adote um ecletismo *sans phrase*, pois, pretende-se, o materialismo histórico funciona como o articulador interior da construção teórica de sua “sociologia diacrônica”. (Paiva, 1991: 42-3)

Ora, se podemos concordar com a posição de que o pensamento marxista apresentou um papel de fundamental importância na estruturação do ponto de vista teórico da sociologia de Florestan Fernandes, evitando que se possa denominar de eclética sua produção, pois assentada numa proposta de síntese específica a partir de posições teórico-metodológicas, filosóficas e políticas determinadas, provenientes do marxismo e socialismo, não poderíamos aceitar a idéia, esposada por Aguedo Paiva, segundo a qual uma casca expositiva sociológica revestiria um pensamento teórico essencialmente ancorado no materialismo histórico. “Florestan opera diretamente dentro da perspectiva materialista, que se encontra apenas encoberta por uma casca

‘especificamente sociológica’” (Paiva, 1991: 55). A adesão de Florestan ao projeto teórico da ciência sociológica não é meramente formal, como supõe Aguedo Paiva, mas constitui sua verdadeira tomada de posição no conjunto das ciências sociais em detrimento de outros enfoques, não querendo isso dizer que houvesse uma supervalorização do ponto de vista sociológico, porém que se trataria apenas de uma forma específica de focalizar a realidade social, a ser complementado mediante a incorporação da contribuição teórica e metodológica fornecida por outras modalidades de abordagem do social dadas pelas demais ciências sociais especializadas, como a Antropologia, a História, a Economia e a Psicologia Social.

A nosso ver, os equívocos da interpretação de Aguedo Paiva acerca da sociologia de Florestan Fernandes são provenientes de uma *oposição estanque e irreduzível entre marxismo e ciências sociais especializadas* que caracteriza suas posições e seu arcabouço teórico. A seguir discutiremos rapidamente as implicações dessa oposição teórico-metodológica que conduziram aos equívocos cometidos por Aguedo Paiva em seu estudo da obra sociológica de Florestan Fernandes a fim de explicitarmos o ponto de vista defendido por Ernesto Renan M. de Freitas Pinto (1992), que, ao contrário do primeiro, não procurou partir da percepção de uma separação estanque entre marxismo e sociologia.

Não obstante a elevada pertinência do problema da tensão ou dualidade de referenciais que Aguedo Paiva indica existir na obra de Florestan Fernandes, dizendo respeito à incompatibilidade entre as propostas prático-teóricas do marxismo e as ciências sociais particulares, as soluções que aponta para seu equacionamento foram insuficientes devido a um apego dogmático a concepções político-filosóficas externas ao projeto de construção de uma sociologia científica. Resgatando a polêmica marxista de Georg Lukács com a sociologia, para o qual a “contraposição entre sociologia e

concepção dialética [...] não é uma distinção de âmbitos ou de discursos autônomos e complementares, mas uma exclusão recíproca” (Netto *apud* Paiva, 1991: 17), irá dizer:

**[...] em nossa opinião, a leitura lukacsiana em torno da relação contraditória entre sociologia e marxismo é a expressão rigorosa de conclusões imanentes à proposta teórica e metodológica do materialismo histórico e dialético.** Por isto mesmo, a dualidade de referenciais teóricos no interior da obra de Florestan envolve, para nós, um problema que não pode, em hipótese alguma, ser considerado menor. (Paiva, 1991: 17) (*grifos nossos*)

Justamente por assumir um referencial teórico externo ao projeto de construção de uma ciência sociológica, Aguedo Paiva não percebeu que o verdadeiro teor das críticas epistemológicas de Florestan Fernandes a algumas das tendências das ciências sociais especializadas detinha um sentido altamente construtivo de síntese conceitual-teórica e metodológica que conduziria, em última análise, à proposição de uma ciência da *estrutura social*, a Sociologia, que não necessariamente isolasse seu objeto de estudo de sua articulação interna a outros níveis de abordagem dos fenômenos, como o econômico, o político, o cultural, o ideológico, o psicológico e o histórico, estando vinculado, desse modo, a um padrão interdisciplinar de investigação nas ciências sociais, cujo enfoque predominante, entretanto, deveria ser o sociológico. Enfim, Aguedo Paiva não dispôs do instrumental teórico exato que lhe permitisse perceber que esse movimento crítico só poderia ter sido realizado no interior da própria disciplina sociológica, ou mesmo que uma crítica marxista consistente da Sociologia deveria também fundamentar numa tal perspectiva. Era isso o que tinha em mente Florestan Fernandes ao argumentar que nem toda a sociologia estava submetida a uma racionalidade burguesa e a seus imperativos de dominação de classe, pois havia também uma sociologia de contestação da ordem, capaz de avançar na crítica teórica, prática, epistemológica e metodológica – ao se basear no ponto de vista das classes em ascensão revolucionária e dos setores sociais subalternos – das vertentes sociológicas

vinculadas aos interesses da burguesia como classe dominante ao servir-se dos elementos de *verdade científico-positiva* que por ventura pudessem ser aproveitados dessas vertentes:

Ao absorver os pressupostos da “lógica da dominação”, a sociologia empobrece os seus alvos empíricos, teóricos e práticos. O paradigma desse circuito encontra-se, idealmente, na questão da eficácia de uma dada civilização, tal como a questão vem proposta por Durkheim. Pretende-se “ir ao fundo das potencialidades de uma dada civilização” – não derrubá-la, substituí-la por outra, sequer desentranhar as forças criativas travadas. Quando se põem face a face estrutura e história na evolução do capitalismo no século XIX, não é uma façanha de segunda ordem preservar e fortalecer as posições dominantes ou reforçar o controle do poder *apesar* da maré montante da pressão popular, do movimento operário e da revolução socialista (frustrada). Esta não se *frustrou* sozinha; aqueles não se anularam ou se inibiram *automaticamente*. A racionalidade que se reservou a seleção dos efeitos, que limitou a intervenção deliberada, espontânea ou organizada, ao ajustamento dos indivíduos, ao rendimento das instituições, à manutenção do equilíbrio da ordem, salvou o *status quo* e garantiu-se um salto qualitativo *dentro do capitalismo* (ou explicasse de outra maneira o que ocorre com o capitalismo monopolista e o aparecimento do Estado tecnocrático que ele requer?). Sob esse aspecto, o “limite burguês” não vai ao *fundo da realidade*. Entretanto, isso seria necessário quando o alvo central é a dominação e, por conseguinte, a mudança dentro da ordem estabelecida? O *resto*, no caso, diz respeito à revolução, que traz consigo o tipo de racionalidade descartado no movimento histórico real. O que significa que uma posição estratégica de poder permite saturar, pela violência institucional, os “elos vazios” de um pensamento sociológico incompleto e insuficiente. O “esclarecimento da consciência burguesa” não chega tão longe a ponto de pretender saturar esses elos teoricamente; **se chegasse, não haveria diferenças entre as classes em conflito, e a sociologia seria uma ciência unívoca ou monolítica.** (Fernandes, 1980b: 30-1) (*grifos nossos*)

Nesse sentido, os limites impostos ao conhecimento dos fenômenos sociais pela racionalidade burguesa que impregna o saber sociológico só poderiam ser superados mediante a adesão a posições revolucionárias alicerçadas nas classes dominadas, exploradas, e seus setores sociais subalternos. Conforme nos dirá Florestan ao confrontar a polaridade *revolução* inerente ao pensamento sociológico de contestação da ordem com sua polaridade oposta e antagônica, a *dominação*:

A polaridade *revolução* equivale ao outro lado do rio. Ela se abre diretamente sobre e para a história, já que é ao nível da história que ela se inscreve. No entanto, é uma história que revela o dinamismo das estruturas em ebulição, o

que faz com que seja através dela que se atinja o *fundo da realidade*. Não é a burguesia, como classe dominante, mas o proletariado ou os trabalhadores, como classe revolucionária, que põem em evidência a natureza da sociedade capitalista. Aí, a racionalidade não precisa interromper-se no “limite burguês”; não é preciso temer e esconder contradições e, tampouco, temer e sufocar o antagonismo que pode subverter a ordem existente. O “limite burguês” torna-se conhecido, pois, quando visto pelo avesso, mediante o momento de sua negação, no movimento social que conduz à sua destruição. Nesse ponto Lukács está certo. A classe revolucionária, que desmascara a consciência burguesa, acelera a história e possui a racionalidade necessária para subverter a ordem, é que define os verdadeiros limites da sociedade capitalista. Construído em termos dessa racionalidade, o conhecimento sociológico precisa transcender e negar a ordem, apanhar história e estrutura no movimento de *vir a ser*, pelo qual se passa do desmoronamento do capitalismo para o aparecimento de uma sociedade não-antagônica [...] **Se voltássemos a Mannheim e à sua idéia de síntese pelo próprio movimento mais radical, complexo e avançado, a classe revolucionária contém todas as determinações que vinculam dialeticamente o desmoronamento do capitalismo à construção do socialismo.** O que quer dizer que é ao nível da polaridade “revolução” que a sociologia se libera de toda a impregnação inibidora ou restritiva, antes mesmo da desagregação e do desaparecimento do modo de produção capitalista, do regime de classes sociais e do Estado burguês. (Fernandes, 1980b: 31-2) (*grifos nossos*)

É certo que a sociologia e o materialismo histórico apresentam propostas teóricas bastante distintas, podendo-se mesmo dizer em alguns momentos que opostas entre si devido a diferenças irreduzíveis quanto aos critérios científicos utilizados na construção de seus respectivos objetos. Entretanto, a caracterização que Aguedo Paiva faz da definição do campo da investigação sociológica é, simultaneamente, *reducionista* no que diz respeito ao uso de autores como Durkheim e Weber e de correntes como o funcionalismo e o estruturalismo, e *caricatural* ao supor que Florestan tenha pensado a existência de um objeto de pesquisa – no caso específico da Sociologia, a *estrutura social* – independente do sujeito e de suas condições históricas e concretas. De acordo com sua exposição,

[...] a sociologia, a partir de Durkheim, Weber e do funcionalismo e do estruturalismo modernos, elegeu como objeto essencial de sua reflexão as determinações “culturais” (morais, ideológicas, jurídico-institucionais, etc) que dão estabilidade ao processo de reprodução da vida em sociedade. Esta maneira de definir o objeto acabou por determinar um privilegiamento da análise sincrônica sobre a análise diacrônica. E tal privilegiamento, por sua vez, traz

consigo duas conseqüências: 1) limita as possibilidades de hierarquização das determinações que sustentam uma dada organização ou estrutura social (tudo aparece como estando ligado a tudo, sem que se possa definir com clareza relações de dominação e subordinação que vigem em seu interior); 2) ao se fazer a abstração do movimento social, faz-se, simultaneamente, a abstração das contradições intestinas à ordem social, que sustentam e impelem seu movimento de auto-transformação.

Ora, poder-se-ia muito bem argumentar que não faz qualquer sentido tentar realizar a crítica de uma disciplina científica a partir das leituras que determinados autores fazem de seu objeto e método. Entretanto, não se pode negar que, levada ao limite, esta perspectiva envolve a pressuposição da existência (metafísica) de um dado objeto – no caso o objeto da ‘Sociologia’ – que independe dos sujeitos investigadores e de suas investigações particulares. Esta perspectiva é, por sua vez, igualmente anti-dialética. Para a dialética não há ‘objeto’ sem ‘sujeito’, nem ‘sujeito’ sem ‘objeto’. Por isto mesmo, extrair uma ‘sociologia’ de um autor como Marx não pode ser validado pela existência *a priori* de um ‘objeto sociológico’. Tal movimento só pode ser entendido como o movimento de um ‘sociólogo’, que, não só admite a existência deste objeto, como o constrói a partir de referências intelectuais determinadas. Estas referências (inclusive no caso de Florestan) só podem ser os construtores deste projeto de ciência, onde se salientam as contribuições de Durkheim e Weber. Não é possível fugir, assim, à responsabilidade de responder pela legitimidade do corte objetual produzido por ambos. Ou, antes: é impossível fugir à *crítica* deste objeto que deriva de uma perspectiva materialista dialética radical. (Paiva, 1991: 22-4)

Pautando-se por uma compreensão tão estanque e irredutível das relações entre sociologia e marxismo, Aguedo Paiva desconsiderou que, para Florestan Fernandes, tratava-se de negar justamente a existência de um objeto independente do sujeito cognoscente, pois a sociologia constituía, para ele, uma forma específica de encarar e investigar a realidade social, distinguindo-se das demais ciências humanas como a Antropologia, a Economia, a História e a Psicologia Social, não por diferenças de conteúdo, de temáticas ou de objetos, muitas vezes ocorrendo o caso do mesmo objeto ser estudado por duas ou mais disciplinas sociais, mas por diferenças de enfoque, que em última instância teriam suas raízes nas condições sociais de existência determinantes da concepção de mundo do sujeito-investigador. Nesse sentido, irá dizer Florestan que existe um modo peculiar ao sociólogo de se colocar diante da realidade, a fim de investigá-la, que o distingue tanto da visão de senso-comum, adquirida pelos

indivíduos como “membros de certas classes ou camadas sociais”, como de outras abordagens científicas do social:

[...] a Sociologia é uma dimensão cultural precisa do pensamento científico e da civilização ocidental. Existe toda uma esfera da Sociologia, isso desde Comte até nossos dias, que se sobrepõe ao influxo imediato das mudanças sociais. Essa esfera é relativamente limitada, em comparação com a de outras ciências humanas, como a Psicologia, e a Economia, ou em comparação com as ciências naturais. Mas, tem-se revelado suficiente para situar o sujeito – apesar da interferência dos interesses e da concepção do mundo vinculados à sua posição social – de uma maneira bem determinada diante da realidade social. Embora o *método sociológico* ainda esteja longe de possuir a consistência e a catolicidade que lhe são atribuídas em trabalhos de Etnologia, de História, de Psicologia, de Economia, etc., inclusive nos trabalhos de crítica literária e em ensaios de Filosofia, a verdade é que ele equipa o sociólogo com uma série de categorias intelectuais e com uma visão autêntica da realidade social. Estas, por sua vez, não se confundem com as categorias intelectuais e com a visão da realidade social adquiridas pelos indivíduos como membros de certas classes ou camadas sociais. Ao contrário sua aprendizagem processa-se por um adestramento especial. Os próprios sociólogos desenvolveram algumas expectativas em relação a tais valores, exprimindo-se de diferentes maneiras ao salientarem a necessidade de comunicar aos seus concidadãos uma ‘atitude racional’ diante dos fatos sociais, de difundir a ‘mentalidade sociológica’, etc. Apreciando-se as diversas teorias sociológicas em face desses resultados, podem-se interpretar as explanações em que se evidencia a existência de consenso **como consequência da forma peculiar de focalização do objeto**. (Fernandes, 1976a: 416-7) (*grifos nossos*)

Essas considerações de Florestan Fernandes nos levam não só a atribuir validade e legitimidade ao tipo de enfoque sociológico de investigação dos fenômenos sociais, bem como aos das demais ciências históricas, mas também a tomar como dogmáticas e contraproducentes as posições que excluem as aproximações entre o marxismo e as ciências sociais especializadas. Porém, em que sentido se daria um aproveitamento recíproco entre o pensamento de Marx e a Sociologia, ou entre marxismo e as ciências sociais particulares? Segundo Florestan, se levarmos em conta a afirmação de Marx e Engels da determinação social da consciência e do

conhecimento<sup>3</sup>, poderemos tomar como objeto de investigação sociológica a própria sociologia (Fernandes, 1976a: 409), com a pesquisa sobre as origens sociais das várias correntes do pensamento sociológico podendo contribuir para seu refinamento conceitual e metodológico. Ele disse:

[...] do ponto de vista da investigação sociológica, o interesse em descobrir o caráter das vinculações da concepção do mundo do sujeito com os resultados de suas pesquisas reside no fato de tal descoberta abrir novas oportunidades de observação, de controle e de refinamento do equipamento conceptual e metodológico da Sociologia. (Fernandes, 1976a: 415)

Indo mais além em suas conclusões, afirmará Florestan que o condicionamento social do saber nas ciências sociais, dando-se por intermédio da escolha do método de investigação, teria uma função sociológica relevante para a sistematização teórico-metodológica dessas disciplinas:

O condicionamento ideológico da escolha do método de investigação parece desempenhar [...] uma função definida na Sociologia. Estimula o sujeito a estudar os aspectos da realidade social com que está mais familiarizado ou pelos quais sente maiores afinidades, aumentando desse modo a penetração dos conhecimentos obtidos. Além disso, atenua os choques frontais das diversas orientações teóricas, localizando-as em planos em que as diferenças de propósitos se tornam facilmente visíveis. Assim, as tarefas de seleção do conteúdo positivo das várias teorias sociológicas e a integração do mesmo no *corpus* teórico da Sociologia são singularmente facilitadas. Uma análise crítica bem orientada revela, sem grandes dificuldades, o caráter complementar das diferentes teorias. (Fernandes, 1976a: 421)

Assim, a proposição fundamental do marxismo da determinação social de toda e qualquer modalidade de conhecimento, tendo sido incorporada por Mannheim em sua *Wissenssoziologie*, também o será por Florestan Fernandes, servindo-lhe como

---

<sup>3</sup> “A produção das idéias, representações, da consciência está de início imediatamente entrelaçada na atividade material e no intercâmbio material dos homens, linguagem da vida efetiva. O representar, pensar, o intercâmbio intelectual dos homens aparecem aqui ainda como afluência direta do seu comportamento material. O mesmo vale para a produção intelectual tal como se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc., de um povo. Os homens são os produtores das suas representações, idéias, etc., mas os homens efetivos, atuantes, tal como são condicionados por um desenvolvimento determinado das suas forças produtivas e do intercâmbio correspondente às mesmas, até as suas formações mais amplas. A consciência nunca pode ser outra coisa do que o ser // Sein // consciente, e o ser consciente dos homens é o seu processo efetivo de vida” (Marx e Engels, 1989: 192-3) – citação retirada de *A Ideologia Alemã*.

ponto de partida para sua síntese teórica, porém não eclética – porque operada sob um prisma unificador específico, com base numa concepção de mundo marxista, socialista e radical-popular – dos campos de abordagem da Sociologia e de suas correntes metodológicas. Não se pode, contudo, afirmar que por conta de tais posições tenha Florestan alguma vez se definido como um autor puramente materialista histórico em termos de fundamentação metodológica, apresentando-se contraditoriamente numa linguagem emprestada da sociologia acadêmica para tornar-se aceitável entre seus pares e assimilável no meio universitário<sup>4</sup>. Apesar de marxista e socialista, ou talvez mesmo por conta desta sua identificação com o marxismo e o socialismo, acreditava Florestan que não se deveria ter posições rígidas quanto ao conhecimento, ao saber, pois este seria fruto de condições histórico-sociais concretas, determinadas e específicas<sup>5</sup>. Aguedo Paiva somente identifica Florestan com uma visão materialista

---

<sup>4</sup> Essa é a interpretação fornecida por Aguedo Paiva em seu empenho de explicar a relação contraditória, em Florestan, entre a utilização de um instrumental acadêmico de análise e sua fundamentação teórica geral ancorada no marxismo: “[...] é preciso que se entenda que, para além da filiação *contraditória* (e, por isso mesmo, *flexível*) que um dado instrumental mantém com a formulação teórica mais geral, que lhe serve de substrato, ele é um *instrumento de comunicação de idéias*. Vale dizer: todo o instrumental carrega consigo o interlocutor que se quer constituir. E aqui o ponto crucial: enquanto opera fundamentalmente com o instrumental teórico oriundo da ‘sociologia acadêmica’, Florestan está, na realidade, privilegiando uma interlocução com a ‘academia’ e com o ‘seleto colégio dos sociólogos’, para os quais dirige os resultados mais densos de suas pesquisas teóricas. O que este tipo de ‘seleção do interlocutor’ comporta, indubitavelmente, é uma confiança nas potencialidades críticas da produção ‘científico acadêmica’ e uma desvalorização – ainda que relativa – da interlocução *mediata* com os setores que buscam refletir o marxismo a partir da atuação política (partidária ou sindical) militante. Quer nos parecer que o que trabalha por dentro este privilegiamento da interlocução com a academia, seja um avaliação (até certo ponto discutível em termos ‘rigorosamente marxistas’) fortemente positiva das potencialidades críticas e transformadoras presentes na mesma. De qualquer forma [...], o que é necessário resgatar é que a adoção de tal lógica não só circunscreve nosso autor à ‘condição de sociólogo’, como acaba por determinar um certa perda de ‘compreensibilidade’ e de eficácia política de sua obra propriamente acadêmica” (Paiva, 1991: 36-7).

<sup>5</sup> Florestan irá argumentar que o saber possui uma validade histórica, ligada aos fatores sociais que estariam presentes em sua gênese. Se as circunstâncias modificam-se é provável que o conhecimento gerado a partir delas perca o substrato social de sua validade teórica ou de sua aceitação e legitimidade, isso porque o saber constitui parte dinâmica da própria sociedade. Daí Florestan ter imaginado que o método dialético poderia perder parcela de sua validade numa sociedade sem antagonismos de classes: “[...] se nós imaginamos que o objetivo do socialista é a passagem para uma sociedade onde não haja antagonismos de classe, nós acabaríamos tendo uma situação parecida com a que eu enfrentei ao estudar a sociedade tupinambá. Numa sociedade onde os antagonismos são menores, onde eles não dependem da estrutura da sociedade, a análise dialética não é necessária para a previsão a longo prazo. Essa é uma situação histórica nova, e seria preciso, então, que os cientistas sociais refletissem sobre todos estes aspectos” (Fernandes, 1978: 108).

histórica *stricto sensu* devido à sua aceitação dogmática de uma oposição irreduzível entre sociologia e marxismo, entre o pensamento de Marx e as ciências sociais particulares.

Posição distinta é defendida por Ernesto Renan de Freitas Pinto (1992) ao relembrar a afirmação de Florestan Fernandes segundo a qual o recurso à busca de variadas contribuições teóricas, muitas vezes conflitantes e incompatíveis entre si, poderia ser creditado ao próprio Marx, que incorporou numa síntese bastante particular os pontos de vista divergentes e antagônicos das mais diversas correntes de pensamento, da dialética hegeliana, passando pelos escritos dos socialistas utópicos, até atingir a economia política clássica inglesa – panorama complexo mesmo se não formos levar em conta, ainda, o aproveitamento que pôde fazer de seus estudos das obras de alguns historiadores burgueses da Revolução Francesa. Assim,

O apoio a essa posição de busca das mais variadas contribuições teóricas, Florestan Fernandes vai buscá-lo no próprio Marx, sendo segundo ele surpreendente o número de teorias antagônicas aproveitadas por Marx e, de modo semelhante, cabe ao sociólogo de hoje realizar uma constante revisão crítica dos fundamentos teóricos da sociologia, extraindo das teorias sociológicas, sejam elas conservadoras, acadêmicas, pós-acadêmicas, marxistas, pós-marxistas, todo o seu conteúdo positivo<sup>6</sup>. (Freitas Pinto, 1992: 207).

Para Freitas Pinto, uma das questões que atravessa toda a obra de Florestan Fernandes seria referente ao dilema de sua dupla condição de sociólogo e socialista. “A questão de ser sociólogo e socialista atravessa toda a obra de Florestan Fernandes, de ponta a ponta, sendo ‘resolvida’ entretanto de modos distintos, em pelo menos dois grandes momentos de seu trajeto sociológico” (Freitas Pinto, 1992: 206). No primeiro

---

<sup>6</sup> O adjetivo *positivo* é diversas vezes empregado por Florestan Fernandes, visando especificamente a qualificar aquele conhecimento que seria resultado de uma elaboração teórica, conceitual e metodológica prévia em conformidade com as regras do proceder científico. Nesse sentido não haveria qualquer vinculação direta entre o uso de tal adjetivo e o positivismo como filosofia da ciência. Ele disse: “Na investigação **positiva** do objeto se procura, ao mesmo tempo, um critério para a descoberta da verdade e um instrumento para selecionar os conhecimentos considerados verdadeiros, reelaborá-los ordenadamente em um sistema de saber **positivo** e aplicá-los nas esferas em que se tomem decisões de significação vital para a coletividade” (Fernandes, 1980c: 15-6) (*grifos nossos*).

momento, em que Florestan estava empenhado em definir o campo de atuação para uma ciência sociológica enraizada em solo brasileiro, o marxismo constitui uma das correntes a ser incorporada ao conjunto das contribuições teórico-metodológicas das diversas tendências da Sociologia, não se podendo reduzir a história da disciplina à história do pensamento marxista. De acordo com a postura assumida por Freitas Pinto, o propósito de construir um campo científico próprio à Sociologia levou Florestan, apesar de possuir uma concepção de mundo nitidamente socialista, a não desprezar os outros métodos e abordagens do social. Assim irá caracterizar esse momento inicial de definição da matriz de um pensamento sociológico no Brasil em Florestan Fernandes:

O primeiro momento está compreendido nas décadas de 40 e 50, onde prevalece claramente o compromisso do autor em fundar sua matriz científica para uma sociologia brasileira. Esse é sobretudo o momento de definição de um padrão adequado à formação de um novo espírito sociológico e nesse sentido torna-se claro para o autor que a tradição do pensamento não deve ser reduzida ao marxismo e que um sociólogo, sobretudo um sociólogo marxista não deve se recusar a se auxiliar de outros métodos e teorias no que estas possam contribuir para tornar o trabalho de investigação mais rico e mais consistente. (Freitas Pinto, 1992: 206-7)

Segundo Freitas Pinto, essa postura inicialmente assumida por Florestan no que concerne às relações entre sociologia e marxismo teria fortes implicações na sua atividade docente:

Para Florestan Fernandes parecia bem claro que seu envolvimento no plano político, não deveria significar restrição a outros métodos e outras teorias, compreendendo que a contribuição de Marx e de Engels não deveriam (*sic*) ser excludentes de outras, não “tentando confundir o socialismo com a atividade docente”. (Freitas Pinto, 1992: 208)

Insiste [Florestan] no ponto em que o que o preocupava e o que orientava a sua conduta enquanto professor era colocar em primeiro plano a consolidação de um campo científico para a sociologia, o que implicava em conter um possível engajamento político no terreno acadêmico. Nesse sentido estimulava os seus alunos à leitura de autores pouco difundidos, procurando imprimir uma nova diretriz ao seu aproveitamento, “*preocupado que estava com a pesquisa empírica sistemática e com a construção ou a verificação de teorias. Daí o impulso no aproveitamento de Mannheim, Freyer, a ‘Escola de Chicago’, os antropólogos ingleses, além dos autores clássicos e de Mauss e Durkheim*” (Freitas Pinto, 1992: 209)

Entretanto, não se pode dizer que a interpretação realizada por Freitas Pinto da obra sociológica de Florestan Fernandes restrinja-se, como no caso da *vertente institucionalista* que analisamos no capítulo anterior, a constatar que o marxismo foi incorporado ao lado de outras tendências das ciências sociais como apenas mais uma corrente dentre as demais. A leitura de diferentes autores feita por Florestan teria uma fundamentação própria operada a partir de uma síntese dialética, revelando-se desse modo uma influência de base da corrente marxista na estruturação de seu pensamento teórico. Em outras palavras, Freitas Pinto sugere que o marxismo foi um forte ponto de apoio para que Florestan Fernandes procedesse à síntese teórica e metodológica da ciência sociológica<sup>7</sup>.

A leitura dos diferentes autores é feita na obra de Florestan Fernandes a partir de uma **fundamentação dialética**, sem que isso impeça que em muitos de seus trabalhos estejam presentes elementos de diferentes fundamentações teóricas que ele considera os mais apropriados para responder às questões suscitadas. (Freitas Pinto, 1992: 209-10) (*grifos nossos*)

Num segundo momento, a partir da década de 60 do século passado, em que as posições sociológicas de Florestan Fernandes passariam a assumir dimensões mais nitidamente radicalizadas e politizadas, a relação com o marxismo iria acentuar-se provocando redefinições em alguns dos traços principais da reflexão teórica do intelectual paulista acerca das questões básicas do pensamento sociológico como as vinculações entre conhecimento e aplicação, o papel do intelectual ou do cientista

---

<sup>7</sup> A tese de doutoramento de Ernesto Renan de Freitas Pinto pode ser considerada como a análise mais consistente, completa e sistemática do ponto de vista teórico da Sociologia de Florestan Fernandes. Apanhando o desenvolvimento do pensamento teórico do intelectual paulista a partir da reconstrução das etapas de seus estudos sociológicos sobre o folclore, a sociedade tupinambá, as relações raciais e a revolução burguesa no Brasil, esse autor demonstra que as categorias de análise construídas por Florestan, bem como a forma como procurou articulá-las entre si em seu arcabouço teórico, foram forjadas em sua atividade concreta de pesquisa. Dada a importância e abrangência do estudo de Freitas Pinto para se alcançar um patamar mais elevado no estudo sociológico da obra de Florestan, consideramos ter se tornado imprescindível a leitura atenta de seu trabalho. Se aqui nos limitamos a tratar de um dos aspectos desta tese – as reflexões avançadas por Freitas Pinto sobre as relações entre sociologia e socialismo em Florestan Fernandes – foi devido unicamente à delimitação de nosso objeto de investigação feita no primeiro capítulo.

social, as interações recíprocas entre ciência e ideologia, dentre outras problemáticas.

Como nos dirá Freitas Pinto:

A partir da década de 60, como o próprio autor [Florestan] acentua, é que são elaboradas suas posições mais críticas, o que poderia também ser dito de outra forma, ou seja, que os temas mais explicitamente políticos ganham maior projeção. Essa explicitação do posicionamento político e essa mudança em relação aos temas, o autor explica como uma inevitável e necessária adaptação do modo de atuação do cidadão e do cientista às mudanças de grande impacto que estão ocorrendo no País. Tais mudanças fazem com que sejam reexaminadas questões como o papel do intelectual, a questão da neutralidade científica, das possibilidades da sociologia como instrumento de intervenção racional na sociedade, do socialismo como ideologia e utopia, da ciência como fonte de problemas, entre outros.

Em síntese, a discussão daquilo que seria um dilema entre ser sociólogo e ser socialista, em Florestan Fernandes passa a ser um ponto de partida para a discussão de questões centrais da sociologia como expressão representativa do pensamento social contemporâneo. (Freitas Pinto, 1992: 210-1)

Para esse autor, entretanto, as mudanças de perspectiva apontadas no pensamento de Florestan Fernandes não se dão em termos de uma *ruptura* ou *corte* epistemológico na passagem de um referencial estritamente sociológico, baseado num enfoque predominantemente estrutural-funcionalista, para um modo de abordagem essencialmente materialista histórico dos fenômenos sociais. Na visão de Freitas Pinto teria ocorrido, na verdade, um aumento da capacidade de Florestan, com base em sua caracterização sociológica da produção do conhecimento nas ciências sociais através da percepção de como atuam os condicionamentos político-ideológicos na esfera do pensamento, de proceder à síntese de tendências diversas da Sociologia e ao uso de correntes bastante divergentes entre si em fins alternativos de investigação, como o funcionalismo e o marxismo. Nesse sentido, a compreensão das tensões entre ciência e ideologia seria parte integrante das tentativas de avançar teoricamente na Sociologia, não configurando jamais um abandono do projeto de construção desta última<sup>8</sup>:

---

<sup>8</sup> É preciso não esquecer que Florestan considerava como falaciosas as posições que procuravam escolher como verdadeira ou exclusiva as orientações metodológicas de uma determinada tendência da

A consciência que se cria a partir de então, de que a ideologia do cientista é um elemento constitutivo da ciência que está produzindo, estabelece um grau de objetividade que é, sob vários aspectos, positivo: esclarece os limites da própria noção de neutralidade científica, reconhece o papel da convivência do espírito científico com os posicionamentos ideológicos, reconhece ainda que a ideologia pode ser tomada como um elemento auxiliar do rigor científico. Ao procurar dissolver as pretensões de neutralidade, que é noção profundamente arraigada e que se refaz constantemente, revela as possibilidades da sociologia como campo de sua objetivação. Ao reconhecer que produz sua ciência a partir de um terreno ideológico, o sociólogo se posiciona diante, ao mesmo tempo, de seu objeto e de seu leitor, na medida em que o jogo ideológico opera exatamente como um jogo de subtração em um duplo sentido. Subtração de elementos do objeto investigado e subtração, através do discurso, de toda a verdade de seus posicionamentos. Em outras palavras, o sociólogo se coloca diante do leitor, revelando como é possível operar concepções ideológicas com concepções científicas, imprimindo assim à ideologia um papel construtivo. (Freitas Pinto, 1992: 211-2)

Freitas Pinto, contudo, concluirá suas considerações sugerindo que a possibilidade de síntese teórica e metodológica na Sociologia entre matrizes distintas de pensamento construída por Florestan Fernandes se deu a partir de um viés ideológico preciso, o do seu posicionamento socialista. Em tal sentido, as motivações ideológicas de Florestan, enraizadas em suas condições sociais de origem *lumpenproletariat* – de menino pobre – e na sua convicção política radical-popular e socialista, desempenharam um papel fundamental em seu projeto sociológico, não se

---

Sociologia. Dado o caráter socialmente determinado de todo e qualquer conhecimento nas ciências sociais, os aspectos da sociedade mais relevantes para a concepção de mundo do sujeito seriam apanhados em seu campo de visão, enquanto os demais aspectos não seriam percebidos com a mesma profundidade pelo referido sujeito. Utilizando-se dos exemplos de Marx e Durkheim, irá enfatizar que o primeiro dedicou-se com maior atenção ao estudo das esferas irracionais da realidade social porque estas caíam diretamente em seu campo de visão, vinculado por sua vez à sua *Weltanschauung* revolucionária e comunista, ao passo que o segundo estava preocupado em conhecer as esferas mais estáveis e recorrentes da sociedade, não implicando isso que o conhecimento de uma dessas ordens de fenômenos, racionais (ou estáveis) e irracionais, fosse mais importante ou necessário, pois ambas iriam contribuir para uma representação objetiva da vida social. Daí ter afirmado: “[...] em face do desenvolvimento da própria Sociologia, a alternativa de escolher como verdadeira ou exclusiva uma ou outra orientação – a de Marx ou a de Durkheim – corresponderia a uma falácia. O conhecimento das duas esferas de fenômenos sociais tem igualmente importância relevante, tanto do ponto de vista teórico, como do ponto de vista prático” (Fernandes, 1976a: 420-1). O texto onde se encontra esta citação foi publicado pela primeira vez em 1947, intitulado-se “O problema do método na investigação sociológica”. Sua leitura é importante por demonstrar que o projeto de sistematização teórica dos campos fundamentais da Sociologia, em Florestan Fernandes, tem suas origens numa assimilação das sugestões metodológicas do marxismo e do materialismo histórico.

podendo dissociar, sob pena de descaracterizar sua Sociologia, ideologia e ciência em seu pensamento:

A questão do socialismo em Florestan Fernandes abre ainda outras possibilidades de se lidar com o problema da ideologia como um componente do conhecimento sociológico. É, por exemplo, a objetivação desse elemento ideológico que torna possível a Florestan Fernandes se utilizar do método estrutural-funcional, assim como de outros elementos teóricos pertencentes a distintas matrizes de pensamento, uma vez que estes, como adverte, sempre que as condições do objeto da pesquisa o permitirem, devem ser manipulados conjuntamente. (Freitas Pinto, 1992: 215)

É oportuno mencionar que anotações semelhantes às de Freitas Pinto foram feitas pelo próprio Florestan Fernandes em relação a Marx e Engels no que concerne à síntese operada por estes últimos entre correntes de pensamento tão díspares entre si como o socialismo utópico francês e a economia clássica burguesa, repudiando ao mesmo tempo a visão intelectualista que minimiza a importância da posição social do sujeito e, conseqüentemente, de seus condicionamentos político-ideológicos de classe, na determinação de suas formulações teóricas e científicas, como se as idéias fossem geradas no plano puramente intelectual do confronto de tendências filosóficas. É por essa razão que irá atribuir à posição de classe revolucionária e ao radicalismo dos dois pensadores forte parcela do poder explicativo dos avanços que eles representaram no nível político e científico, porém creditando um peso maior ao processo histórico real na determinação do pensamento:

As abordagens que tratam da evolução do pensamento de Marx e Engels, mesmo de autores reconhecidamente marxistas, põem ênfase nos aspectos intelectuais dessa evolução (a fase hegeliana, o neo-hegelianismo, o “humanismo realista” feuerbachiano, o contato com o socialismo francês e a economia política inglesa, o produto final: a elaboração, por ambos, do materialismo histórico e dialético, como uma forma intelectual de superação e síntese). Seria possível agregar outras coisas a esse complexo e amplo mural. Por exemplo, por que certos historiadores, principalmente franceses e ingleses no início, não são lembrados entre as influências formativas? Por que essa autêntica conspiração simplificadora, que ignora a biografia dinâmica dos dois autores, sua sensibilidade diante do “movimento histórico real” (da Alemanha, da França, da Inglaterra, do resto da Europa e do mundo)? Além disso, por que a

importância crescente da ciência em seu horizonte intelectual e a rápida substituição da filosofia pela ciência em seus critérios de análise e de interpretação não costumam receber um tratamento cuidadoso? Enfim, **por que relacioná-los com o movimento operário e socialista de uma perspectiva intelectualista, que não leva em conta seu precoce engajamento em uma ótica comunista da luta de classes, o qual tornou a concepção materialista e dialética primordialmente uma necessidade prática?** Sem dúvida, a “posição radical” de ambos oferece um bom ângulo para avaliar o modo rápido, coerente e íntegro segundo o qual eles se confrontaram com a verdade histórica de sua consciência, do mundo em que viviam e de sua época. **No entanto, a revolução de que se tornaram porta-vozes e militantes não brotou das formas intelectuais da consciência – ela emergiu do próprio curso da história.** Se o *radicalismo* de ambos lhes permitia compreender essa revolução no seu íntimo e incorporá-la a seu modo profundo de ser, de pensar e de agir, *eles não a inventaram nem a criaram*. Como eles testemunham de maneira eloqüente, *serviram-na*. Serviram-na com todo o ardor e sem desfalecimentos – mesmo e principalmente quando a sorte se mostrou por demais severa e os fatos pareciam contrariar todas as esperanças revolucionárias. (Fernandes, 1989b: 18) (*grifos nossos*)

Vemos, enfim, que os posicionamentos ideológicos e políticos de Marx e Engels e suas correspondentes vinculações a uma realidade social contraditória, dividida por um processo histórico marcado pelo conflito de classes antagônicas entre si, levaram-nos a procederem, por intermédio da ótica comunista que perfilharam, a unificações teóricas que se tornaram centrais em seus respectivos pensamentos. Conclusão análoga poderá ser estendida a Florestan Fernandes, pois seus posicionamentos ideológicos, vinculados a suas condições sociais de origem, bem como sua dupla referência como sociólogo e socialista, teriam possuído um caráter construtivo para a estruturação de seu pensamento. Antes, porém, de aprofundarmos essa última questão, procuraremos abordar as influências do marxismo sobre a concepção de ciência social especializada em Florestan Fernandes e a relação entre teoria e prática, conhecimento e ação, em sua visão sociológica.

A concepção de especialização apresentada por Florestan vai estar fortemente impregnada, devido à incorporação da categoria dialética de *totalidade*, de um desejo de integração teórico-metodológica entre os diversos campos das ciências sociais. Em

tal perspectiva, sua sociologia não apenas se limitaria a incorporar os resultados das discussões conceituais e das pesquisas empíricas alcançados no interior de disciplinas como a Antropologia, a Economia, a História e a Psicologia Social, pois o que estava em jogo era a unificação de procedimentos metodológicos e investigativos que, em última instância, conduziria a uma síntese dos enfoques específicos de cada área especializada. Tratar-se-ia, enfim, de uma sociologia *antropológicamente* orientada, que se preocuparia com a investigação do nível econômico em estreita conexão com a estrutura social e com a história, bem como estaria interessada em descortinar os padrões societários de percepção e avaliação coletivas das condições reais de existência pelos próprios indivíduos.

Analisando a obra de Florestan Fernandes nos quadros da tradição de pensamento da USP, que remontaria ao padrão de labor intelectual introduzido pela missão universitária francesa de 1935, irá assim definir José de Souza Martins<sup>9</sup> a concepção de ciência social interdisciplinar esposada por seu antigo mestre:

---

<sup>9</sup> Apesar de incluirmos Martins na *vertente institucionalista*, admitimos que vários pontos de sua interpretação da sociologia de Florestan Fernandes superam as limitações inerentes a essa vertente, tais como a compreensão da visão interdisciplinar de ciência social e sua crítica ao que poderia ser chamada de uma *sociologia colonizada*, desenraizada, alheia aos problemas brasileiros, contrariando a tradição de trabalho que teria sido forjada no interior da “escola paulista de sociologia”. Em suas próprias palavras: “A tradição da sociologia do professor Florestan Fernandes sempre foi a tradição da pesquisa empírica, da sociologia indutiva, exatamente porque ele também era herdeiro dessa tradição, não a inventou. A idéia era de uma sociologia que decifrasse o Brasil; a sociologia que vem depois de 1968 tentou, basicamente, tratar dos temas e dos grandes debates que a sociologia estava travando em outros países, mas sem nenhum enraizamento na sociedade brasileira, sem tratar dos grandes problemas que o Brasil enfrentava, sobretudo os novos grandes problemas criados exatamente pela ditadura, pelo recrudescimento da repressão, inclusive dentro da universidade” (Martins, 1998: 233). Se decidimos incluir o referido autor na *vertente institucionalista*, foi por considerarmos que ele despreza a base social a partir da qual Florestan Fernandes articulou seu ponto de vista teórico na Sociologia, produzindo um conhecimento comprometido com as necessidades e interesses das classes sociais exploradas e das massas subalternas espoliadas. A visão de militância política que José de Souza Martins possui em relação a Florestan está bastante circunscrita à esfera de atuação modernizadora do Estado e estranhamente baseada numa concepção ecumênica de coexistência entre as classes sociais. Ao discutir a categoria de *mudança social* do ex-professor de sociologia da USP, dirá: “[...] sua concepção de mudança social compreendia um significativo envolvimento na ação transformadora e modernizadora, através do manheimiano planejamento para a mudança, através daquilo que ele desenvolveu e teorizou como *sociologia aplicada*. O projeto *Economia e Sociedade no Brasil*, por exemplo, era um projeto animado pelos êxitos da experiência de planejamento do governo Carvalho Pinto, em São Paulo, que o apoiou, e não escondia a idéia de uma intervenção desse tipo, através do Estado, no conjunto da

Sua obra segue uma tradição própria da USP, introduzida pela missão universitária francesa de 1935. Nela, o sociólogo não desdenha as contribuições das disciplinas afins, como a antropologia, a história, a geografia, a psicologia social, a filosofia. Ao contrário, incorpora-as e com elas dialoga. Tal incorporação é um dos requisitos da necessidade metodológica de lidar com a diversidade do social através das disciplinas afins que desvendam e tratam em profundidade as mediações que definem a riqueza dos processos sociais e do processo histórico.

É uma orientação que pressupõe uma concepção de totalidade na referência epistemológica que assegura ao pesquisador a descoberta e a compreensão dos nexos visíveis e invisíveis que tecem a realidade social. O que era, aliás, próprio dos clássicos. (Martins, 1998: 14)

Freitas Pinto aborda essa questão da transdisciplinaridade em Florestan Fernandes a partir de considerações em torno da abrangência do campo antropológico na obra do intelectual paulista. Ao negar que a visão antropológica de Florestan restrinja-se aos estudos sobre a sociedade Tupinambá<sup>10</sup> (Freitas Pinto, 1992: 258), afirma que, além de se poder evidenciar que “a grande riqueza temática de sua percepção [de Florestan] do ‘campo antropológico’ [faria] a correção da idéia de que sua antropologia representou um momento de sua formação ou que constituiu um

---

sociedade brasileira para mudá-la e modernizá-la. Pode parecer heresia e ele [Florestan] certamente se insurgiria hoje contra a interpretação de que nesse projeto, em grande parte, tem suas raízes a concepção sociológica de base do governo Fernando Henrique Cardoso, aliás, editor do projeto, que é a orientação de modernizar as visões e condutas das classes sociais, e do Estado, vencer as *resistências à mudança*, superar o corporativismo e a dominação patrimonial. Isso pressupõe uma certa coexistência de classes, embora não propriamente uma aliança de classes, que o professor Florestan recusava nos últimos anos de vida, mas que está contraditoriamente suposta em praticamente todos os seus textos políticos [...]. Em grande parte, penso, porque sua concepção de superação do capitalismo dependente através do socialismo envolvia um certo antiimperialismo, um certo nacionalismo concomitante, e, ao mesmo tempo, a superação dos entraves representados pela herança colonial” (Martins, 1998: 59-60).

<sup>10</sup> Para desenvolver seu ponto de vista, o autor baseia-se em idéias já desenvolvidas por Mariza Peirano acerca da definição do campo antropológico em Florestan Fernandes. Dirá Freitas Pinto (1992: 247): “Um ponto igualmente relevante da análise de Peirano refere-se à demarcação do ‘campo antropológico’ na obra do autor ao incluir, não apenas os estudos sobre os Tupinambá, mas a pesquisa sobre o Negro e seu trabalhos mais recentes sobre a sociedade nacional”. Mariza Peirano tornou-se referência obrigatória para quem deseja discutir o lugar da Antropologia no pensamento de Florestan Fernandes, por isso indicaremos, como o fez Freitas Pinto (1992: 206), o conjunto de seus escritos referentes ao assunto: *The Anthropology of Anthropology: the brazilian case*, Brasília, Fundação Universidade de Brasília, 1991, em especial o capítulo terceiro “The Anthropology that did not take hold: Florestan Fernandes on the Tupinambá”; “A antropologia esquecida de Florestan Fernandes: Os Tupinambá”, in: *Anuário Antropológico/82*, Fortaleza, Edições UFC, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984, p. 15-49 – esse texto constitui uma readaptação para o português do terceiro capítulo da referência bibliográfica anterior; *Os Tupinambá de Florestan Fernandes*, texto apresentado no V Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência/SBPC-91: As origens do pensamento sociológico brasileiro, 1991 (mimeo).

capítulo encerrado de sua produção [o do estudo sobre os Tupinambá]”, temas e problemas de natureza sócio-cultural perpassariam o conjunto de suas investigações tidas como especificamente sociológicas (Freitas Pinto, 1992: 259). Dirá esse competente intérprete da sociologia de Florestan que uma maior atenção deveria ser dispensada à obra deste:

[...] no sentido de reconhecermos que existem nela inúmeras e valiosas contribuições de natureza antropológica, na medida em que sua investigação dos processos sociais constantemente valoriza os elementos sócio-culturais. Esse aspecto essencial de seu modo de conceber a investigação social não deve ser negligenciado sob pena de perdermos de vista talvez seu elemento mais forte e mais vivo. De outra maneira, torna-se difícil compreender a importância que tem em sua concepção de sociedade, por exemplo, a educação, a universidade, os intelectuais, as ideologias e utopias, temas constantes que nos remetem sempre a uma nova cadeia de problemas teóricos e questões empíricas: demora cultural, atraso cultural, obstáculos estruturais à mudança, ajustamento de personalidade a novos padrões culturais etc. (Freitas Pinto, 1992: 259)

A esta altura de nossa exposição, seria oportuno lembrar que o problema da unidade das ciências sociais foi debatido por Florestan Fernandes sob o ângulo da importância e significação da Antropologia no conjunto destas ciências. Num trabalho apresentado à V Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Belo Horizonte em junho de 1961, intitulado “A unidade das ciências sociais e a Antropologia”, dirá o ex-professor de sociologia da USP:

Quando se pensa na unificação da ciência, [...] é preciso ter-se em conta o grau de coordenação e de interdependência logrado pelos distintos ramos do saber científico. Nesse sentido, fala-se na existência da “unidade orgânica” na ciência. Qualquer que seja o modelo pelo qual se procure descrevê-la (através da idéia de “sistema de ciência”, da idéia de “enciclopédia unificada da ciência”, etc.), dois fatos são reconhecidos como essenciais. **Primeiro, que a unidade lógica da ciência faz que todos os ramos do conhecimento científico sejam solidários entre si, concorrendo complementar e integrativamente para a consecução dos fins cognitivos (empíricos, teóricos e práticos) do pensamento científico.** Segundo, que o edifício da ciência como um todo se altera continuamente, de acordo com os processos da investigação fundamental e seus reflexos na reorganização do universo intelectual do cientista. (Fernandes, 1974: 203) (*grifos nossos*)

Uma constatação importante que pode ser retirada do exame dessa concepção de transdisciplinaridade nas ciências sociais, em Florestan, refere-se ao reconhecimento de que cada ciência social, tomada individualmente, não apresenta qualquer predominância sobre as demais ou importância teórica maior, não podendo, portanto, considerar-se que a Sociologia tenha constituído, para ele, a ciência-síntese por excelência, como quer a *vertente institucionalista* já analisada. Daí explicar-se seu empenho não desprezível em definir e sistematizar os campos fundamentais de abordagem da ciência antropológica tal como fizera com a Sociologia, revelando que os enfoques distintos adotados pelas duas disciplinas eram igualmente legítimos e apresentavam especificidades que não poderiam ser simplesmente assimiladas e dissolvidas no quadro teórico de referência de uma delas. Ele dividiu a Antropologia apoiando-se numa completa simetria em relação aos campos fundamentais de abordagem que definira para a ciência sociológica<sup>11</sup>:

[...] dado que a diferença entre a psicologia, a sociologia e a antropologia se funda, materialmente, sobre unidades de investigação interdependentes, não existiria uma convergência entre as três disciplinas? Nesse caso, poderíamos distribuir os diversos problemas teóricos da antropologia mais ou menos da seguinte maneira. As questões relacionadas com a adaptação do homem ao meio inorgânico, orgânico e superorgânico, que podem ser descritas e interpretadas através de elementos ou de processos universais da cultura, seriam objeto da **antropologia sistemática**. [...] a **antropologia descritiva** assumiria o papel de herdeira de vasta herança intelectual, legada principalmente pela etnografia, pela arqueologia e pela antropologia física. Os problemas classificatórios ou os problemas relativos à evolução dos sistemas culturais descontínuos caberiam à **antropologia comparada**, enquanto que a análise e a interpretação de desenvolvimento cultural como um processo contínuo pertenceriam à **antropologia diferencial**. [...] Os problemas vinculados à participação dos antropólogos em projetos de mudança cultural provocada, de planejamento regional e em outros fins práticos constituiriam o domínio da **antropologia aplicada**. As questões metodológicas, terminológicas, “metacientíficas” ou

---

<sup>11</sup> Se formos levar em conta os campos fundamentais da Sociologia Sistemática, Sociologia Descritiva, Sociologia Comparada, Sociologia Diferencial (ou Histórica), Sociologia Aplicada e Sociologia Geral (ou Teórica), já identificados em capítulo anterior, perceberemos uma autêntica compreensão da unidade entre as ciências sociais.

voltadas para sínteses de proporções mais ou menos amplas formariam parte do campo da **antropologia geral** [...]. (Fernandes, 1974: 213-4) (*grifos nossos*)

Se restringimos a presente discussão sobre a questão da interdisciplinaridade nas ciências sociais em Florestan Fernandes à Antropologia, foi única e exclusivamente por razões de espaço para a redação deste capítulo<sup>12</sup>. Porém, conclusões semelhantes a essas que pudemos obter quanto às relações entre Sociologia e Antropologia em Florestan, segundo as quais as unidades temáticas e os tipos de enfoque pertinentes às duas disciplinas são interdependentes e complementares, poderiam ser estendidas às relações entre a Sociologia e as demais ciências sociais. Apenas para ficarmos com o exemplo da economia, é importante situar como Florestan Fernandes procede à análise sociológica dos “fatos econômicos” no estudo das sociedades ditas “primitivas”, de que se utilizou em sua monografia sobre a organização social dos Tupinambá, demonstrando que os fenômenos econômicos não podem ser vistos numa perspectiva que descaracterize seus vínculos concretos com as totalidades das quais constituem parte integrante ou que se possa desconsiderar seus condicionamentos sociais e culturais:

Penso que não seria de todo descabido chamar a atenção para a orientação metodológica adotada na análise da economia Tupinambá. Para o antropólogo e para o sociólogo, a economia é acima de tudo uma realidade humana. Por isso, quando empregam o termo *sistema econômico* fazem-no tendo em mente designar a integração das atividades econômicas à estrutura social. Todas as atividades econômicas, sem nenhuma exceção possível, são realizadas por seres humanos que vivem em sociedade e se processam de conformidade com padrões de comportamento socialmente aprovados. Todas as ações econômicas, sem nenhuma exceção possível, têm por objetivo a satisfação de necessidades humanas fundamentais, culturalmente definidas sob a forma de valores sociais. As ações e as atividades econômicas constituem, pois, modalidades de manifestação do comportamento humano. Assumem a forma de relações inter-humanas, processando-se em condições determinadas material e socialmente.

---

<sup>12</sup> Uma importante consideração acerca dos “níveis em que diferentes modalidades de análise extra-sociológica confluem necessariamente, em termos lógicos, com o ponto de vista sociológico”, tais como as análises da Geografia, da História, da Psicologia Social, da Economia, da Antropologia e da Ciência Política, foi feita por Florestan Fernandes (1976b: 187-192) em seu livro *A sociologia numa era de revolução social*.

Assim, caem dentro do sistema econômico todas as atividades, ações e relações sociais que colocam os indivíduos uns diante dos outros como *homines economici*.

[...] Parece desnecessário dizer que uma formulação desta natureza recoloca de uma perspectiva inteiramente diversa o velho problema: é a economia que determina a sociedade, ou é a sociedade que determina a economia? A peculiaridade na colocação do problema consiste, é óbvio, em considerar a economia como parte da sociedade. São amplas as pistas abertas, deste modo, à análise sociológica. Elas abrangem: as formas socioculturais de adaptação ao e de controle do meio físico; a organização social das atividades econômicas e grupais e intergrupais; as relações tangenciais dos grupos sociais com o sistema econômico; a interferência dos fatores econômicos na cristalização e no ordenamento de determinados tipos de relações sociais (entre indivíduos ou grupos). (Fernandes, 1949: 8-9)

Quanto às relações entre conhecimento e ação na sociologia de Florestan Fernandes, a influência do pensamento de Marx será igualmente determinante, podendo-se detectá-la desde os seus primeiros textos, pautados por uma concepção de unidade orgânica entre teoria e prática. Quem nos esclarece essa posição de Florestan Fernandes é Miriam Limoeiro Cardoso (1996: 92), que dirá:

Para Florestan, a ciência é tomada como um valor. Nos primeiros textos que publica, dedica grande atenção a questões teórico-metodológicas e ético-políticas. Pensa que a realidade social pode ser explicada e que à pesquisa científica, sistemática e rigorosa, cabe produzir essa explicação. Um tal conhecimento, porém, não deve esgotar-se na própria produção; deve ser produzido, por um lado, para o progresso da ciência e, por outro, para ser aplicado. O que orienta a sua compreensão da ciência, assim, é a unidade entre teoria e prática, à qual ele vincula a escolha dos objetos de investigação.

Na visão dessa intérprete, Florestan Fernandes sempre teria cultivado um padrão integrativo de ciência social, capaz de reunir num único quadro de referência os objetivos teóricos, empíricos e práticos da explicação sociológica, diante da responsabilidade do intelectual em contribuir simultaneamente para o refinamento conceitual e o desenvolvimento teórico de sua disciplina e para a solução dos problemas que afetam sua comunidade. “Essa compreensão é fortemente mobilizadora da atividade científica de Florestan, despertando e unindo num mesmo movimento a responsabilidade científica e a responsabilidade social” (Cardoso, 1996: 95). Cumpriria

mencionar, ainda, que esse padrão integrativo de prática científica acompanharia Florestan em toda sua trajetória intelectual, compreendendo a ciência ao mesmo tempo em sua especificidade e como parte integrante dos processos sociais. Ao perfilhar tais idéias, Miriam Limoeiro Cardoso não cometeu o equívoco de considerar a sociologia de Florestan Fernandes sob um prisma intelectualista e academicista. Vejamos:

Entende [Florestan] a ciência na especificidade que lhe é própria, mas ainda na sua relação com a sociedade, da qual é parte, específica, mas parte. O desenvolvimento científico não resulta apenas do movimento de construção interna da própria ciência, mas também de condições histórico-sociais, as quais afetam a institucionalização da pesquisa e da formação científica, influenciam a mentalidade dos cientistas e interferem na identificação dos problemas a pesquisar. (Cardoso, 1996: 92)

Aponta [Florestan] possibilidades de desdobramentos da aplicação do conhecimento científico, mas logo reconhece o risco de que se entenda a produção deste conhecimento como sendo autônoma e a aplicação como mero resultado de um movimento nascido da teoria. Por isso, procura deixar claro que o conhecimento científico tem sua base na realidade. (Cardoso, 1996: 94)

Nas posições assumidas pela autora encontramos idéias que se opõem diametralmente à perspectiva institucionalista de interpretação da sociologia de Florestan Fernandes. Daí não só ter reconhecido Miriam Limoeiro Cardoso que a influência de Marx não foi incorporada ao pensamento de Florestan como mais uma dentre as demais tendências clássicas das ciências sociais, mas como um elemento articulador de central importância para a definição de sua concepção de ciência, já que, para ela, a “questão de fundo para Florestan [...] é a unidade entre teoria e prática, tal como supõe que ela esteja formulada em Marx” (Cardoso, 1996: 94), como também ter criticado as visões que reduzem a trajetória do intelectual paulista aos requisitos e exigências de construção da “carreira” ao afirmar que representa um “equívoco supor que [...] ele [Florestan] assuma uma posição intelectualista ou academicista, envolvendo-se apenas com a ‘carreira’ e com a construção institucional, como se fizesse – pelo menos durante um certo tempo – uma avaliação positiva desses dois

móveis neles mesmos” (Cardoso, 1996: 97). Ou seja, para essa autora a construção institucional, em Florestan, não podia ser entendida como um fim em si mesmo, estando este mais preocupado em se valer da consolidação institucional do sistema científico como um instrumento de transformação social.

A perspectiva de análise assumida por Miriam Limoeiro Cardoso, ao nos dar margem a pensar a sociologia de Florestan Fernandes como estando subordinada a objetivos práticos desde o início de sua trajetória intelectual, sugere que este não teria precisado abandonar seu ponto de vista teórico nas ciências sociais, estruturado em torno da síntese dialética de tendências clássicas e modernas do pensamento sociológico, para aderir a posições científicas embasadas exclusivamente no materialismo histórico, tal como supõe a tese da ruptura epistemológica defendida por Barbara Freitag. A nosso ver, a base da síntese que Florestan opera no interior da Sociologia só foi possível devido à sua identificação com uma *Weltanschauung* radical-popular e socialista, o que nos leva a examinar, a partir deste momento, diretamente os autores que vincularam a trajetória do intelectual da USP às correntes políticas de pensamento que alimentavam uma interpretação *radical* da sociedade brasileira em oposição às interpretações conservadoras, que refletiam a visão das elites das classes e estamentos dominantes pertencentes à minoria esclarecida da “Nação”.

A sociologia de Florestan Fernandes pode ser encarada como representando uma das manifestações-limite, por isso mesmo tensa e *dilacerada* em sua inserção prática no seu meio social, da produção político-teórica dividida entre o que Antonio Candido (2002) chamou de *pensamento radical* – uma categoria que não expressa necessariamente um pensar revolucionário sobre a realidade brasileira, mas se opõe frontalmente às matrizes conservadoras da *Intelligentsia* nacional, possuindo suas raízes sociais mais profundas no radicalismo burguês de classe média – e um

pensamento marxista enraizado em solo brasileiro. Em entrevista a Luiz Carlos Jackson, Candido irá esclarecer como tal noção foi concebida e quais suas nuances e acepções mais características:

Cheguei a esta idéia pelo seguinte: sempre me impressionou muito o fato do Brasil ter pensadores conservadores muito bons e não ter pensadores de esquerda. Na Argentina, Chile, Uruguai, Peru, México, Cuba encontram-se pensadores marxistas que trouxeram alguma coisa. No Brasil, no meu tempo, não havia nada. Os intelectuais do partido comunista eram papagaios que repetiam os catecismos soviéticos. O primeiro brasileiro que procurou fazer um esforço original dentro do marxismo foi Caio Prado Jr. Quando tinha dezessete anos, li dele *Evolução política do Brasil*, um livro modesto, mas que me marcou muito. Aos poucos fui observando o seguinte: o pensamento conservador brasileiro apresentava freqüentemente facetas radicais. Um conservador como Gilberto Freyre, por exemplo, de repente exercia um papel radical acentuado na medida em que chamava atenção para o negro. Esta é uma atitude radical. Comecei a perceber que no Brasil havia mais radicalismo do que se supunha, mas não radicalismo academicamente definido como tal. Não havia marxistas, não havia pensadores revolucionários, mas havia um veio radical. Comecei a ler certos autores brasileiros do passado com este olho. Li sobretudo Joaquim Nabuco e Sílvio Romero, até que caí num livro de que meu pai gostava muito, leu e anotou quando era moço: *América Latina*, de Manuel Bonfim (*sic*). A primeira vez que li não dei muita importância devida, mas mais tarde voltei a ele e vi que ali estava um tipo de pensamento que não se desenvolveu no Brasil e que, não sendo um pensamento de esquerda propriamente dito, era certamente um pensamento contra a direita. Dei o nome de radical pensando, sobretudo, na acepção francesa da palavra. Na França, os radicais, chamados radicais socialistas, eram os republicanos de esquerda. Era o pessoal que estava perto do socialismo, mas não era socialista e era contra a direita. Havia um partido radical socialista muito importante na França, quando eu era moço. O que é radical? É o pensador progressista que quer sinceramente a transformação da sociedade, que é contra os conservadores, que é violentamente contra os reacionários, mas não chega até a revolução. Através de Manuel Bonfim (*sic*) comecei a ver isto em Sérgio Buaque de Holanda, em Joaquim Nabuco e mesmo nos conservadores, como Gilberto Freyre. Percebi que havia no Brasil um veio radical que seria interessante explorar, para poder tentar aquilo que foi sempre a aspiração de minha geração: um pensamento socialista brasileiro que não fosse tributário das normas impostas pela URSS. Observei que o marxismo foi fecundo na América Latina onde havia pensamento radical. Onde não havia, não foi adiante; é o caso do Brasil. Desenvolvi essa idéia também como contribuição para um aproveitamento adequado do marxismo. À medida que o marxismo encontrasse uma linha radical local, ele poderia perder a sua generalidade de doutrina “pau-para-toda-obra” e se aplicar às condições concretas de cada lugar, como aconteceu em Cuba, no México, no Peru, no Uruguai, no Chile e como nunca aconteceu no Brasil. Mas recentemente a coisa mudou. Depois de Caio Prado Jr. veio, por exemplo, Florestan Fernandes, que fez, a meu ver, uma notável extensão do pensamento marxista. Ele se dizia marxista-leninista. Eu

acho que não era. Do meu ponto de vista marxista-leninista só russo pode ser, porque o marxismo-leninismo é o marxismo adaptado às condições da Rússia, como o maoísmo é o marxismo adaptado às condições da China, como o castrismo é o marxismo adaptado às condições de Cuba. Eu imaginava um marxismo adaptado às condições brasileiras, como vejo esboçado em Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes. (Candido, 2002: 130-2)

Essa tensão entre o *pensamento radical* e o marxismo expressa-se não só no fato de Florestan Fernandes ter, desde o início de sua vida acadêmica, lidado com o dilema de sua auto-definição como sociólogo e socialista, ao mesmo tempo em que estava abrindo as sendas que iria conduzi-lo a uma síntese original, própria, em seu pensamento de correntes intelectuais distintas e bastante conflitantes entre si, mas também pela impossibilidade de desempenhar um papel militante com firme suporte em um movimento revolucionário com força e vitalidade no Brasil. No que se refere ao primeiro ponto, o da síntese entre o marxismo e as tendências da sociologia acadêmica, Antonio Candido irá nos presentear em um texto de 1995 – decorridas, portanto, quase cinco décadas de convívio e companheirismo com Florestan – com uma serena e lúcida avaliação das posições político-teóricas do amigo:

[...] Florestan era um marxista convicto, embora não dogmático. Mesmo porque chegou ao marxismo no curso de um processo intelectual complexo, que não anulou, mas incorporou outras linhas teóricas. Basta dizer que ao mesmo tempo que estudava a obra de Marx, nos anos 40, pautava a sua investigação pelos princípios do positivismo sociológico francês e do funcionalismo anglo-americano. Àquela altura, de um lado traduziu e fez uma sólida introdução à *Contribuição à crítica da economia política*, de Marx; de outro lado, usou o arsenal teórico do funcionalismo para desvendar a organização social dos tupinambá. Além disso, era militante no grupo trotskista liderado por Hermínio Sacchetta, que tentou em 1945 formar uma frente ampla com o nome de Coligação Democrática Radical, que não deu certo, mas à qual o jovem Florestan dedicou muito esforço durante certo tempo. Diante disso, pode-se perguntar: era um eclético? Não. Em primeiro lugar, notem que estou descrevendo a fase inicial de uma formação que ainda não amadurecera por completo. Em segundo lugar, porque vendo as coisas de hoje percebe-se que estava explorando como socialista linhas teóricas de maneira, por assim dizer, paralela, acabando por extrair da sua interação uma visão coerente e flexível. Assim foi que ao cabo de certo número de anos o seu paralelismo teórico chegou ao que se poderia chamar de marxismo enriquecido, que foi a sua fórmula pessoal. Marx também explorou diferentes linhas, por vezes

potencialmente conflitantes, como a economia liberal, inclusive a teoria de Ricardo, o radicalismo democrático francês, o materialismo filosófico alemão, e nem por isso foi eclético<sup>13</sup>. (Candido, 2001: 59-60)

Quanto ao segundo ponto, o da inexistência de um movimento revolucionário vigoroso na sociedade brasileira capaz de integrar o intelectual em atividades militantes nas quais pudesse aproveitar seus instrumentais específicos de análise da realidade, Florestan Fernandes irá apontar em vários momentos tal circunstância como o motivo principal de sua sociologia não ter tido até fins da década de 1960 um nítido caráter socialista. Intentando demonstrar que não privilegiara a ciência em detrimento do socialismo, irá dizer na entrevista *A condição de sociólogo* justificando porque não conseguiu unir e justapor os dois papéis que iriam dar sentido à sua vida, o de cientista social e militante socialista:

De uma maneira geral, devo dizer que me sinto muito insatisfeito pelo fato de que não consegui superpor os dois papéis que gostaria de preencher. Eu gostaria de ser um cientista social ao mesmo tempo vinculado com a universidade e com o socialismo. Todas as tentativas que fiz para combinar as duas coisas falharam. E falharam porque não existe movimento socialista bastante forte na sociedade brasileira que sirva de substrato e de apoio para os intelectuais que tenham uma posição socialista. Muitas vezes, quem vê de fora a minha carreira, fica com a impressão de que eu privilegiei a ciência contra o socialismo. É claro que isto não aconteceu. Se se levar em conta que traduzi Marx no início de minha carreira ou que, como estudante, já estava engolfado no movimento socialista

---

<sup>13</sup> Essa visão de Candido contrasta com a que ele poderia ter de Florestan Fernandes nos anos 40, pois este se encontrava em plena fase de formação e não se poderia ter em mente que rumos teóricos sua produção poderia tomar. A interpretação ‘madura’ que Candido faz de Florestan está impregnada, entretanto, de traços afetivos da memória da convivência entre dois colegas que construíram uma amizade exemplar. Devido a isso Antonio Candido conheceu profundamente a importância que o marxismo teve para as posições científicas de Florestan ao longo de toda sua trajetória, levando-o a dizer: “Falando certa vez sobre Florestan, eu disse que, durante muito tempo, na sua composição intelectual, o marxismo foi uma espécie de ‘rio subterrâneo’, por baixo da estrada acadêmica na qual andava, incorporando criticamente Durkheim, Max Weber, Mannheim etc.” (Candido, 2001: 77). A nosso ver, a opinião de Candido é talvez a mais rica e profunda quanto ao aspecto da militância intelectual de Florestan: “A vida de Florestan Fernandes tem um valor realmente exemplar, porque ele foi um dos raros intelectuais a superar completamente o hiato que existe, quase sempre, entre a vida ativa e a vida do pensamento. Ele nunca foi revolucionário de gabinete, porque foi sempre um homem que canalizou para a transformação da sociedade o marxismo, a Sociologia e a Antropologia, usando-os para forjar uma posição própria que lhe permitiu atuar com eficácia na sua época, na sua sociedade e na sua instituição, a Universidade de São Paulo. Foi nela que Florestan desenvolveu e amadureceu seu ponto de vista. Eu diria, portanto, que o começo de sua militância não é o mais importante. Mais importante é ele ter sido um militante permanente que, de certo modo, coroou as nossas aspirações radicais surgidas no decênio de 1930” (Candido, 2001: 78).

clandestino percebe-se melhor quais eram as minhas intenções. A cisão ocorreu, em grande parte, porque não havia um movimento socialista capaz de aproveitar os intelectuais no meio brasileiro de uma maneira mais consistente.

A gente não é uma coisa ou outra em função da própria vontade, mas em função das oportunidades que o meio oferece. Se o meio oferece ou não uma determinada oportunidade, a inteligência pode caminhar em dada direção; caso contrário não. (Fernandes, 1978a: 77)

Uma outra razão, entretanto, seria mais decisiva para explicar o não ingresso de Florestan Fernandes no PCB durante os anos 50: as posições táticas do partido de conciliação de classe com a burguesia nacional que – supunha-se – era antiimperialista, nacionalista e democrática<sup>14</sup>. Florestan irá justamente contrapor-se a esse tipo de política *reboquista* e ao que ela implicava em termos de inibição a uma atividade intelectual congruente com posições revolucionárias na sociedade brasileira<sup>15</sup>. Assim, dirá em entrevista que concedeu sob o título *A pessoa e o político*:

Na década de 50, fiquei muito mais engolfado no trabalho intelectual dentro da USP. Quando me afastei do grupo trotskista perdi posição no espectro político.

---

<sup>14</sup> Para uma rápida caracterização das posições táticas, estratégicas e teóricas perfilhadas pelo PCB ao longo da década de 1950, seria bastante oportuna a consulta a alguns dos textos reunidos na História do Marxismo no Brasil, em especial os três últimos volumes: João Quartim de Moraes, “Concepções comunistas do Brasil democrático: esperanças e críspações (1944-1954)”, Carlos Alberto Dória, “O dual, o feudal e o etapismo na Teoria da Revolução Brasileira”, Caio Navarro de Toledo, “Intelectuais do Iseb, esquerda e marxismo”, Celso Frederico, “A política cultural dos comunistas”, Antônio Albino Canelas Rubim, “Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil”, in João Quartim de Moraes (org.), *História do marxismo no Brasil*, Campinas, Editora da UNICAMP, 1998, v. 3; Marcos Del Roio, “A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo”, especificamente a parte referente ao pensamento de Nelson Wenerck Sodré, João Quartim de Moraes, “O programa nacional-democrático: fundamentos e permanência”, in João Quartim de Moraes e Marcos Del Roio (orgs.), *História do marxismo no Brasil*, Campinas, Editora da UNICAMP, 2000, v. 4; Daniel Aarão Reis Filho, “Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964”, in Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho (orgs.), *História do marxismo no Brasil*, Campinas, Editora da UNICAMP, 2002, v. 5.

<sup>15</sup> Essa pode também ser considerada a razão de base para Florestan Fernandes ter aderido, na década de 1940, ao agrupamento trotskista liderado por Hermínio Sacchetta, o PSR, e não ao PCB, que à época era conhecido como Partido Comunista do Brasil: “Quando se colocou a questão de aderir formalmente a um grupo eu me liguei aos trotskistas da IV Internacional. Ocasionalmente eu tinha conhecido Sacchetta e outros companheiros e era uma área na qual o debate intelectual tinha uma maior complexidade. O PC não oferecia muita sedução para o jovem radical naquele momento, por causa do problema dos níveis de aliança com a burguesia que foi sempre grave. Porém, depois que o Estado Novo caiu, o PC se aliou aos grupos que apoiavam Getúlio. Tudo aquilo criou muito fermento e inibiu os jovens que poderiam ir para o PC em outras condições. Fiquei naquele grupo de extrema esquerda durante algum tempo. Nós criamos um setor de atividade legal chamada Coligação Democrática Radical. Afastei-me do grupo trotskista somente no final da década de 40” (Fernandes, 1981: 18). Para um conhecimento da militância socialista de Hermínio Sacchetta seria oportuno consultar sua coletânea de escritos políticos *O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos*, Campinas, Pontes/Editora da UNICAMP, 1992.

Eu entraria no PC, pois este foi sempre o meu ideal. E só não entrei porque esbarrei nas posições táticas do partido. Todas as vezes que eu tentei entrar, o PC seguia uma orientação que tornaria a minha presença dentro do partido negativa. Não adiantava nada eu querer ser militante de um partido comunista e depois estar em choque com ele. E essa idéia de que a gente entra e luta a partir de dentro não leva a nada. Eu sabia muito bem que a pessoa depois não teria espaço para crescer, para ser útil. Então eu preferia ficar de fora mas sempre com esta frustração de querer estar lá dentro e não poder. Como eu não podia entrar para o movimento ao qual eu pretendia pertencer, compensava a frustração trabalhando duro no plano intelectual. (Fernandes, 1981: 19)

Logo em seguida, ao ser perguntado na mesma entrevista se os partidos políticos àquela época “não ofereciam espaço para a realização de um trabalho intelectual divergente”, respondeu Florestan:

O PC poderia oferecer, se realmente aproveitasse o intelectual em atividades políticas específicas, se tivesse rompido com sua linha de conciliação de classe. As oportunidades se abriam em campo fechado. Você pega o Mário Schemberg, o Caio Prado Jr., através do PC eles encontraram um caminho para a participação. Mas acontece que eu queria mais outro tipo de coisa. **Eu queria ligar o trabalho na investigação na sociologia ao processo de construção de um pensamento socialista no Brasil, e isso exigia uma atividade política revolucionária que não havia. Então o que restou, para mim, foi o trabalho dentro da universidade, a partir de tensões que poderiam nos levar a um processo de renovação cultural profundo.** (Fernandes, 1981: 20) (*grifos nossos*)

Feita essa identificação das alternativas de atuação político-intelectual postas por Florestan Fernandes diante de si mesmo, agora teremos mais condições de avaliar sua relação contraditória, rica e frutífera com o *pensamento radical*, cujas raízes sugerimos estarem localizadas no *radicalismo democrático-burguês* de alguns setores da classe média, que pôde aliar-se a seu empenho de construir uma interpretação socialista da realidade brasileira fundamentada sociologicamente. A nosso ver, Florestan superou as limitações políticas e intelectuais inerentes ao radicalismo burguês, pois jamais circunscreveu suas reivindicações políticas à consolidação de uma ordem nacional-democrática no Brasil em moldes de uma sociedade de classes e capitalista, ou se contentou em reduzir suas aspirações à luta pelo igualitarismo

possível numa ordem social competitiva. A esse respeito, dirá Florestan que o quadro global de contestação na cidade de São Paulo não se limitou ao radicalismo burguês:

Na verdade, os que fazem o diagnóstico em termos de “ruptura” do radicalismo burguês vêm, apenas, uma parte do quadro global. A cidade nos engolfou nesse radicalismo, pois em São Paulo ele existia e fervilhava do modo mais pleno do que em todo o Brasil. Contudo, [...] várias manifestações inconformistas não eram estritamente de tipo “radical-democráticas”. Havia dissidentes, entre os católicos; havia uma espécie de iluminismo crítico entre os protestantes, espíritas e maçons; havia um específico inconformismo antiburguês entre vários setores das classes médias e de certas famílias tradicionais, poderosas ou em decadência; e havia, especialmente, a fermentação intelectual produzida pela adesão parcial ou total ao sindicalismo, ao anarquismo e ao socialismo, o que não era de somenos numa cidade com uma vasta rede de sindicatos, com uma população operária tão densa e com partidos de esquerda ou “populistas” que tentavam mobilizar o proletariado e a massa popular em direções reivindicativas. Para se ter uma imagem desse vasto painel, seria preciso estudar-se um movimento como a campanha de defesa da escola pública, para se verificar, concretamente, como se dava a articulação da *intelligentsia* com as diversas polarizações econômicas, sócio-culturais e políticas das relações e dos conflitos de classes. Se o radicalismo democrático-burguês se impunha a partir do centro de gravitação das transformações da economia e da sociedade, os dilemas institucionais impunham um radicalismo especificamente centrado na revolução cultural pela ciência, pelo saber letrado e pela tecnologia científica, e o radicalismo antiburguês emergia através de múltiplas influências, que vinculavam o intelectual participante com o protesto operário, o movimento sindical e a ideologia socialista. (Fernandes, 1974: 227)

Mais adiante, ao referir-se ao fragmento de geração<sup>16</sup> do qual fizera parte, dirá Florestan que o *radicalismo burguês* foi superado no circuito de atuação do intelectual inconformista, revelando o quanto o próprio autor já tinha ultrapassado as limitações práticas e teóricas desse radicalismo nos próprios quadros das reivindicações democráticas que teriam sido dinamizadas pelas exigências de plena concretização –

---

<sup>16</sup> O ensaio do qual retiramos as duas citações intitula-se *A geração perdida*, em que Florestan faz um balanço dos propósitos e das falhas daquela camada da *intelligentsia* que se opusera até o limite de suas forças aos setores conservadores, reacionários e contra-revolucionários da “Nação”, responsáveis pela ditadura *civil*-militar de 1964. Sobre essa camada ou fragmento de geração, dirá o ex-professor de sociologia da USP: “O ‘nós’, deste ensaio, portanto, se refere a um pequeno núcleo da geração como um todo: os que ousaram, antes e depois da instauração do terror, os que marcam as fronteiras psicológicas, os alvos culturais e o campo político desse ‘todo’, perdendo ou mantendo as posições conquistadas anteriormente. Trata-se, pois, de uma parcela da geração e que, em termos críticos, poderia ser designada como a *intelligentsia* propriamente dita – o intelectual empenhado em seu ofício, militante de sua causa, não importa se tenha caído ou não sob a hecatombe das ‘cassações’. E com respeito a esse fragmento de geração oferecerei a minha própria visão subjetiva daquilo que pretendíamos, do porquê falhamos e das lições que devemos tirar para o futuro” (Fernandes, 1974: 216).

através da universalização da educação, da cidadania e das mínimas condições de existência digna – do tipo estrutural da sociedade de classes no Brasil e do igualitarismo possível numa ordem social competitiva:

[...] o que é incontestável é que o circuito de afirmação inconformista do intelectual militante transcendeu a órbita do chamado radicalismo burguês. E mesmo quando ele se atualizou nessa direção, acompanhando opções ideológicas próprias ou os movimentos sociais espontâneos, esse intelectual lutou pela democracia como um estilo de vida, pela democracia com desenvolvimento e participação plena, pela democracia com controle popular do poder e do Estado, opondo-se à *democracia restrita*, que consagra a prepotência dos poderosos, a continuidade da contra-revolução e a exuberância do Estado autocrático. (Fernandes, 1981: 230)

Há uma série de autores (Mota, 1977; Ianni, 1991; Imamura, 1995; Soares, 1997) que realizaram uma interpretação da obra sociológica de Florestan Fernandes baseados no critério de vincular as formulações teóricas do autor às posições políticas por este defendidas no terreno das transformações sociais indispensáveis para a superação dos problemas e dilemas da realidade brasileira, fossem eles raciais, educacionais<sup>17</sup>, democráticos, nacionais e sociais. A nosso ver, essa é a vertente mais rica e sólida de interpretação da sociologia de Florestan, por ser ela – apesar da diversidade de pontos de vista existentes em seu interior e de apresentarem quanto a alguns aspectos posições que reputaríamos como divergentes entre si – capaz de possibilitar uma efetiva superação da dicotomia que se estabeleceu na compreensão da trajetória do intelectual paulista entre uma fase acadêmica de sua produção,

---

<sup>17</sup> Gostaríamos de chamar atenção para duas interpretações da obra de Florestan Fernandes que realizaram um exame de sua sociologia sob o prisma da educação e da problemática educacional no Brasil. Trata-se de uma vertente particularmente rica de interpretação, pois revela quanto a produção intelectual de Florestan não só esteve inserida no processo político de transformação da sociedade brasileira em direção a uma ordem igualitária e democrática, mas também que suas categorias sociológicas estão impregnadas da concepção da educação como um processo social básico. Se não nos propomos a analisar os trabalhos destes dois intérpretes na presente dissertação, que se incluem na vertente ora analisada, isso se deve tão-somente ao fato dessa tarefa exigir um tratamento mais específico, detalhado e detido sobre a questão. Porém, consideramos indispensável a leitura de ambos os autores para uma compreensão integral da sociologia de Florestan Fernandes: Jiro Matui, *Cidadão e professor em Florestan Fernandes*, São Paulo, Cortez, 2001 e Débora Mazza, *A Produção sociológica de Florestan Fernandes e a problemática educacional: uma leitura (1941-1964)*, Taubaté: Editora Cabral/Livraria Universitária, 2003.

marcadamente funcionalista, e outra especificamente política, crítica em relação ao capitalismo e descrente quanto às possibilidades explicativas da ciência sociológica. Pois ao sugerir que sempre esteve presente, em Florestan, a vinculação entre suas formulações teórico-metodológicas nas ciências sociais e as afirmações políticas mais consistentes do pensamento radical, a vertente interpretativa que ora estamos analisando nos dá margem a avançarmos a hipótese de que as redefinições das posturas científicas do sociólogo uspiano em direção a orientações socialistas operaram nos quadros de uma mesma concepção de ciência<sup>18</sup>.

O primeiro intérprete político-radical da sociologia de Florestan Fernandes foi o historiador Carlos Guilherme Mota que, em seu notável *A ideologia da cultura brasileira*, afirmará: “Um das trajetórias mais significativas do pensamento radical no Brasil é, por certo, a de Florestan Fernandes” (Mota, 1977: 182). Esse autor irá situar a radicalização do pensamento de Florestan na década de 50, chamando atenção para uma certa mudança de temas e referenciais teóricos na obra do mestre de sociologia da USP, embora ressalte que o marxismo sempre esteve presente em seu horizonte intelectual:

---

<sup>18</sup> Acreditamos que o Florestan Fernandes mais radicalizado e explicitamente socialista a partir da década de 1970 não abandonou suas concepções de ciência desenvolvidas ao longo de quase trinta anos de atividade dentro da Universidade, mas procurou torná-las mais sólidas ao se ver livre das amarras institucionais para fundir suas duas condições de sociólogo e socialista. Daí discordarmos inteiramente de Maria Arminda do Nascimento Arruda (2001: 28), que após expressar sua opinião quanto à insuficiência em dividir esquematicamente a produção de Florestan Fernandes – “admitindo uma primeira fase de cunho acadêmico e de inclinação funcionalista” – afirma ser um erro igual projetar sobre essa suposta primeira fase as perspectivas ulteriores do ex-professor de sociologia da USP, “francamente críticas ao capitalismo no Brasil e **mesmo descrente em relação à capacidade compreensiva da Sociologia**” (*grifos nossos*). Ora, o que Florestan questionava era a capacidade compreensiva e explicativa de uma sociologia que estivesse condicionada pelo horizonte intelectual e ideológico burguês inerente ao capitalismo em sua fase monopolista, não a sociologia *tout court*, pois esta se liberaria das limitações da consciência burguesa quando se confrontasse com as exigências da transformação socialista da ordem social capitalista e incorporasse a ideologia socialista – interpretação essa que se encontra presente na leitura de *A natureza sociológica da sociologia* (1980). Nesse sentido, Arruda não superou a visão dicotômica da trajetória de Florestan em duas fases, uma primeira acadêmica e outra política, não indo além do quadro de referência da visão da *ruptura epistemológica* que procurou criticar.

A radicalização de Florestan Fernandes se processa, de fato, na década de 50, sobretudo nos últimos anos, quando passa a realizar estudos não mais de acentuada orientação funcionalista. Preocupado mais diretamente com as relações de raça e classe, realiza sólidas pesquisas sobre a especificidade dos modos de produção no Brasil. O marxismo, não obstante, sempre esteve em seus horizontes intelectuais, mesmo nos anos 40; entretanto, como teoria fornecedora de instrumental conceitual de base só passou a ser mais sistematicamente utilizado a partir do projeto coletivo de pesquisa iniciado em 1955. (Mota, 1977: 182)

O ponto forte da interpretação de Mota é justamente essa vinculação à categoria proposta por Antonio Candido de *pensamento radical*, tanto no que ela favoreceu de ruptura em relação à tradição intelectual do *ensaísmo* e dos explicadores do Brasil, quanto no que ela trouxe de originalidade e enriquecimento à perspectiva marxista de Florestan. No que concerne ao primeiro aspecto, ele iria dizer:

Talvez não seja apenas uma questão de estilo o fato de Florestan criar seu espaço rompendo com a linhagem dos “explicadores do Brasil”, com os intérpretes da envergadura de um Gilberto Freyre ou de um Afonso Arinos (e com os “contra-intérpretes” apressados, nos anos 50, como Guerreiro Ramos ou Corbisier), ao propor novas linhas de cooperação interdisciplinar, ao renovar a investigação teórica a partir de estudos de conceitos de base – certo de que o conhecimento não avança apenas com a consideração de novas frentes empíricas –, ao pugnar pela instauração de um padrão de trabalho científico mais alto e melhor calibrado, do ponto de vista sociológico. A *linguagem* do *ensaísmo* dos ‘explicadores’ cede passo, em Florestan, a uma terminologia mais depurada: as teorias citadas e discutidas não são veiculadas e justapostas num discurso ideológico pré-fabricado. As teorias passam a ser trabalhadas por dentro, e delas são retirados os instrumentos mais adequados à explicação do fenômeno, ou do processo em pauta. Em relação à realidade é que os conceitos passam a ser articulados, em busca das singularidades dos mecanismos societários. A mudança social passa a ser a preocupação básica da investigação e, à medida que os anos 60 se anunciam, a temática da especificidade dos modos de produção no Brasil domina o investigador e impõe a organização da “escola”. Nunca uma equipe de trabalho científico terá ido tão fundo, no Brasil, quanto a de Florestan, nas investigações sobre a passagem essencial do modo de produção escravista para a sociedade de classes: não será difícil entender que, por esse exato motivo, não foi tolerada pelo sistema. A descoberta de grandes temas (capitalismo, escravismo, racismo, subdesenvolvimento, dependência, Estado, formação do proletariado, planejamento etc.), a abertura em várias frentes de interpretação, a ruptura radical com os velhos quadros de explicação foram a tônica da “escola”<sup>19</sup>. (Mota, 1977: 184-5)

---

<sup>19</sup> A interpretação de Carlos Guilherme Mota acerca da sociologia de Florestan Fernandes gira em torno de dois eixos, o da formação da “escola histórico-sociológica paulista” e da reflexão sobre o papel do

Quanto ao segundo aspecto, a complexa relação de Florestan Fernandes com o pensamento radical no Brasil o conduzirá a voltar seu marxismo para o exame das especificidades da formação nacional, para a crítica da tradição da produção ensaística do passado e dos amplos panoramas sobre a sociedade e a cultura brasileiras. Um marxismo enraizado em solo brasileiro e latino-americano será uma característica essencial da sociologia de Florestan Fernandes, para a qual a vinculação complexa e contraditória com o *pensamento radical*<sup>20</sup> foi decisiva, fundamental e determinante. Nesse sentido, aceitamos integralmente a interpretação de Antonio Candido segundo a qual o marxismo se enriqueceria ao enraizar-se em seu contexto histórico, político e cultural, em solo brasileiro e latino-americano, devido a seu contato com a tradição

---

intelectual numa sociedade periférica e subdesenvolvida. Não entraremos nas implicações da discussão do uso do termo “escola” em relação à sociologia de Florestan. Este, em alguns momentos, apresentou restrições quanto ao emprego da expressão: “Falar numa escola de sociologia de São Paulo me parece um exagero. Agora, num grupo de sociólogos articulado, com várias ramificações, isso se pode e se deve falar [...] O que eu combati foi uma idéia de me converter em uma espécie de paxá. O chefe da cadeira de Sociologia I e em consequência da Escola de Sociologia de São Paulo, eu nunca lutei por isso; inclusive isso é uma preocupação anticientífica, extracientífica; pessoas que querem se valorizar provavelmente pensam isso. Agora, dada a precariedade das nossas origens, da formação recente da sociologia aqui, como ter uma escola de sociologia de São Paulo? Como definir uma situação cultural desse tipo?” (Fernandes, 1995b: 12).

<sup>20</sup> “Pensamento radical, vale reforçar, nem sempre significando apenas o pensamento revolucionário, ou então radical de classe média, mas também a expressão de uma burguesia nacionalista, algo incipiente” (Mota, 1977: 148). De modo que o pensamento radical poderia conduzir igualmente ao antiimperialismo e a um certo tipo de nacionalismo, não necessariamente ao nacional-desenvolvimentismo, mas a um nacionalismo libertário e revolucionário estreitamente vinculado ao socialismo. É preciso esclarecer que o nacionalismo pode assumir diferentes formas, quando relacionado às bases sociais que lhe dá sustentação ou devido ao contexto histórico em que surge. Por isso que para Florestan não existe uma categoria absoluta de nacionalismo: “Para o sociólogo, o antropólogo, o psicólogo social, não há um tipo de nacionalismo. Existem vários tipos, desde o nacionalismo estreito, que acaba levando ao fascismo, até o nacionalismo exaltado que almeja à autonomia nacional e quer uma burguesia forte, que tenha liderança sobre o desenvolvimento do País. Isso para falar-se nos limites da ordem” (Fernandes, 1980a: 241). Associamos o pensamento de Florestan Fernandes à tradição do nacionalismo revolucionário que floresceu em países da América Latina, um nacionalismo profundamente anticolonial e antiimperialista, porém internacionalista ao combater pela libertação e autodeterminação de todos os povos. A expressão máxima desse tipo de nacionalismo será o pensador e político cubano José Martí. Assim dirá Florestan: “A tradição européia associou anarquistas, socialistas e comunistas ao combate ao nacionalismo reacionário das pátrias. O ciclo das reformas revolucionárias do capitalismo e os vínculos deste com tendências ultraconservadoras não permitiram entender que o nacionalismo possui várias polaridades – uma delas revolucionária. Isso se evidencia em Cuba, no século XIX, e iria tomar contornos específicos nos países coloniais, no século seguinte. José Martí, sem ser um socialista, situa-se como o expoente do nacionalismo revolucionário na América Latina” (Fernandes, 1995a: 16-7). Enfim, gostaríamos de chamar a atenção para uma vertente ainda inexplorada de estudos sobre a sociologia de Florestan Fernandes, que nos foi sugerida por Octavio Ianni (1991: 21-2): o do seu “convívio com o pensamento latino-americano, destacando-se figuras como José Martí, José Carlos Mariátegui, Ernesto Che Guevara e assim por diante”.

local de *pensamento radical*, porque ela nos permite focalizar a trajetória intelectual de Florestan Fernandes como uma superação, não em uma sucessão unilinear de fases, do *radicalismo burguês* em direção a seu enquadramento no pensamento revolucionário latino-americano, de inspiração socialista, anticolonial e antiimperialista.

Nessa mesma linha de interpretação situa-se a dissertação de mestrado de Avelar Cezar Imamura, *Florestan Fernandes: a sociologia como paixão*, vinculando Florestan ao radicalismo de um grupo-geração de jovens intelectuais, a maioria oriunda da classe média, que, formando-se nos marcos da nova experiência universitária paulista com o surgimento da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, despontaria como uma geração, ou pelo menos um fragmento de geração, essencialmente crítica, vinculando-se à vertente radical de pensamento. Esse autor, porém, irá enfatizar as ambigüidades do pensamento radical por ter esta sua base social na classe média, não podendo ser, *ipso facto*, revolucionário. Em relação à vertente radical, dirá:

É uma forma progressista de pensar e surge como uma resposta política e intelectual aos apelos dos problemas sociais mais prementes. Nesse sentido, o pensamento radical forma um contrapeso ao pensamento conservador que sempre predominou no Brasil. Pelo fato de ser gerado na classe média ele possui alguns elementos de ambigüidade. (Imamura, 1995: 21)

As ambigüidades dessa forma de pensamento provêm justamente do fato de seu radicalismo não poder definir-se como revolucionário. Imamura irá, desse modo, completar sua caracterização global ao citar a seguinte passagem de Antonio Candido, onde se diz que o pensamento radical

não se identifica senão em parte com os interesses específicos das classes trabalhadoras, que são o segmento potencialmente revolucionário da sociedade. [...] o radical se opõe aos interesses de sua classe apenas até certo ponto, mas não representa os interesses finais do trabalhador. (Candido *apud* Imamura, 1995: 21)

Consideramos, entretanto, que devido não só a uma ligação com uma visão de mundo socialista, sua *Weltanschauung* radical-popular e revolucionária, mas também a suas condições sociais de origem, sua infância pobre na cidade de São Paulo, do menino que aos seis anos de idade teve que ganhar a vida como um adulto, Florestan Fernandes iria muito além das ambigüidades e indecisões do pensamento radical de classe média. Ao tratar do problema da socialização política indireta em entrevista concedida a Eliane Veras Soares em 25 de outubro de 1990, dirá o intelectual paulista:

O problema da socialização política não pode ser visto de uma maneira conceitual como se a gente estivesse numa sala de aula sobre sociologia educacional ou sobre psicologia educacional. Há toda uma experiência de vida que é política. E que eu comecei a viver, precocemente, com seis anos de idade. Era um menino de rua. Morava com minha mãe, mas era um menino de rua. Tinha que ganhar a vida. Tive um longo percurso de frustrações, de decepções. **Isso não só envolve socialização política, mas envolve também uma socialização política negativa, uma acumulação de tensões contra o modo de viver.** Basta dizer que eu – uma coisa que eu já mencionei num escrito – devia ter aí uns 8 a 10 anos; não me lembro, uma coisa que está apagada de minha memória. Só me lembro do sentimento. Eu via a vida como se eu estivesse na borda de um poço, do lado de dentro, me segurando, portanto, com risco de cair, não é? E as pessoas, em vez de me ajudarem para que eu saísse, pisavam na minha mão para que eu caísse dentro do poço. Que dizer, essa é uma visão, não de angústia, é uma visão que envolve sentimentos muito profundos. E, naturalmente, uma experiência política no sentido que Weber chamaria de comportamento político indireto. (*grifos nossos*)

A vivência pessoal de Florestan Fernandes não pode ser desconsiderada quando nos preocupamos em analisar sua produção sociológica, pois essa experiência de vida é central para entendermos não só a razão de sua sociologia ter se estruturado no sentido de uma integração entre objetivos teóricos, práticos e empíricos, mas dela ter-se voltado, desde o início, contra a ordem de uma sociedade de classes profundamente conservadora como a brasileira. O que nos leva a formular a hipótese de que a sociologia de Florestan foi ganhando solidez e consistência em sua articulação interna à medida que sua posição de acadêmico e universitário confluiu para um maior enfrentamento com os problemas da sociedade – um processo esse que não se daria

sem rupturas e tensões constantes, porém que jamais poderia ser pensado como um completo corte epistemológico de seu pensamento em duas fases, uma acadêmica e outra política. Esse o sentido maior da crítica de Eliane Veras Soares à tese do *corte epistemológico* proposta por Barbara Freitag em seu livro *Florestan Fernandes: o militante solitário*, no qual realiza a reconstrução da história de vida de Florestan em estreita aproximação com sua trajetória política, revelando ao mesmo tempo as múltiplas facetas da militância sociológica do intelectual paulista. Essa autora irá superar a dicotomia entre as duas fases, ao dizer:

O pressuposto de Freitag implicava, em certa medida, uma visão de ruptura entre o acadêmico e o político. Nossa pesquisa nos levou a relativizar essa posição, uma vez que se verificou, de um lado, a existência de uma atividade política paralela à formação do acadêmico – que influenciou a sua perspectiva em relação à Sociologia e ao conhecimento – e, de outro, uma continuidade do acadêmico no político. (Soares, 1997: 123-4)

Nesse sentido, a questão de se definir se Florestan foi mais acadêmico ou mais político, se houve ou não uma “ruptura” em sua trajetória passa a ser uma questão secundária. (Soares, 1997: 126)

Sob esse prisma, a perspectiva política sempre esteve presente nas reflexões sociológicas de Florestan Fernandes, não se podendo jamais dissociar suas posturas científicas nas ciências sociais de sua adesão ao socialismo ou da base social concreta de articulação do seu pensamento. Octavio Ianni definiu o conteúdo preciso dessa base social, explicitando ao mesmo tempo seu teor radical, explosivo e revolucionário, ao dizer na citação a seguir, com a qual iremos finalizar o presente capítulo:

O segredo do pensamento de Florestan Fernandes está em que ele se constrói a partir da perspectiva dos grupos e classes sociais que compõem o povo propriamente dito, os trabalhadores da cidade e do campo. É um pensamento que se constrói e desenvolve pela análise das condições históricas sob as quais se forma o povo na sociedade brasileira. É claro que essa perspectiva está enriquecida pelas contribuições da dialética marxista e o resgate do conteúdo crítico da sociologia clássica e moderna. Inclusive se enriquece com as sugestões mais radicais do pensamento social brasileiro. Mas talvez seja possível acrescentar que as mais diversas contribuições teóricas mobilizadas por Florestan Fernandes, na construção da sociologia crítica e na interpretação do Brasil, compreendem meios e modos pelos quais ele desenvolve e radicaliza a perspectiva crítica presente no modo de ser dos grupos e classes sociais que compõem a maioria do povo. (Ianni, 1991: 42)

#### 4. CONCLUSÃO

No decorrer de toda a exposição, tratamos das duas vertentes interpretativas concernentes à sociologia de Florestan Fernandes, a *institucionalista* e a *político-radical*, com base nos critérios classificatórios que foram delimitados no primeiro capítulo da presente dissertação. Partimos da tese da *ruptura epistemológica* proposta por Barbara Freitag a fim de centralizar toda a discussão na dupla referência do pensamento de Florestan à Sociologia, como disciplina científica especializada, e ao marxismo, como movimento revolucionário de desagregação da ordem capitalista e edificação de uma sociedade sem classes. Cumpre retornar a essa tese para que tenhamos condições de sintetizar os pontos fundamentais daquelas duas vertentes e indicar, com base na análise que foi feita de suas inconsistências, falhas interpretativas e acertos, novos caminhos e hipóteses de trabalho para um futuro programa de estudos pertinente à obra sociológica e política de Florestan Fernandes.

A tese do *corte epistemológico* pressupunha uma oposição rígida entre uma forma estritamente sociológica de considerar os fenômenos sociais e o materialismo histórico. Procuramos argumentar que essa oposição ou dicotomia não se apresentava em Florestan Fernandes, já que seu projeto de ciência social especializada fora forjado, desde o início, em íntima vinculação com a categoria marxista da *totalidade*, aliado ao propósito de intervir na realidade social em consonância com os interesses e necessidades efetivos das classes subalternas da sociedade civil e da massa do Povo. Nosso critério classificatório esteve pautado, em última instância, na percepção da medida em que cada uma das vertentes interpretativas conseguiu superar os limites e as inconsistências dessa visão, tendo sido as características básicas das duas matrizes, a

*institucionalista* e a *político-radical*, definidas de acordo com o fato delas oporem ou não o projeto de construção de uma ciência social ‘autônoma’ e ‘especializada’ e a perspectiva marxista de conhecimento e transformação da sociedade, a sociologia e o socialismo em Florestan Fernandes.

No caso da *vertente institucionalista*, apesar das críticas que foram tecidas à tese da ruptura epistemológica por Arruda (2001) e Garcia (2002), acreditamos que o quadro geral de referência assumido por Barbara Freitag não foi superado por essas autoras. Em primeiro lugar, a compreensão que o conjunto dos intérpretes situados nessa matriz interpretativa, sobretudo Arruda e Garcia (2003), possuem da incorporação do marxismo ao pensamento de Florestan Fernandes é que essa corrente deteria um peso igual ao das demais tendências clássicas fundamentais das ciências sociais na sistematização de sua Sociologia, não sendo vislumbrado o papel que as idéias de Marx teriam desempenhado como pólo de unificação e articulação das categorias teóricas do intelectual paulista. O que conduziria não só à preservação da oposição dicotômica entre sociologia e marxismo presente na tese da ruptura, mas também a uma caracterização sociologista e autonomista da primeira como a ciência-síntese por excelência, capaz de subordinar os resultados das demais ciências sociais ao seu ponto de vista específico.

Em segundo lugar, a oposição estanque entre sociologia e marxismo na matriz institucionalista irá conduzi-la, igualmente, a uma separação dicotômica entre o projeto de construção de uma ciência social especializada e a prática política socialista, o que transparece na forma como tal vertente considera, em uma postura que poderíamos qualificar de intelectualista, a concepção de intervenção racional na realidade em Florestan Fernandes, como um mero resultado do desenvolvimento teórico da disciplina sociológica, sem atentar-se para o embasamento do conhecimento como

parte integrante dos processos sociais. O que levou a matriz institucionalista ao forte equívoco de desvincular o pensamento de Florestan da base social que possibilitou sua articulação, vinculada à “perspectiva crítica presente no modo de ser dos grupos e classes que compõem a maioria do povo” (Ianni, 1991: 42), sendo reproduzida a imagem caricatural do intelectual mannheimiano que paira acima das relações e conflitos de classe. A vertente institucionalista, enfim, não atenta para a importância que a *Weltanschauung* radical-popular e socialista teve para a estruturação do ponto de vista teórico da sociologia de Florestan Fernandes.

Quanto à *vertente político-radical*, a oposição entre sociologia e marxismo seria substituída pela compreensão do papel de síntese teórica que as idéias de Marx iriam desempenhar no projeto de ciência social ‘especializada’ em Florestan Fernandes, possibilitando a incorporação não-eclética de correntes díspares e conflitantes entre si, como o estrutural-funcionalismo, o método compreensivo de Weber, a abordagem dialética etc., bem como das demais ciências sociais, ao padrão integrativo de investigação sociológica como unificação, em um mesmo quadro de referência, dos objetivos teóricos, empíricos e práticos da explicação científica da vida social. Nesse sentido, tanto a imagem de uma posição autonomista e privilegiada da sociologia face às disciplinas afins supostamente existente em Florestan seria descartada pela matriz político-radical, em prol de uma relação de autonomia, interdependência e complementaridade teórico-metodológica entre a sociologia e as demais ciências sociais, como a própria ciência sociológica seria encarada, devido à concepção marxista do vínculo orgânico entre teoria e prática, como parte constitutiva dos processos sociais.

Em suma, a vertente político-radical permitiria uma superação da tese do corte epistemológico porque, ao sugerir que a estruturação do ponto de vista teórico da

sociologia de Florestan Fernandes alimentou-se de uma forte referência ao marxismo e sustentou-se, igualmente, em uma visão de mundo ao mesmo tempo radical-popular e socialista, relacionada, por sua vez, às condições sociais de origem do intelectual paulista, seria desnecessário que a evolução de seu pensamento, para tornar-se político e revolucionário, caminhasse em direção a um abandono da ciência e posterior assunção do referencial materialista histórico de investigação dos fenômenos sociais. Isso porque o marxismo de Florestan Fernandes, desde o início de sua trajetória nas ciências sociais, não excluiu a possibilidade da perspectiva dialética contribuir para a sistematização do campo teórico de uma disciplina especializada como a Sociologia. A nosso ver, o ponto de vista político-radical de interpretação da sociologia de Florestan ultrapassa as limitações da matriz institucionalista e da tese do corte epistemológico por não considerar como externas entre si suas posturas teóricas nas ciências sociais e sua adesão ideológica ao socialismo, ao marxismo e à revolução social. O que nos leva a sugerir novos caminhos e hipóteses para o estudo da obra sociológica e política de Florestan Fernandes.

Uma primeira hipótese, tendo por base a orientação político-radical, seria a de que a estrutura teórica da sociologia de Florestan Fernandes só poderá ser compreendida integralmente mediante a referência à *Weltanschauung* radical-popular e socialista do autor, implicando, logo, que o estudo de sua produção científica não possa permanecer tão-somente no âmbito de uma investigação analítico-sistemática da articulação interna de seu pensamento, de sua coerência lógica, de suas vinculações temáticas ou de sua estrutura e configuração externas, devendo ser complementada por uma necessária reflexão de como os diversos níveis da totalidade social (político, econômico, cultural, ideológico e institucional) impregnaram, por intermédio daquela visão de mundo, as categorias teóricas e as posições metodológicas do intelectual da

USP em diferentes momentos de sua trajetória. Nesse sentido, cumpriria reorientar a perspectiva institucional de análise para inserir seus resultados num nível de mais profundo e abrangente de investigação, que procure apreender as posturas científicas de Florestan Fernandes em relação com os dinamismos antagônicos da sociedade de classe e diante de sua adesão aos interesses dos grupos e classes sociais subalternos.

Outra hipótese – que gostaríamos de propor e já adiantada por um dos intérpretes estudado na presente dissertação, Ernesto Renan de Freitas Pinto (1992), como podemos inferir da leitura de seu trabalho – diz respeito ao fato de negarmos uma *ruptura epistemológica* na sociologia de Florestan Fernandes. Ao invés de se pensar em um tal corte abrupto, as transformações no pensamento do sociólogo paulista seriam mais adequadamente entendidas como reposições constantes de suas definições teórico-metodológicas e práticas nas ciências sociais em consonância com o surgimento de situações novas que reclamassem o concurso do intelectual – em nosso caso, do sociólogo – para seu equacionamento político. De modo que não se poderia falar de uma ruptura epistemológica na sociologia de Florestan, mas de diversas e constantes rupturas em seu pensamento, revelando que o estudo da estruturação de seu ponto de vista teórico deveria acompanhar as oscilações e amadurecimento internos à sua *Weltanschauung*, contraditoriamente permeada de tensões devido à sua dupla vinculação ao *pensamento radical* e ao *marxismo*, a fim de apontar os prováveis abandonos, redefinições e enriquecimentos de categorias teóricas ou mesmo a aceitação de novas referências conceituais e metodológicas ao longo de toda sua trajetória acadêmica e política. A utilização dessas hipóteses, em um estudo sistemático da Sociologia de Florestan, deverá ser realizada em nossa tese de doutoramento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Ronaldo Conde. (2000), *Pequena bibliografia crítica do pensamento social brasileiro*. Brasília/São Paulo: Paralelo 15/Marco Zero.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. (1995), A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: MICELI, Sérgio (org.), *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo; Editora Sumaré/FAPESP. v. 2.
- \_\_\_\_\_. (2001), Florestan Fernandes e a sociologia de São Paulo. In: *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. Bauru; EDUSC.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento, GARCIA, Sylvia Gemignani. (2003), *Florestan Fernandes: mestre da sociologia moderna*. Brasília; Paralelo 15/CAPES.
- BALDUS, Herbert. (1989), Prefácio. In: FERNANDES, Florestan. *A organização social dos Tupinambá*. São Paulo; HUCITEC/Editora da UnB.
- BASTIDE, Roger. (1949), A organização social dos Tupinambá. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 23 e 31-07-1949 e 07-08-1949.
- BASTOS, Tocary Assis. (1959), Posições metodológicas em Sociologia. *Revista Brasiliense*. São Paulo, (21), jan./fev.
- BEIGUELMAN, Paula. (1953), A função social da guerra na sociedade Tupinambá. *Revista de Antropologia*. São Paulo, 1(1), jun.
- BOTTOMORE, Tom, NISBET, Robert (orgs.). (1980), *História da análise sociológica*. Rio de Janeiro; Zahar.
- BUCCI-GLUCKSMANN, Christinne. (1980), *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro; Paz e Terra.
- CANDIDO, Antonio. (1949), A organização social dos Tupinambá. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, v. 3.
- \_\_\_\_\_. (2001), *Florestan Fernandes*. São Paulo; Perseu Abramo.
- \_\_\_\_\_. (2002), Entrevista. In: JACKSON, Luiz Carlos. *A tradição esquecida: os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido*. Belo Horizonte/São Paulo; Editora UFMG/FAPESP.
- CARDOSO, Fernando Henrique. (2000), Introdução. In: FERNANDES, Florestan, A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. In Silvano

- Santiago (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro; Nova Aguilar, v. 3, p. 1497-1866.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. (1996), Florestan Fernandes: a criação de uma problemática. *Estudos Avançados*. São Paulo, 10(26), jan./abr.
- CARNEIRO, Edison. (1959), A sociologia e as “ambições” do folclore. *Revista Brasiliense*. São Paulo, 23(62), maio/jun.
- CAVALHEIRO, Edgard (org.). (1944), *Testamento de uma geração*, Porto Alegre; Globo.
- COHN, Gabriel. (1986), Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes. In: MORAES, Reginaldo, ANTUNES, Ricardo, FERRANTE, Vera B. (orgs.), *A inteligência brasileira*. São Paulo; Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. (1987), O ecletismo bem temperado. In: D’INCAO, Maria Angela (org.), *O Saber Militante: Ensaio sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro/São Paulo; Paz e Terra/Unesp.
- \_\_\_\_\_. (1999), A revolução burguesa no Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.), *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*. 2. ed., São Paulo; Editora SENAC.
- \_\_\_\_\_. (2002), A integração do negro na sociedade de classes, in: MOTA, Lourenço Dantas (org.), *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. 2. ed., São Paulo, Editora SENAC.
- COSTA PINTO, Luiz de Aguiar, CARNEIRO, Edison. (1955), *As ciências sociais no Brasil*, Rio de Janeiro; CAPES.
- COUTINHO, Carlos Nelson. (1999), *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira.
- DEL ROIO, Marcos. (2000), A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. In: MORAES, João Quartim, DEL ROIO, Marcos (org.), *História do marxismo no Brasil*, Campinas; Editora da UNICAMP, v. 4.
- D’INCAO, Maria Angela. (1987), Apresentação. In: D’INCAO, Maria Angela (org.), *O Saber Militante: Ensaio sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro/São Paulo; Paz e Terra/Unesp.
- DÓRIA, Carlos Alberto. (1998), O dual, o feudal e o etapismo na Teoria da Revolução Brasileira. In: MORAES, João Quartim (org.), *História do marxismo no Brasil*, Campinas; Editora da UNICAMP, v. 3.

- DURKHEIM, Émile. (2001), *Divisões da sociologia: as ciências sociais particulares*. In: RODRIGUES, José Albertino (org.), *Émile Durkheim: sociologia*. São Paulo; Ática.
- FERNANDES, Florestan. (1945), *As tarefas da inteligência*. *Folha da Manhã*. São Paulo, 01/mar.
- \_\_\_\_\_. (1949), *A economia tupinambá: ensaio de interpretação sociológica do sistema econômico de uma sociedade tribal*. In: *Revista do Arquivo Municipal*, (122): 7-77, fev.
- \_\_\_\_\_. (1956), *A sociologia no Brasil*. In: *Anhembi*, São Paulo, 22 (65): 342-4, abr.
- \_\_\_\_\_. (1970), *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. 2. ed., São Paulo; Livraria Pioneira Editora/Editora da Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (1974), *Elementos de sociologia teórica*. 2. ed., São Paulo; Editora Nacional.
- \_\_\_\_\_. (1975), *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro; Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1976a), *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. 3. ed., São Paulo; Pioneira.
- \_\_\_\_\_. (1976b), *A sociologia numa era de revolução social*. 2. ed., Rio de Janeiro; Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1978a), *A condição de sociólogo*. São Paulo; HUCITEC.
- \_\_\_\_\_. (1978b), *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. 3. ed., Rio de Janeiro; Livros Técnicos e Científicos.
- \_\_\_\_\_. (1979), *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. 2. ed. rev., Petrópolis; Vozes.
- \_\_\_\_\_. (1980a), *Brasil: em compasso de espera*. São Paulo; HUCITEC.
- \_\_\_\_\_. (1980b), *A natureza sociológica da sociologia*. São Paulo; Ática.
- \_\_\_\_\_. (1980c), *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. 2. ed. Petrópolis; Vozes.
- \_\_\_\_\_. (1981), *A pessoa e o político*. *Nova Escrita Ensaio*, Porto Alegre, 8: 11-39.
- \_\_\_\_\_. (1989a), *O folclore em questão*. 2. ed., São Paulo; HUCITEC.
- \_\_\_\_\_. (1989b), *Introdução*. In: FERNANDES, Florestan (org.) *Marx/Engels: história*. 3. ed., São Paulo; Ática.

- \_\_\_\_\_. (1989c), *A organização social dos Tupinambá*. São Paulo; HUCITEC/Editora da UnB.
- \_\_\_\_\_. (1995a), *A contestação necessária*. São Paulo; Ática.
- \_\_\_\_\_. (1995b), Florestan Fernandes, história e histórias. *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, 42: 3-31, jul.
- \_\_\_\_\_. (1997a), A organização da “Inteligência” brasileira. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *Florestan Fernandes: a força do argumento*. São Carlos; EDUFSCar.
- \_\_\_\_\_. (1997b), A responsabilidade da inteligência. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *Florestan Fernandes: a força do argumento*. São Carlos; EDUFSCar.
- \_\_\_\_\_. (2000), A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. In: SANTIAGO, Silvano (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro; Nova Aguilar, v. 3, p. 1497-866.
- FREITAG, Barbara. (1987), Democratização, universidade, revolução. In: D’INCAO, Maria Angela (org.), *O Saber Militante: Ensaio sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro/São Paulo; Paz e Terra/Unesp.
- \_\_\_\_\_. (1996), Florestan Fernandes por ele mesmo. *Estudos Avançados*. São Paulo, 10(26), jan./abr.
- \_\_\_\_\_. (1997), Prefácio. In: SOARES, Eliane Veras. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo; Cortez.
- FORACCHI, Marialice Mencarini. (1982), Introdução. In: *Karl Mannheim: Sociologia*. São Paulo; Ática.
- FREDERICO, Celso. (1998), A política cultural dos comunistas. In: MORAES, João Quartim (org.), *História do marxismo no Brasil*, Campinas; Editora da UNICAMP, v. 3.
- FREITAS PINTO, Ernesto Renan M. de. (1992), *A sociologia de Florestan Fernandes*. Tese de Doutorado, PUC, São Paulo.
- GARCIA, Sylvia Gemignani. (2002), *Destino ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo, 34.
- GNACCARINI, José César. (1987), Folclore e Sociologia. In: D’INCAO, Maria Angela (org.), *O Saber Militante: Ensaio sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro/São Paulo; Paz e Terra/Unesp.

- IANNI, Octavio. (1989), *A sociologia da sociologia: o pensamento sociológico brasileiro*. 3. ed.; São Paulo; Ática.
- \_\_\_\_\_. (1991), Introdução. In: *Florestan Fernandes: sociologia*. 2. ed. São Paulo; Ática. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- IMAMURA, Avelar Cezar. (1995), *Florestan Fernandes: a sociologia como paixão*. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, São Paulo.
- LOPES, Juarez Brandão (org.). (1982), *Isaac Deutscher: política*. São Paulo; Ática.
- MANNHEIM, Karl. (1986), *Ideologia e Utopia*. 4. ed., Rio de Janeiro; Guanabara.
- \_\_\_\_\_. (2001), *Sociologia da cultura*. 2. ed., São Paulo; Perspectiva.
- MARTINS, Hermínio. A totalidade fora de lugar? In: D'INCAO, Maria Angela (org.), *O Saber Militante: Ensaio sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro/São Paulo; Paz e Terra/Unesp.
- MARTINS FILHO, João Roberto (org.). (1997), *Florestan Fernandes: a força do argumento*. São Carlos; EDUFSCar.
- MARTINS, José de Souza. (1998), *Florestan: Sociologia e Consciência Social no Brasil*, São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo.
- MATUI, Jiron. (2001), *Cidadão e professor em Florestan Fernandes*. São Paulo; Cortez.
- MARX, Karl, FRIEDRICH, Engels. (1989), K. Marx e F. Engels: a história dos homens (A ideologia alemã). In: FERNANDES, Florestan (org.). *Marx/Engels: história*. 3. ed., São Paulo; Ática.
- MAZZA, Débora. (2003), *A produção sociológica de Florestan Fernandes e a problemática educacional: uma leitura (1941-1964)*. Taubaté: Cabral Editora/Livraria Universitária.
- MENEZES, Djacir. (1950), *La science politique au Brésil au cours des trente dernières années*. UNESCO.
- MORAES, João Quartim de. (1998), *Concepções comunistas do Brasil democrático: esperanças e crispções (1944-1954)*. In: MORAES, João Quartim (org.), *História do marxismo no Brasil*, Campinas; Editora da UNICAMP, v. 3.
- \_\_\_\_\_. (2000), O programa nacional-democrático: fundamentos e permanência. In: MORAES, João Quartim de, DEL ROIO, Marcos (orgs.), *História do marxismo no Brasil*, Campinas; Editora da UNICAMP, v. 4.
- MOTA, Carlos Guilherme. (1990), *Ideologia da cultura brasileira*. 6. ed., São Paulo; Ática.

- NEME, Mário (coord.). (1945), *Plataforma da nova geração*, Porto Alegre; Globo.
- OLIVA, Alberto. (1997), *Ciência e ideologia: Florestan Fernandes e a formação das ciências sociais no Brasil*. Porto Alegre; EDIPUCRS.
- OLIVEIRA FILHO, José Jeremias de. (1996), *A reflexão metodológica em Florestan Fernandes*. *Revista USP*, São Paulo, (29), mar./maio.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. (1995), *A sociologia do Guerreiro*, Rio de Janeiro; Editora UFRJ.
- PAIVA, Carlos Aguedo Nagel. (1991), *Capitalismo dependente e (contra)revolução burguesa no Brasil: um estudo sobre a obra de Florestan Fernandes*, Dissertação de mestrado, Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas.
- PEIRANO, Mariza. (1984), A antropologia esquecida de Florestan Fernandes: Os Tupinambá, in: *Anuário Antropológico/82*, Fortaleza/Rio de Janeiro, Edições UFC/Tempo Brasileiro.
- \_\_\_\_\_. (1991a), *The Anthropology of Anthropology: the brazilian case*, Brasília; Fundação Universidade de Brasília.
- \_\_\_\_\_. (1991b), *Os Tupinambá de Florestan Fernandes*, texto apresentado no V Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência/SBPC-91: As origens do pensamento sociológico brasileiro (mimeo).
- PEREIRA, Luiz. (1962), Folclore e mudança social na cidade de São Paulo. *Anhemi*, São Paulo, (136), mar.
- \_\_\_\_\_. (1978), *Estudos sobre o Brasil contemporâneo*. 2. ed., São Paulo; Livraria Pioneira Editora.
- PONTES, Heloísa. (1998), *Destinos mistos: os críticos do grupo clima de São Paulo (1940-68)*. São Paulo; Companhia das Letras.
- REIS, José Carlos. (2002) *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 5. ed., Rio de Janeiro; Editora FGV.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. (2002), Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo, REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.), *História do marxismo no Brasil*, Campinas; Editora da UNICAMP, v. 5.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas. (1998), Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil. In: MORAES, João Quartim (org.), *História do marxismo no Brasil*, Campinas; Editora da UNICAMP, v. 3.

- SACCHETTA, Hermínio. (1992), *O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos*, Campinas; Pontes/Editora da UNICAMP.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1967), *A imaginação político-social brasileira*, *Dados*, Rio de Janeiro, 2(3).
- \_\_\_\_\_. (1970), Raízes da imaginação política brasileira, *Dados*, Rio de Janeiro, (7): 137-161.
- \_\_\_\_\_. (1978), *Ordem burguesa e liberalismo político*, São Paulo; Duas Cidades.
- SCHADEN, Egon. (1976), *Leituras de Etnologia Nacional*, São Paulo; Companhia Editora Nacional.
- SILVEIRA, Enio. (1978), *Encontros com a civilização brasileira*. Rio de Janeiro, *Civilização Brasileira*, 4(78).
- SOARES, Eliane Veras. (1997), *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo; Cortez.
- TOLEDO, Caio Navarro de. (1998), Intelectuais do Iseb, esquerda e marxismo. In: MORAES, João Quartim (org.), *História do marxismo no Brasil*, Campinas; Editora da UNICAMP, v. 3.
- XIDIEH, Oswaldo Elias. (1987), O folclore em questão. In: D'INCAO, Maria Angela (org.), *O Saber Militante: Ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro/São Paulo; Paz e Terra/Unesp.